

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA SOCIAL E INSTITUCIONAL

Marília Spinelli Jacoby Cunda

TRANSFERÊNCIA E TEMPORALIDADE NA CLÍNICA DAS PSICOSES

Porto Alegre

2011

Marília Spinelli Jacoby Cunda

TRANSFERÊNCIA E TEMPORALIDADE NA CLÍNICA DAS PSICOSES

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional do Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para a obtenção de título de Mestre em Psicologia Social e Institucional.

Orientadora: Maria Cristina Poli

Porto Alegre

2011

*Ao meu querido avô, José Francisco Spinelli,
pela transmissão do sensível e por dedilhar
as notas que pautaram a melodia de meu
viver.*

AGRADECIMENTOS

À Universidade Federal do Rio Grande do Sul, por ocupar um lugar de suma importância em meu percurso acadêmico e profissional, desde sua posição de acolhida ética e de incentivo à produção de conhecimento, em todas as instâncias de atuação.

À direção e colegas da Clínica de Atendimento Psicológico da UFRGS, instituição na qual me encontro desde a graduação e onde hoje exerço minhas atividades como servidora desta universidade. Em especial, a Carlos Henrique Kessler e Martha Brizio. Pelo trabalho clínico e de formação que se fizeram referência em nossa comunidade, desde o qual alicercei as bases de minha escuta e meu desejo para com a psicanálise.

Àqueles que, ao dizerem de seu padecimento, fizeram-me relançar interrogantes e instigaram a produção desta dissertação.

À Maria Cristina Poli, por permitir-me traçar os tempos deste trabalho desde as peculiaridades de minhas imersões, pausas e dissonâncias. Pela escuta certa que situou as balizas necessárias à escrita.

A todos os amigos que, de um ou outro modo, compuseram junto comigo este trabalho. À Melina, pois a distância não faz senão afirmar a presença. À Ana Carolina, Carolina, Genara e Priscilla, agradeço pela amizade e afeto absolutamente fundamentais em minha vida.

À minha família, pela compreensão das ausências necessárias à construção desta dissertação, bem como pelo carinho e apoio inesgotável. Às minhas irmãs Letícia e Isadora, pela presença radicalmente transformadora de mim, companheiras de vida incondicionais. Aos meus pais, Vera Helena e João Antônio, por sempre anteciparem seu olhar de um horizonte mesmo antes que eu pudesse vê-lo.

Ao Mateus, pelo amor que reverbera como inspiração a cada dia. Pela poesia necessária e pelos silêncios desde os quais todo anseio faz-se possível.

“Em resumo, poder-se-ia dizer, o psicótico é um mártir do inconsciente, dando ao termo mártir seu sentido, que é o de testemunhar. Trata-se de um testemunho aberto. [...] parece fixado, imobilizado, numa posição que o coloca sem condições de restaurar autenticamente o sentido do que ele testemunha, e de partilhá-lo no discurso dos outros” (LACAN, [1955-56] 2002, p.153).

RESUMO

A presente dissertação busca contornar interrogantes advindos de nossa experiência junto à clínica das psicoses - no marco de nossa inserção no Núcleo de Ensino, Pesquisa e Extensão em Clínica das Psicoses, da Clínica de Atendimento Psicológico da UFRGS. Esta conjuga distintas vivências, da escuta individual de pacientes ao envolvimento no trabalho de oficinas terapêuticas, as quais, ao longo do tempo, fizeram-nos questionar acerca das especificidades e impasses do laço transferencial aí colocado. A noção de temporalidade, desde a psicanálise, nos foi bastante cara no armado desta questão. Nos primeiros momentos de nosso texto, intentamos situar o terreno das principais elaborações de Freud e Lacan acerca da temática das psicoses, desde onde nossa questão sobre a transferência poderia alojar-se. Deste modo, fez-se preciso retomar dois dos principais casos clínicos freudianos, Schreber e o Homem dos Lobos, para melhor situar os entornos da contraindicação freudiana quanto ao trabalho analítico com pacientes psicóticos, bem como extrair consequências da colocação em relevo do mecanismo da *Verwerfung* (forclusão) para os desdobramentos subsequentes de Lacan. Abordaremos, a seguir, a guinada que a leitura lacaniana das referidas proposições faz apontar como possibilidade no trabalho junto às psicoses. Para trabalhar sobre os fragmentos clínicos que estiveram na base das interrogações propulsoras desta pesquisa, fez-se relevante traçarmos algumas considerações acerca da noção de escrita do caso em psicanálise. Desde então, arrolamos algumas destas narrativas da clínica onde, parece-nos, de distintos modos, contorna-se uma pergunta sobre a transferência em seu enlace com a temporalidade. Acolhemos uma hipótese, destarte, de que a constituição psicótica colocaria em cena uma espécie de abismo temporal, desde a não incidência de balizas simbólicas capazes de instituir um ritmo – intervalo – entre o campo do sujeito e o campo do Outro. Considerando a acepção de Lacan quanto ao registro inconsciente enquanto *pulsátil*, vislumbraríamos uma fratura no tempo de fechamento, desvelando o psicótico enquanto mártir deste inconsciente a céu aberto. Tais elaborações terão implicações cruciais às especificidades do armado transferencial, onde se colocaria em jogo a possibilidade de forjar-se *um tempo*, desde a presença do analista enquanto sustentadora de uma

posição de vazio capaz de possibilitar ao sujeito algum estancamento no movimento infinitizado do significante, incessante promovedor do congelamento do sentido.

Palavras-chave: Psicoses. Transferência. Temporalidade.

ABSTRACT

The present dissertation tries to circumvent questions about our experience with the clinic of psychosis – in our insertion in the *Núcleo de Ensino, Pesquisa e Extensão em Clínica das Psicoses*, from *Clínica de Atendimento Psicológico da UFRGS*. This brings different experiences, from listening individually to the patients to being involved with the work of therapeutic workshops, which, over time, has made us wonder about the specifics of the transference and its impasses at psychosis clinical. The notion of temporality, from psychoanalysis, was quite important for this issue. In the first moments of our text, we intend to situate the main elaborations of Freud and Lacan on the subject of psychosis, from which our question about the transference could have place. Thus, it became necessary to resume two major clinical freudians cases, Schreber and the Wolf Man, in order to locate the surroundings of the contraindication regarding the freudian analytic work with psychotic patients and to draw consequences of placing emphasis on the mechanism of *Verwerfung* (foreclosure) for the subsequent developments of Lacan. We will address, then, the Lacanian reading of these propositions, showing how the work with psychosis is possible. In order to work on the clinical fragments that were on the basis of the questions driving this research, it was important to draw some considerations about the notion of writing of the case in psychoanalysis. Since then, we mention some of these narratives from the clinic which, in different ways, leads us to a question about the transference and its link to the temporality. We situate a supposition, thus, that the psychotic constitution brings to our attention a kind of abyss of time, considering the non-incidence of symbolic beacons that are able to establish a rhythm – a break – between the subject's field and the Other's field. Considering the proposition of Lacan about the unconscious registration as *pulsatile*, we could see a fracture at the closing time, unveiling the psychotic as a martyr of the unconscious as an open sky. These elaborations will have crucial implications on the specificities from the transference, where we put into play the possibility of forging a time, since the presence of the analyst while sustaining a position of emptiness that may allow the subject some stagnation in the in the incessant movement of significant, promoter of the freezing sense.

Keywords: Psychosis. Transference. Temporality.

SUMÁRIO

1. PRIMEIRAS NOTAS	13
1.1 Da clínica e dos encontros	13
1.2 Do campo de pesquisa	15
2. A CÉU ABERTO: AS PSICOSES NA LEITURA PSICANALÍTICA	18
2.1 Desde Freud	18
2.1.1 Schreber: desenlaces da transferência	21
2.2 Sobre o <i>Homem dos Lobos</i> e o mecanismo da forclusão	26
2.3 Um encontro com o abismo	35
3. FRAGMENTOS DA CLÍNICA	46
3.1 Considerações sobre a escrita do caso em psicanálise	47
3.2 Do excesso ao lugar	53
3.3 Dissonâncias do amor	56
3.4 A ausência como impossível	60
3.5 Ruídos em descompasso	61
4. TEMPORALIDADE E ALTERIDADE: IMPASSES DA TRANSFERÊNCIA ...	68
4.1 Entre o amor transferencial e o desejo do analista	68
4.2 Alteridade e abertura do tempo	78
4.3 Transferência na clínica das psicoses ou forclusão do tempo	87
5. EM TEMPO (OU) DESENCONTROS	100
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	102

7. ANEXOS	108
------------------------	------------

1. PRIMEIRAS NOTAS

1.1 Da clínica e dos encontros

“Mestre Aristeu continuou: quisera uma linguagem que obedecesse a desordem das falas infantis do que as ordens gramaticais. Desfazer o normal há de ser uma norma. Pois eu quisera modificar nosso idioma com as minhas particularidades. Eu queria só descobrir e não descrever. O imprevisto fosse mais atraente do que o déjà visto. O desespero fosse mais atraente do que a esperança” (BARROS, 2006).

A presente dissertação parte de um encontro, plural e inquietante, com o estrangeiro da psicose. Um encontro que, evocando Barthes (2006), parece carregar a marca do acontecimento, do incidente - onde a dimensão de uma escolha, propriamente, se ofusca. Afinal, encontramos ou somos encontrados? A escrita advém, nesta dimensão, como necessária, enquanto espaço intervalar desde o qual intentamos traçar alguns contornos às interrogações desveladas.

Uma temporalidade deveras peculiar coloca-se em jogo. Arrebata-nos no sem-tempo da pergunta. Um sem-tempo com o qual, quiçá não coincidentemente, comumente deparamo-nos quando da escuta destes sujeitos. Vimo-nos, desta feita, inicialmente interpelados a cavar espaços. Havia que armar-se o terreno no qual nossas questões poderiam alojar-se. Tratava-se, outrossim, de tecer uma acolhida - da inquietação e da estranheza; dos efeitos disruptivos que este encontro operara em nós.

Pode-se considerar que as perguntas com as quais nos guiamos no curso desta pesquisa conjugam-se em um tempo gerúndio. Não estão dadas. Irão tramar-se, por assim dizer, a um só tempo neste movimento de elaboração do terreno. Assim, como em um trabalho de tateado, buscamos outorgar lugar ao que faz fissura. Ao que parecia colocar-nos em uma peculiar - e eventualmente angustiante - posição de desconforto, interpelando-nos a um reassentamento no mais além dos territórios ditos conhecidos.

Lançamo-nos à escrita advertidos de que, neste caminho, deparar-nos-íamos com possíveis efeitos de nebulosidade. De tal forma que, parece-nos, já não se poderia dissociar o tempo do terreno e o tempo da fissura. A argamassa deste

terreno conjuga, destarte, imprevisíveis encontros. Alguns, na aparente segurança das paredes de um consultório. Outros, *a céu aberto*, no caminho de uma cafeteria, em um ônibus ou uma praça. Outros, ainda, fizeram-se encontros musicais, não menos disparadores de descompassos.

Partimos, portanto, das arestas desta imersão junto à clínica das psicoses, onde a questão da transferência se nos apareceu como rasura. Alguns destes fragmentos clínicos, que de algum modo fazem fulgurar um ponto de partida, como disparos, serão trabalhados em nossa dissertação – todavia, não estarão cronologicamente ao início de nosso texto.

Tomaremos como gancho inicial as principais considerações, desde Freud, acerca dos impasses situados à posição psicótica. Dois dos principais casos clínicos freudianos constarão da tessitura deste mote: *Schreber* e o *Homem dos Lobos*. Somente então, fez-se possível a nós adentrar a trilha proposta por Lacan, pinçando o conceito de foraclusão como pista primeira de seu envolvente trajeto pela problemática das psicoses. Tencionamos, pois, situar a que espécie de abismo está o sujeito psicótico confrontado. Tais elaborações serão fundamentais a nossos desdobramentos ulteriores.

Desde os recortes da clínica, aproximamo-nos, então, do conceito de transferência, tal como Lacan buscou resgatá-lo. Outra vez, fez-se necessário a nós uma intensa navegação, que intentou adensar o lugar nodal no qual se encontra este conceito no campo analítico. Nesta operação de visibilizar as fissuras, adentraremos as especificidades da transferência no trabalho com sujeitos psicóticos.

A questão da temporalidade surge-nos como um importante operador, conduzindo-nos a uma reflexão acerca dos tempos de constituição do sujeito. Ademais, uma pergunta sobre a problemática da transferência nas psicoses pareceu atualizar, de algum modo, uma pergunta sobre o tempo. Nesta via, buscaremos arrolar algumas hipóteses acerca das possíveis posições do analista neste trabalho clínico.

1.2 Do campo de pesquisa

Os interrogantes que nos conduzem nesta escrita tramam-se desde nossa experiência clínica, de alguns anos, na Clínica de Atendimento Psicológico da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Esta instituição, clínica-escola vinculada ao Instituto de Psicologia e órgão auxiliar desta universidade, completa mais de trinta anos de existência e atuação junto à comunidade.

O norte de seu trabalho pode ser situado em duas vias: o atendimento clínico àqueles sujeitos que - por razões de ordem subjetiva ou financeira - não podem acorrer a consultórios particulares e a formação de novos terapeutas, configurando-se enquanto local de estágio, bem como abarcando cursos de especialização e extensão, além da prática de pesquisa. O trabalho na CAP, ademais, se nutre de uma proposta interdisciplinar, contemplando as áreas de psicanálise, terapia sistêmica de casal e família, serviço social, fonoaudiologia e psicopedagogia clínica.

Desde o início de nossa inserção no trabalho desta instituição, o encontro com a clínica das psicoses e seus interrogantes deu-se de modo pungente. Já ao começo de nossa prática clínica, vimo-nos envolvidos no atendimento a pacientes com tal hipótese diagnóstica e confrontados com os impasses daí avindos.

Adiante em nosso percurso, a possibilidade de um intercâmbio com duas instituições argentinas – Escuela Freudiana de Buenos Aires e Centro de Salud Mental nº3 Arturo Ameghino – lançou-nos a uma maior reflexão clínico-teórica junto à temática das psicoses, bem como ao início de uma prática com oficinas terapêuticas. Assim, desde 2007 viemos coordenando, junto a outros colegas, a Oficina de Música na CAP-UFRGS.

O Núcleo de Ensino, Pesquisa e Extensão em Clínica das Psicoses, projeto iniciado no ano de 2006, propôs-se a atentar um espaço de escuta e intervenção consoante às especificidades que o fazer clínico com pacientes psicóticos nos colocava enquanto questão. Os interrogantes oriundos deste trabalho ressoaram como convocação à equipe - de modo que passa a se articular um núcleo, congregando terapeutas de distintas instâncias e atividades da instituição, voltado às especificidades deste fazer clínico.

O Núcleo tomará como eixo de trabalho, portanto, o aprimoramento da formação e a ampliação dos dispositivos clínicos na escuta destes sujeitos, bem como intentará abarcar e potencializar a produção teórico-clínica referente a esta prática. Já em seu projeto se anuncia a relevância desta proposição:

“O trabalho com pacientes psicóticos, ao longo dos anos, tem demonstrado a necessidade de se interrogar os saberes já constituídos, convocando à invenção de novos dispositivos teóricos e clínicos. Trata-se de uma clínica que fomenta inquietações, interrogantes que denunciam os limites dos distintos saberes e que convoca a alguma medida de invenção impulsionando à pesquisa e formação de clínicos. A demanda crescente e a complexidade envolvida neste saber-fazer apontam para um cenário rico de produções e possíveis articulações entre diferentes saberes, atravessados pelo reconhecido saber da teoria do inconsciente, que nos aporta a psicanálise”¹.

Sublinhando a importância da articulação deste trabalho em equipe, a atuação do Núcleo formata-se, atualmente, do seguinte modo: um encontro semanal para discussão e supervisão de materiais clínicos - partindo-se da premissa de que todos aqueles que desejam vincular-se ao projeto ou trabalhar junto a estes pacientes precisam dispor-se à participação neste espaço; grupos de estudo e cartéis; atendimentos individuais e oficinas terapêuticas (música, teatro e escrita), além da atividade mensal de apresentação de pacientes.

“Este núcleo aposta na possibilidade de colocar em cena essas matizes da abordagem da psicose, pela invenção de diferentes espaços terapêuticos e inserção de profissionais de distintas áreas na discussão de um tratamento possível da psicose. Assim como Freud e Lacan, cada um ao seu modo, se dispuseram a enfrentar os vazios da teoria psicanalítica e criar a partir deles, nos propomos a seguir esse percurso de enfrentamento e invenção no campo teórico-clínico”.²

Tem-se, outrossim, uma conjuntura bastante singular: um projeto que se pretende atinente às complexidades e interrogações desde as quais a clínica das psicoses incessantemente nos convoca a produzir algum contorno, inserido em uma clínica-escola interdisciplinar, no marco de um contexto universitário - e onde a psicanálise se coloca enquanto baliza do trabalho clínico.

Nesta proposta, terapeutas em variados momentos de formação (de estagiários de graduação a supervisores da Clínica) compartilham a continuidade do

¹ In: Projeto do Núcleo de Ensino, Pesquisa e Extensão em Clínica das Psicoses (2007), p. 4.

² Ibid., p. 18.

trabalho, fomentando profícuos momentos de interlocução. E são desde estas reverberações, tanto oriundas de nossa própria escuta clínica como do que se compartilha cotidianamente neste trabalho em equipe, que fomos vislumbrando o delinear de questionamentos para os quais buscamos um espaço possível de desdobramento.

Pareceu-nos, desde muito cedo, que a escuta de sujeitos psicóticos colocaria especialmente em questão, de modo bastante peculiar, as possibilidades e impasses de intervenção na transferência, desvelando importantes interrogantes acerca do próprio arcabouço teórico-conceitual da psicanálise. Quase como se, nesta escuta tão singular, nos víssemos lançados a um certo desamparo, porquanto nossos usuais modos de leitura e intervenção se encontram em um estado de suspensão, eles próprios questionados em seu estatuto.

Em outras palavras, pareceu-nos que sustentar este fazer clínico convocaria também o analista, de algum modo, à sustentação de uma posição de questionamento da teoria psicanalítica, de alargamento de suas fronteiras. É desde esta perspectiva que intentaremos, nesta dissertação, contornar algumas hipóteses acerca das especificidades do campo transferencial próprio às psicoses.

2. A CÉU ABERTO: AS PSICOSES NA LEITURA PSICANALÍTICA

2.1 Desde Freud

Se Freud, por um lado, situava importante cautela quanto às possibilidades de um trabalho analítico com sujeitos psicóticos, por outro denotou um incessante esforço no sentido de balizar a posição do analista na legitimação da verdade de sua produção. Suas reticências residiram, precisamente, no entendimento de uma impossibilidade de estabelecimento do laço de amor transferencial, considerado essencial ao desenrolar de uma análise. Vemos que a transferência, desde então, coloca-se como impasse. Parece-nos pertinente, portanto, assinalar um retorno às principais proposições freudianas concernentes à clínica das psicoses, balizas da produção lacaniana subsequente.

Já em 1894, ao início de sua produção, Freud irá sublinhar que algo na condição psicótica se colocaria de modo radicalmente distinto às neuroses. Se o sujeito neurótico pode defender-se de uma representação intolerável – aqui remetemo-nos à dimensão do sexual na estruturação psíquica - mediante a disjunção entre afeto e representação, na psicose haveria uma espécie de rechaço absoluto da representação juntamente de seu afeto.

Tal representação, Freud irá destacar, embora esteja para o sujeito como se nunca houvesse existido, cumprirá lugar nodal no conteúdo alucinatório. Esta representação intolerável, ademais, carregaria consigo um “fragmento da realidade, de modo que, na medida em que o eu obtém esse resultado, também ele se desliga, total e parcialmente, da realidade” (FREUD, [1894]1996, p.65).

Estas considerações insistem nos trabalhos freudianos posteriores acerca da temática das psicoses. Já seguindo os desdobramentos da segunda tópica, Freud irá situar a neurose como resultado de um conflito entre as instâncias do eu e do isso, concebendo então as psicoses como oriundas de um “desfecho análogo de um distúrbio semelhante nas relações entre o ego e o mundo externo” (FREUD, [1923-24]1996, p.167). Interessante pontuar que neste momento, muito claramente, Freud irá conceber o delírio enquanto intento de cura ou reconstrução, um “remendo

no lugar em que originalmente uma fenda apareceu na relação do ego com o mundo externo” (Ibid., p.169).

Freud irá sublinhar o fato de que também na neurose haveria um componente de distanciamento da realidade, porquanto do mecanismo de recalque e seu retorno sob a forma de sintoma. Irá dizer, mais especificamente, de um *afrouxamento* da relação com a realidade, na medida em que uma neurose se constituiria no fracasso da operação de recalque - e desde a possibilidade de assunção do campo fantasmático, apoiado na realidade ignorada.

Assim, nesta etapa de sua produção, a distinção fundamental entre os campos da neurose e da psicose, para Freud, estaria na posição do sujeito frente à realidade, havendo na condição psicótica um repúdio e rechaço para com esta, atrelado à busca de uma substituição. Quanto às psicoses, diz-nos Freud, haveria dois momentos cruciais: um primeiro de separação entre eu e realidade, seguido de um intento de reparação. “O segundo passo da psicose, é verdade, destina-se a reparar a perda da realidade [...], pela criação de uma nova realidade que não levanta mais as mesmas objeções que a antiga, que foi abandonada” (FREUD, [1924]1996, p.206). Os fenômenos alucinatorios e os delírios, sem embargo, constituiriam esta tentativa de remodelamento da realidade.

A questão da projeção, cabe ressaltar, embora inicialmente bastante explorada por Freud em seu intento de compreensão da posição psicótica frente ao mundo – ou à realidade externa -, é logo por ele mesmo situada enquanto insuficiente em abarcar tal propósito. Lacan irá radicalizar tal questionamento, trazendo à tona uma interrogação concernente ao próprio estatuto da realidade.

Partindo da insuficiência de diversas referências em seu intento de situar a problemática da percepção, quando deparadas com a questão da alucinação, Lacan irá conduzir-nos a um giro crucial: da concepção então subjacente que reduziria o fenômeno alucinatorio à condição de uma percepção desprovida de objeto, encontraremos o fato de que toda relação do sujeito com a realidade estará sob a incidência do inconsciente. Portanto, o campo da percepção também será ordenado em função da posição do sujeito na linguagem – esta então concebida como um operador que produz efetivamente o sujeito, mais que constar como seu instrumento (SOLER, 2007).

É precisamente em sua escrita sobre Schreber que Freud irá situar a noção de recalque como composta em três tempos. O primeiro, logicamente

necessário na precedência do segundo, assinalaria uma etapa de fixação, sendo um processo essencialmente passivo. À diferença, portanto, do segundo tempo, em que emerge uma dimensão ativa, momento de atração e repulsa sobre o conteúdo do recalçamento originário. É somente desde o terceiro tempo, dir-nos-á Freud, que podemos conceber a questão do sintoma e do aparecimento de fenômenos patológicos, porquanto este assinalaria o fracasso do recalçamento mediante o processo de irrupção do retorno do recalçado.

A relação entre sujeito e realidade, destarte, se coloca como questão nas elaborações freudianas. É fato que suas construções apontam para uma dimensão que vai de encontro à noção de realidade material (comum a todos os sujeitos), mais bem apontando para o que se coloca de modo intrinsecamente singular a cada sujeito enquanto realidade psíquica. Toda sua produção em torno da temática das psicoses desvela seu anseio em melhor determinar o mecanismo próprio a esta condição subjetiva, analogamente ao lugar ocupado pelo recalque na constituição das neuroses.

Na esteira desta busca de delimitação, em seu artigo sobre o inconsciente, de 1915, Freud já acentuara as diferentes nuances deste processo nas então chamadas psiconeuroses – histeria de angústia, histeria de conversão e neurose obsessiva:

“Agora, devemos tentar obter uma compreensão interna – insight – do *mecanismo* do processo de repressão. Em particular, desejamos saber se existe apenas um mecanismo isolado, ou mais de um, e se cada uma das psiconeuroses se distingue por um mecanismo de repressão que lhe é peculiar” (FREUD, [1915]1996, p.158).

É desde esta fenda que Lacan, por seu turno, oferecerá relevo ao mecanismo da forclusão (*Verwerfung*) – termo oriundo da área jurídica e que remete ao vencimento de um direito não exercido no prazo prescrito - como próprio às psicoses, o que consiste em dizer que ali o significante Nome-do-Pai está rechaçado do universo simbólico do sujeito. Não nos estenderemos por ora neste ponto, que será abordado adiante em nossas considerações acerca do caso clínico do Homem dos Lobos, a partir do qual Lacan oportunamente sublinhará a via de acesso ao mecanismo subjacente à estruturação psicótica.

2.1.1 Schreber: desenlaces da transferência

“Compete ao futuro decidir se existe mais delírio em minha teoria do que eu gostaria de admitir, ou se há mais verdade no delírio de Schreber do que outras pessoas estão, por enquanto, preparadas para acreditar” (FREUD, [1911] 1996, p. 85).

O encontro de Freud com a produção schreberiana certamente faz aportar os mais valiosos interrogantes junto à temática das psicoses, especialmente no que concerne aos mecanismos próprios à paranoia. Não deixa, como veremos, passar em branco – embora tampouco a explore em sua potência – a questão da transferência. Sua extensa produção teórico-clínica, neste caso, se dá em conjuntura bastante peculiar, haja vista tratar-se de uma análise integralmente embasada no livro publicado por Schreber em 1903, *Memórias de um doente dos nervos*.

O desencadeamento da crise deste importante jurista alemão se dá quando de sua nomeação para um expressivo cargo – *Senatspräsident* - junto ao Tribunal de Apelação. Neste momento, Schreber tem 51 anos. Entrementes a notícia da nomeação e a data de sua posse, relata sonhar repetidas vezes com o retorno de uma antiga ‘doença nervosa’ – a qual, segundo consta nos relatos clínicos tomados por Freud, teria se tratado de uma crise de hipocondria. Paralelamente a estes sonhos, Schreber relata ter-lhe ocorrido, em um momento nebuloso ao despertar, um pensamento: o quão belo deveria ser uma mulher na cópula.

Este pensamento, na leitura freudiana, ocupará posição central no desenvolvimento ulterior da doença de Schreber, desdobrando-se em suas construções delirantes subsequentes. Schreber, convocado a responder ali onde não lhe residia amparo simbólico, passará de uma questão persecutória para com seu primeiro médico – Flechsig, que o acompanhou na ocasião de sua primeira internação -, a quem atribui a culpa pelo *assassinato* de sua alma, à ideia posterior de possuir a missão de redimir o mundo, devolvendo-lhe um estado perdido de beatitude. Para tal, deveria transformar-se em mulher, em sua conexão e entrega diretas à figura de Deus.

Da descrição minuciosa deste caso clínico e dos distintos momentos pelos quais o delírio de Schreber foi paulatinamente transformando-se, culminando

em uma relativa estabilização, Freud extrai algumas de suas principais proposições acerca dos mecanismos envolvidos na paranoia. Sua tese principal, neste trabalho, situa as origens da crise de Schreber na assunção do que ele nomeia como fantasia feminina, relacionada ao pensamento sobre ser uma mulher na cópula, já antes mencionado. Diz-nos Freud:

“A causa ativadora de sua doença, então, foi uma manifestação de libido homossexual; o objeto desta libido foi provavelmente, desde o início, o médico, Flechsig, e suas lutas contra o impulso libidinal produziram o conflito que deu origem aos sintomas” (FREUD, [1911] 1996, p.52).

Escutamos ao longo de seus desdobramentos teóricos uma insistente aproximação entre os elementos relativos à referida fantasia feminina (o transformar-se em mulher, entregue aos raios divinos) e supostos impulsos homossexuais dos quais para Schreber não haveria elaboração possível, daí advindo sua moléstia.

Adiante em seu texto, Freud irá perguntar-se acerca dos antecedentes à escolha de Schreber que situou Flechsig como primeiro e principal perseguidor em seu delírio (que, mais tarde, daria lugar à figura de Deus). Freud concebe uma hipótese, destarte, de que Flechsig pudesse remeter Schreber às figuras de seu pai e irmão. Interessante que, neste momento, para dar conta disto que se passou na relação de Schreber para com Flechsig, é de seu conceito de transferência que Freud lança mão:

“A fantasia feminina, que despertou uma oposição tão violenta no paciente, tinha assim suas raízes num anseio, intensificado até um tom erótico, pelo pai e pelo irmão. Esse sentimento, na medida em que se referia ao irmão, passou, por um processo de transferência, para o médico, Flechsig; e, quando foi devolvido ao pai, chegou-se a uma estabilização do conflito” (Ibid., p.59).

Sobre a figura do pai de Schreber (Dr. Daniel Moritz Schreber), Freud se reporta ao conhecido trabalho deste médico e suas proposições educativas que se fizeram deveras conhecidas na época: “[...] suas atividades em favor da promoção da criação harmoniosa dos jovens, de assegurar uma coordenação entre a educação no lar e na escola, de introduzir a cultura física e o trabalho manual com vistas a elevar os padrões de saúde” (Ibid., p.60).

Aproximará, outrossim, a posição de submissão e reverência de Schreber para com a figura de Deus com a atitude infantil usual dos meninos perante seus pais. Será ainda mais enfático, assinalando que as características da profissão de seu pai auxiliam-nos no entendimento das nuances da relação de Schreber e seu Deus. Desculpando-se por outra vez encontrar suas soluções no terreno do complexo paterno, Freud interroga-se sobre um possível desdobramento da ameaça de castração como fornecedora do material subjacente à fantasia feminina de Schreber. Esta, inicialmente rechaçada, seria posteriormente conciliada em seu delírio.

No que concerne à sua hipótese de que uma disposição homossexual estaria envolvida no cerne da formação da paranoia, Freud irá recorrer ao expediente de suas então recentes formulações acerca da concepção de narcisismo. Tratar-se-ia de um estágio no desenvolvimento psíquico localizado entre o autoerotismo e a assunção do amor objetal. Nas palavras de Freud:

“Chega uma ocasião, no desenvolvimento do indivíduo, em que ele reúne seus instintos sexuais (que até aqui haviam estado empenhados em atividades autoeróticas), a fim de conseguir um objeto amoroso; e começa por tomar a si próprio, em seu próprio corpo, como objeto amoroso, sendo apenas subsequente que passa daí para a escolha de alguma outra pessoa que não ele mesmo, como objeto. Essa fase equidistante entre o autoerotismo e o amor objetal pode, talvez, ser indispensável normalmente; mas parece que muitas pessoas se demoram por tempo inusitadamente longo nesse estado e que muitas de suas características são por elas transportadas para os estádios posteriores de seu desenvolvimento” (Ibid., p.68).

No artigo sobre o narcisismo, já em 1914, Freud irá acentuar que a elaboração deste ponto de sua teoria buscava responder aos impasses advindos, também, da problemática das psicoses. Dirá, precisamente, que aquilo que se colocava como motivo premente à concepção de narcisismo primário residia nas suas tentativas de incluir o campo das parafrenias junto às hipóteses da teoria da libido.

Tais pacientes exibiam, segundo Freud, duas principais características: a megalomania e o desvio de interesse do mundo externo. “Em consequência da segunda modificação, tornam-se inacessíveis à influência da psicanálise e não podem ser curados por nossos esforços” (FREUD, [1914b] 1996, p.82).

Em 1912, Freud já afirmara que a capacidade transferencial, no que concerne à paranoia, limitar-se-ia à transferência negativa, desde a qual o analista

estaria em uma posição de impossibilidade de influência ou cura. Aclara-se, sem embargo, que a dificuldade situada por Freud quanto a um possível estabelecimento de laço transferencial por parte dos psicóticos teria, precisamente, a ver com esta modalidade específica de defesa quanto a não realização das exigências pulsionais. A libido, ao não dirigir-se aos objetos – na neurose, mais bem, veremos seu enlace no campo da fantasia – direcionar-se-ia para o eu.

“Mas o afastamento do parafrênico do mundo externo necessita ser mais precisamente caracterizado. Um paciente que sofre de histeria ou neurose obsessiva, enquanto sua doença persiste, também desiste de sua relação com a realidade. Mas a análise demonstra que ele de modo algum corta suas relações eróticas com as pessoas e as coisas. Ainda as retém na fantasia, isto é, ele substitui, por um lado, os objetos imaginários de sua memória por objetos reais, ou mistura os primeiros com os segundos, e, por outro, renuncia à iniciação das atividades motoras para a obtenção de seus objetivos relacionados àqueles objetos. [...] Com o parafrênico a situação é diferente. Ele parece realmente ter retirado sua libido de pessoas e coisas do mundo externo, sem substituí-las por outras na fantasia” (FREUD, [1914b] 1996, p.82).

É partindo deste entendimento que Freud irá ponderar que uma possível fixação no referido estágio possa atuar como uma disposição para futuras enfermidades, em a libido não podendo encontrar outra saída como o recurso sublimatório. O ponto fraco do paranoico - segundo Freud - residiria em algum lugar nesta região que compreende os estádios de autoerotismo, narcisismo e homossexualismo.

A hipótese formulada por Freud e tão intensamente abordada em seu estudo clínico das memórias de Schreber, como nos lembra Poli (2009), é mesmo anterior à escrita deste texto. Retomando a correspondência de Freud deste período e interrogando-se acerca do especial interesse de Freud neste caso, a autora assinala o interessante fato de que a paranoia de Schreber evocava a Freud o episódio protagonizado por Fliess quando este o acusa de plágio (relativo à temática da bissexualidade). Citamos:

“É, portanto, em Fliess que Freud primeiro interpreta a relação entre paranoia e homossexualidade: seu amigo atuou suas pulsões homossexuais, rechaçadas, o acusando de plágio. Freud mesmo reconhece no texto sobre Schreber que sua teoria sobre a paranoia antecede a leitura das memórias” (POLI, 2009, p.27).

Se, por um lado, o texto freudiano (embora o faça explicitamente em poucas ocasiões) não deixa de trazer à tona uma pergunta acerca da dimensão transferencial presente no caso clínico de Schreber (lembramos a tríade pai/irmão – Flechsig – Deus), também decanta como interrogante deste trabalho os entornos deste entusiástico envolvimento de Freud com este caso clínico.

É neste caminho que Santner (1997) se imbuí na análise das arestas desta produção freudiana, destacando “a dinâmica transferencial que impregnou sua composição” (p.33). Para o autor, pode-se nitidamente recortar do texto de Freud o que subjaz enquanto “angústia de influência”, desde sua constante preocupação – embora implícita - com a questão da originalidade de suas proposições.

Tal preocupação, para o autor, justificar-se-ia desde o contexto em que a teoria psicanalítica se encontrava neste período, em estado de *emergência* – aqui se referindo ao duplo sentido de crise (devido às divisões internas e rompimentos entre Freud e seus contemporâneos) e assunção ou vir a ser. Diz-nos Santner:

“Se de fato há uma dimensão transferencial no envolvimento apaixonado de Freud com o material de Schreber, ela diz respeito não apenas a questões de paixão pelo mesmo sexo, mas também a questões de originalidade e influência, questões pertinentes à transferência de conhecimento e autoridade no próprio campo que Freud estava demarcando como seu” (Ibid., p.36).

No *Esboço de psicanálise*, ao final de sua produção, Freud é enfático em apontar a irredutibilidade das psicoses ao acesso da técnica analítica, mas não deixa de entrever que, especialmente, tratava-se de um campo ainda aberto a novas construções.

“Assim, descobrimos que temos de renunciar à ideia de experimentar nosso plano de cura com os psicóticos – renunciar a ele talvez para sempre ou talvez apenas por enquanto, até que tenhamos encontrado um outro plano que se lhes adapte melhor” (FREUD, [1940(1938)] 1996, p.188).

Lacan irá tomar a produção freudiana como fio condutor de sua teorização acerca das psicoses. Contudo, é inegável que, ao colocar-nos como premissa um não retroceder ante os impasses daí advindos, relança-nos ao desafio de conceber neste emaranhado terreno uma clínica psicanalítica possível – quando percebemos que, para Freud, tal possibilidade não estava de modo algum afirmada.

2.2 Sobre o *Homem dos Lobos* e o mecanismo da forclusão

É a partir de uma releitura do caso clínico de Sergei Pankejeff, ou o *Homem dos Lobos*, publicado por Freud em 1918 – referente à análise transcorrida entre os anos de 1910 e 1914 – que Lacan oferecerá relevo à noção de *Verwerfung*, a qual pode ser destacada da escrita do grande caso clínico freudiano, tomando-a como mecanismo fundamental à compreensão da estruturação do sujeito na psicose. Procuraremos recolher, neste percurso, as indicações deixadas em seu caminho.

Para tanto, iremos retomar algumas considerações acerca do caso clínico, desde o texto freudiano aos desdobramentos de seu ulterior impacto na comunidade analítica. Após, daremos lugar a uma problematização acerca da compreensão lacaniana do caso e sua contribuição ao entendimento da condição psicótica, que se coloca como um divisor de águas na compreensão psicanalítica das especificidades inerentes a esta clínica.

O relato clínico de Freud, embora minucioso, nos oferece poucas pistas acerca das condições atuais do paciente quando este se encontra em tratamento, buscando (e o próprio título do trabalho o denota) elaborar o terreno de uma neurose infantil desde a escuta em análise posterior.

De fato, trata-se de um caso no qual Freud irá confrontar-se com incontáveis questionamentos, já anunciando, ao início de sua descrição do material clínico, o papel fecundo de tais impasses para o avanço da técnica analítica. “A novidade só pode ser obtida de análises que apresentam especiais dificuldades, e para que isso aconteça é necessário que a elas se dedique bastante tempo” (FREUD, [1918 (1914)] 1996, p.21).

Em outro momento, ademais, confessará que a análise exaustiva de um material de tamanha complexidade valeria a pena ainda que se fizesse necessário – e precisamente por isto – sujeitar o então estado atual de sua teoria a revisões e considerações. Encontramos nesta colocação uma indicação preciosa do que nos conduz de modo muito peculiar na pesquisa psicanalítica, onde todo e qualquer avanço só pode ser obtido na esfera da singularidade.

Registraremos, portanto, algumas notas sobre os principais elementos relatados por Freud neste caso e que nos auxiliarão no seguimento desta pesquisa. Trata-se de uma descrição clínica deveras extensa e não poderíamos propor-nos, aqui, ao esgotamento tanto dos inúmeros elementos que constam em seu historial como dos questionamentos teóricos ulteriores, razão pela qual apenas algumas questões serão pinçadas em nossa leitura. Assim descreve Freud:

“Diz respeito a um jovem cuja saúde se abalara aos dezoito anos, depois de uma gonorreia infecciosa, e que se encontrava inteiramente incapacitado e dependente de outras pessoas quando iniciou seu tratamento analítico, vários anos depois” (Ibid., p.19).

Sua infância teria sido fortemente marcada por distúrbios de ordem neurótica. Freud irá referir, ao longo da construção do caso, algumas divisões deste período infantil conforme os principais eventos que o compuseram - destacando especialmente o momento de uma histeria de angústia, configurada sob a forma de uma fobia animal, e o estágio seguinte no qual entra em cena uma neurose obsessiva de caráter religioso, a qual teria permanecido até, aproximadamente, a idade de dez anos (idade na qual entra no cotidiano do paciente um tutor de origem alemã, que Freud destacará como ocupando um importante papel na melhora dos sintomas).

Sua mãe sempre sofrera de constantes dores abdominais, associadas a hemorragias. Em dada ocasião, ao acompanhá-la ao médico, recorda-se de escutá-la lamentar sua condição, dizendo que não mais poderia viver daquela forma. Estas palavras lhe causaram grande impressão e ele as repetiria, durante a análise com Freud, em relação a seu próprio padecimento. O pai também sofreria de sintomas depressivos.

A primeira lembrança, dentre os fatos marcantes que compõem esta neurose infantil, é descrita por Freud como uma cena de sedução por parte de sua irmã, cerca de dois anos mais velha que o Homem dos Lobos. Tinha aproximadamente três anos e um quarto. “A irmã havia-lhe pegado no pênis e brincava com ele, ao mesmo tempo em que lhe contava histórias incompreensíveis sobre a babá, à guisa de explicação” (Ibid., p.32). Segundo a irmã, também a babá o fazia com outras pessoas, como com o jardineiro, mantendo-o de cabeça em pé e tocando-lhe os genitais.

Desta cena, destaca-se a posição passiva ocupada pelo sujeito em relação à irmã – Freud destacará alguns sonhos e fantasias cujo teor apontavam para a busca de apagar da lembrança do paciente o evento que considerara ofensivo à sua autoestima masculina. Entre a cena da sedução e o conhecido sonho com os lobos, aos quatro anos, o paciente passa a apresentar comportamento rebelde e desperta a preocupação de seus pais.

O sonho cujo conteúdo intitula o caso clínico ocorre em uma noite anterior ao dia de Natal, data em que o paciente nutria a expectativa de ganhar dois presentes, visto que aniversariava na mesma ocasião. No sonho, estava deitado na cama, que ficava em frente à janela, na qual havia uma fila de velhas nogueiras. A janela abre-se sozinha e o menino se depara com lobos brancos sentados na grande árvore, ficando aterrorizado. Registrará as *caudas grandes*, similares às das raposas, e as *orelhas empinadas*, que irão lembrar-lhe cães pastores.

Destaca-se, especialmente, o olhar fixo dos lobos, que lhe evocará uma sensação de extrema realidade, tendo sido difícil convencer-se de que se tratava de um sonho. O paciente associará, então, a imagem dos lobos a uma figura existente em um livro de história infantil com a qual sua irmã costumava assustá-lo. Ainda, recordará uma história contada pelo avô, qual seja, de um alfaiate que persegue um lobo com seu bastão - após este ter invadido seu quarto -, arrancando-lhe a cauda. Algum tempo depois, na floresta, o alfaiate teria se deparado com uma alcateia de lobos e, para fugir, subiu em uma árvore. Freud encontra nesta associação, pela primeira vez, uma alusão ao complexo de castração. Registremos este ponto, que será retomado adiante.

A cena do sonho irá ativar, nas palavras de Freud, a recordação / construção de uma lembrança ainda mais primitiva, e que será decisiva para o desdobramento de sua constituição. Trata-se da cena do coito *a tergo* de seus pais, que teria ocorrido por volta de um ano e meio de idade. O menino costumava acordar por volta das cinco horas devido à febre alta (elemento que irá repetir-se no horário de suas crises depressivas). Na cena, teria podido ver o órgão do pai, e interrompera o processo de modo bastante significativo, defecando - elemento que, adiante em sua vida, insistiria sob a forma de crises intestinais severas.

Após a idade de quatro anos, enfatiza-se a questão de sua histeria de angústia. Passa a temer alguns animais, como os lobos, mas também desvelará moções sádicas contra os pequenos animais e insetos no jardim. Seu

comportamento rebelde fará com que sua mãe e Nanya, sua querida babá, passem a introduzi-lo na história bíblica. A partir desta iniciação, encontrarão terreno seus rituais de caráter obsessivo.

O fato de aniversariar na mesma data que Cristo facilitará, segundo Freud, uma identificação do menino para com esta emblemática figura. O interessante é que, em suas elaborações, tratar-se-ia de um Deus tirânico e cruel para com seu filho Cristo; o que corrobora, como veremos adiante, o congelamento de sua posição de objeto do gozo do Outro. Em suas suposições, Cristo poderia ter relações sexuais com Deus.

Os sintomas e rituais obsessivos consistirão, essencialmente, em ter que beijar todas as imagens de santos e rezar compulsivamente antes de dormir; lhe ocorrem pensamento blasfemos ('Deus-merda', 'Deus-porco'). Via-se, ainda, obrigado a respirar ruidosamente em determinadas ocasiões, associando a inspiração vigorosa ao Espírito Santo e a expiração com a saída de maus espíritos. Também precisava expirar fortemente quando enxergava mendigos, aleijados e outros sujeitos de aparência miserável – conforme dizia a Freud, assim agia para evitar ficar como estas pessoas.

Estes elementos de caráter obsessivo irão amainar quando do aparecimento, por volta dos seus dez anos de idade, de um tutor alemão, que não daria muita importância aos assuntos religiosos. Para Freud, sob a influência deste tutor, o menino passaria a uma nova e melhor sublimação de seu sadismo (que, na iminência da puberdade, teria dominado o seu masoquismo). Este novo elemento seria seu entusiasmo pelos assuntos militares.

Freud, em distintos momentos, realçará o impasse que se coloca, para o paciente, relativamente aos estágios de seu desenvolvimento sexual, contornando a questão da castração. É importante que sublinhemos este aspecto, que será oportunamente retomado por Lacan em suas elaborações sobre o caso. Após a cena de sedução pela irmã mais velha, o Homem dos Lobos teria buscado uma aproximação com sua babá Nanya – demonstrando, inicialmente, que efetivamente rechaçara a aproximação da irmã, mas não o conteúdo de sua abordagem. Passara, sem embargo, a brincar com o pênis em frente à babá, movimento diante do qual esta lhe profere algumas ameaças. Ocorrerá então, segundo Freud, uma regressão ao estágio libidinal anterior, pré-genital – que ele situa como predisponente à organização da neurose obsessiva:

“Sabemos que, depois da recusa de sua Nanya e a conseqüente supressão do início da atividade genital, a vida sexual do menino desenvolveu-se na direção do sadismo e do masoquismo. Maltratava e atormentava pequenos animais, imaginava-se batendo em cavalos e, por outro lado, imaginava o herdeiro ao trono sendo espancado. No seu sadismo, mantinha a antiga identificação com o pai; mas, no masoquismo, escolhia-o como objeto sexual” (Ibid., p.73).

Aos cinco anos de idade, outro elemento crucial de sua história clínica, e que será o gancho principal da releitura lacaniana: a conhecida alucinação do dedo cortado. O relato é de estar o menino brincando no jardim, em companhia de sua já mencionada babá, fazendo cortes na casca de uma noqueira com seu canivete; de repente percebe, sob inexprimível terror, haver cortado seu dedo mínimo, que ficara pendurado pela pele - sem saber se se tratava do direito ou do esquerdo. Nada pode dizer à babá, deixando-se cair sobre um assento próximo, incapaz de olhar novamente seu dedo. Ao acalmar-se, olha para ele e percebe que estava inteiramente ileso.

A leitura freudiana do relato desta alucinação aponta para um período de reconhecimento da realidade da castração, precisamente inserindo-o no capítulo de seu historial clínico dedicado a esta problemática. Entretanto, Freud apontaria três correntes possíveis de leitura desta questão em relação ao Homem dos Lobos. Conforme nos situa, inicialmente o paciente rejeitara a castração, apegando-se à teoria sexual anal. “Quando digo que ele a havia rejeitado, o primeiro significado da frase é o de que ele não teria nada a ver com a castração, no sentido de havê-la reprimido” (Ibid., p.92). Tal atitude, contudo, poderia não ter sido a elaboração final do menino frente a este impasse. Registremos a construção freudiana:

“Afim, seriam encontradas nele, lado a lado, duas correntes contrárias, das quais uma abominava a ideia de castração, ao passo que a outra estava preparada para aceitá-la e consolar-se com a feminilidade como compensação. Para além de qualquer dúvida, porém, uma terceira corrente, a mais antiga e profunda, que nem sequer levantara ainda a questão da realidade da castração, era ainda capaz de entrar em atividade” (Ibid., p.93).

Sabe-se que, em sua adolescência, terá especial relevância seu mal-estar em relação aos problemas com o nariz (problemas com a acne e o inchaço das glândulas sebáceas) e o temor de contrair gonorreia, o que efetivamente ocorre aos dezoito anos, quando de sua relação com uma jovem camponesa que vira

ajoelhada, lavando roupa. Anunciar seu nome, *Matrona*, será motivo de resistência em análise, desde onde Freud evocará a associação deste nome para com um elemento maternal. De fato, a posição da camponesa remeteria o Homem dos Lobos à cena primária e seria ainda a única posição na qual podia obter algum prazer sexual.

Aos dezenove anos, sua irmã suicida-se, e Freud se questiona enfaticamente acerca da estranha reação do paciente neste momento, de aparente frieza, chegando a felicitar-se por haver se tornado o único herdeiro a partir de então. A questão do dinheiro, cabe ressaltar, ocupará um lugar importante em sua história. Após a morte do pai, seguidamente faria acusações à mãe de que esta estaria tentando privá-lo de sua herança. Também não é desprezível o fato de que, após perder sua fortuna na guerra, tenha passado a viver de contribuições anuais da comunidade analítica – primeiramente pelo auxílio financeiro do próprio Freud.

Sobre estas contribuições, que se estenderam por toda sua vida, lhe seria incentivado que pintasse como modo de justificá-las. Nestas produções, tal como nos assinala Quinet (2006), o que se repetia era a cena do sonho pelo qual ficara conhecido entre os psicanalistas. Conforme também lembra-nos o autor - que empreende uma interessante retomada cronológica do caso clínico -, já quando da análise do Homem dos Lobos com Ruth Mack Brunswick, quando aquele tinha cerca de quarenta anos, aparecerão mais claramente elementos de ordem persecutória relativamente aos médicos com quem consultava, incluindo Freud. Deste, julgava que a contribuição financeira lhe era devida.

O diagnóstico realizado por esta psicanalista apontava para uma paranoia de forma hipocondríaca – evoquemos os episódios relativos à espinha no nariz, cuja cavidade temia que jamais se fechasse, olhando no espelho compulsivamente e sentindo-se olhado por todos. Outros analistas vieram a escutá-lo, ocasionalmente, até o final de sua vida.

Voltemos à questão da castração, tomando-a como eixo desta releitura do caso do Homem dos Lobos. É certo que, no texto freudiano, trata-se de um elemento que se interpõe como impasse. Tal como mencionado anteriormente, Freud elabora três correntes de leitura sobre o modo como esta questão se organiza no paciente. Lacan (1954) será enfático ao apontar que, embora o sujeito tenha manifestado o acesso à realidade genital, conforme podemos vislumbrar ao longo da

leitura do caso, esta permaneceria como *letra morta* em seu inconsciente, onde jamais deixou de reinar a teoria sexual anal.

Tomando como questão a cena primária, Lacan dirá que ali se organiza uma captura imaginária na posição passiva, ativada a partir do sonho com os lobos – onde, lembremos, destaca-se na leitura freudiana a *imobilidade* relativa a seu olhar. Para Lacan, tornou-se impossível ao Homem dos Lobos aceitar a realidade genital sem, com isto, render-se à ameaça de castração.

Freud já apontara que o sujeito parecia nada querer saber da castração no sentido do recalque – que, portanto, a rejeitara. Como nos lembra Lacan, o que ali se coloca é de natureza absolutamente distinta ao mecanismo do recalque – porquanto deste não podemos distinguir sua natureza e a de seu retorno: “(...) aquilo de que o sujeito não pode falar, ele o grita por todos os poros do seu ser” (LACAN, [1954] 1998, p.388).

Desta feita, Lacan oferecerá todo o relevo ao mecanismo da *Verwefung*, apontando-nos para o que se situa enquanto efetiva abolição simbólica no sujeito. Em relação ao Homem dos Lobos, poder-se-ia vislumbrar uma forclusão da castração, porquanto permanecendo no *status quo* de sua teoria sexual infantil fixada no erotismo anal.

A *Verwefung* estará, para Lacan, em oposição à *Bejahung*. Em outras palavras, para que algo possa ser negado – no sentido do recalque -, é preciso que esteja primeiramente afirmado, em um tempo lógico anterior. Freud já afirmara que “a negativa constitui um modo de tomar conhecimento do que está reprimido; com efeito, já é uma suspensão da repressão, embora não, naturalmente, uma aceitação do que está reprimido” (FREUD, [1925] 1996, p.265-266).

A *Bejahung* seria esta afirmação primordial, primeira introdução do simbólico. Nas psicoses, mais bem, tratar-se-ia de um rechaço primeiro, de um cortar pela raiz toda e qualquer manifestação simbólica: não se trata de negar o que uma vez fora afirmado, mas precisamente uma *não Bejahung*. Dirá Lacan:

“De que se trata quando falo de *Verwefung*? Trata-se da rejeição de um significante primordial em trevas exteriores, significante que faltará desde então nesse nível. Eis o mecanismo fundamental que suponho na base da paranoia. Trata-se de um processo primordial de exclusão de um dentro primitivo, que não é o dentro do corpo, mas aquele de um primeiro corpo de significante” (LACAN, [1955-56] 2002, p. 174).

Ainda em consideração ao caso do Homem dos Lobos, Lacan destacará o fato de que a castração, em não podendo registrar-se no âmbito simbólico, irá reaparecer de forma errática no real, sob a forma de resistência sem transferência, ou de uma “pontuação sem texto” (LACAN, [1954] 1998, p.390). O que se coloca como essencial no relato da alucinação do dedo cortado, então, seria a perplexidade do sujeito na cena, impossibilitado de falar qualquer coisa, imobilizado. Se em um lapso ou esquecimento, próprios ao registro neurótico, tratar-se-ia de um deixar de dispor do significante, aqui mais bem estaríamos diante de um sujeito que se imobiliza perante a estranheza do significado. “E isso, a ponto de não poder comunicar o sentimento que experimenta, nem mesmo sob a forma de um apelo, embora tenha a seu alcance a pessoa mais apropriada para ouvi-lo: sua amada Nania” (Ibid., p.392).

Sobre este momento de mutismo aterrorizado, Lacan tomará em consideração o registro da temporalidade, apontando para isto que se produz, no sujeito, como uma espécie de abismo temporal. Atentará, portanto, para o modo como se produzem as lembranças neste caso clínico. Lacan pinçará a questão de ter o paciente, ao iniciar um relato, suposto que Freud já o conhecia.

“Outro aspecto do movimento da lembrança parece-nos convergir para a ideia que iremos enunciar. É a correção que o sujeito faz secundariamente, ou seja, a de que a noqueira de que se trata no relato, e que não nos é menos familiar do que a ele quando ele evoca sua presença no sonho de angústia – que é, de certa maneira, a peça mestra do material desse caso -, é sem dúvida trazida para este de outro lugar, isto é, de uma outra lembrança de alucinação em que é da própria árvore que ele faz brotar sangue” (Ibid., p.393).

Lacan afirmará, neste sentido, um caráter *extra temporal* da lembrança, no qual situa alguma complementaridade ao famoso sentimento de *déjà vu*. Este sentimento, justamente, viria ao encontro da alucinação errática, enquanto eco imaginário advindo como resposta a este ponto de realidade localizado no limite onde fora suprimido do simbólico. “Isso quer dizer que o sentimento de irrealidade é exatamente o mesmo que o sentimento de realidade” (Ibid., p.393). O que os diferenciaria, pois, estaria no fato de que, enquanto o segundo alude-nos ao texto simbólico no qual se constitui o registro da lembrança, o primeiro apontará para formas imemoriais do registro imaginário –

onde o desnudamento do suporte da reminiscência se evidenciaria na interrupção do texto.

Desta forma, o sujeito não experimentaria um sentimento menos convincente ao deparar-se com o símbolo originalmente suprimido de sua *Bejahung*. Este símbolo, outrossim, não existirá: para Lacan, ele *ek-siste*, na medida em que nada poderá existir senão sobre um fundo de ausência suposto. Evoquemos, então, isto que Lacan aponta como um fora do tempo, ao referir-se ao caráter da rememoração no Homem dos Lobos. Parece-nos fundamental, pois, sublinhar este enlace entre a *Bejahung* enquanto introdução primeira do campo simbólico e a temporalidade por ela instituída – este será um ponto de suma relevância em nossas considerações posteriores acerca da transferência nas psicoses, onde este abismo temporal, apontado por Lacan, evidencia-se em sua radicalidade.

“Do mesmo modo, é isso que aparece em nosso exemplo. O conteúdo da alucinação, tão maciçamente simbólico, deve seu aparecimento no real ao fato de não existir para o sujeito. Com efeito, tudo indica que este continuou fixado, em seu inconsciente, numa posição feminina imaginária que tira todo o sentido de sua mutilação alucinatória. Na ordem simbólica, os vazios são tão significativos quanto os cheios; realmente parece, ao ouvir Freud hoje, que é a hiância de um vazio que constitui o primeiro passo de todo o seu movimento dialético” (Ibid., p.394).

Também Quinet (2006) recortará a questão de um *congelamento da cena* – evocando a imagem do coito *a tergo*. Trata-se de conceber a cena enquanto fixada, sem possibilidade de dialetizar-se ou amparar-se do deslizamento significante. O autor lembra que, no que tange ao impasse da castração, Freud nos apontara não haver uma moção viril vitoriosa, mas uma passiva e uma revolta. Destarte, a posição ativa, masculina, corresponderia à recusa imaginária da força passiva e permitiria o congelamento da imagem como viril – ou seja, o sujeito identificado imaginariamente com o pai na cena do coito (posição que será condição de seu desejo sexual no futuro). “Temos aqui a ilustração do desejo congelado na paranoia, desejo congelado em uma imagem” (QUINET, 2006, p.136).

O autor, ainda, sublinhará que todas as posições passivas referir-se-ão a uma única significação, a saber, ocupar o lugar de objeto de gozo do pai. Incita-nos a que procuremos o pai na leitura do caso clínico – nesta indicação, iremos nos deparar com a figura de Deus no período de sua neurose obsessiva (o Deus tirânico e cruel) e com as figuras decaídas que ele precisa expirar em seus rituais. Mas, para

o autor, não encontraremos nenhuma figura que efetivamente represente o pai simbólico.

Em nossa leitura anterior dos textos freudianos sobre a temática em questão nesta pesquisa, apontamos sua distinção entre a perda da realidade nas neuroses e psicoses, situando nesta última um afastamento primário, primordial. Ao colocar em primeiro plano o mecanismo da *Verwerfung*, Lacan também nos permite transpor em outros termos a proposição freudiana na qual se concebe como próprio às psicoses um retornar desde fora de algo anteriormente abolido no interior do sujeito. Com Lacan, pode-se reformular esta premissa em termos de articulação dos registros: do que não se pode apreender no âmbito simbólico, tem-se um retorno desde o real.

2.3 Um encontro com o abismo

“Afirmamos que semelhante descoberta só pode dar-se às custas de uma submissão completa, ainda que advertida, às posições propriamente subjetivas do doente” (LACAN, [1957-58] 1998, p.540).

Para a psicanálise, o sujeito se funda desde o discurso do Outro. Isto quer dizer que há algo que o precede; é desde a condição de sermos falados, habitados pelo Outro e pela linguagem, que podemos advir enquanto sujeitos. Em outras palavras, faz-se preciso que, inicialmente, nos primórdios da estruturação psíquica, o sujeito esteja submerso no campo do Outro, atrelado a seu universo significante. É o tempo, necessário, da alienação - assim o nomeia Lacan.

Contudo, se na neurose se delineia a possibilidade de que aí advenha um intervalo, mediante a introdução do registro simbólico e sua conseguinte sustentação de uma marca faltante no Outro, para o sujeito psicótico tal operação não pode realizar-se.

Desde Freud e, após, com Lacan, uma outra abordagem ao campo da loucura fez-se possível. Distanciando-se de uma clínica fenomenológica e ao discurso do déficit, a psicanálise propõe-nos conceber o delírio (assim como os fenômenos alucinatorios) já não como sintomas a serem combatidos ou suprimidos; ao contrário, será também pela via da construção delirante que se poderá constituir

algum intento de contorno, borda que outorgue ao sujeito um intervalo perante a invasão maciça do Outro, a cujo gozo se encontra em incessante submissão.

Pode-se pensar, junto com Lacan, que na condição psicótica haveria uma dificuldade de introdução do registro da alteridade – o qual implicaria uma espécie de temporalização entre o sujeito e o campo do Outro. Tratar-se-ia, justamente, de um Outro não barrado que, por constar enquanto absolutizado, não permitirá ao sujeito a assunção de uma posição de enunciação. Em outras palavras, vemos conjugar-se uma impossibilidade de que possa o sujeito recortar algo do campo do Outro como próprio.

Lacan, em seu seminário sobre as psicoses (1955-56), retomará as proposições freudianas centrais sobre o tema, destacando a importância, para melhor apreendermos a complexidade envolvida na posição psicótica, de descobirmos como aí se situa a dimensão simbólica em sua articulação com os demais registros. Este será o acento deste primeiro momento da produção de Lacan, no qual nosso trabalho encontra suas principais balizas. Destarte, logo procura fazer-nos problematizar sobre de que se trata na dita relação do sujeito para com a realidade, sublinhando que, para Freud, era de realidade psíquica que se tratava:

“Já entramos numa distinção muito importante – a realidade não é homônima de realidade exterior. No momento em que desencadeia sua neurose, o sujeito elide, escotomiza, como se disse depois, uma parte de sua realidade psíquica, ou, numa outra linguagem, de seu *id*. Essa parte é esquecida, mas continua a fazer-se ouvir. Como? De uma forma que é aquela sobre a qual todo o meu ensino insiste – de uma forma simbólica” (Ibid., p. 56).

Assim, Lacan parece-nos ponderar acerca disto que Freud circunscreveu como próprio às psicoses, uma relação com a realidade pautada por um buraco, hiância a ser preenchida pela dimensão do delírio. Na neurose, o recalcado far-se-ia ouvir *in loco*, no registro mesmo de sua operação. Para o psicótico, entretanto, destaca-se a dimensão de um *não saber* em sua radicalidade, porquanto o sujeito recebe do outro (semelhante) sua própria fala, mas não de modo invertido - tal como Lacan dirá a respeito de uma paciente da qual relata sua apresentação: “sua própria fala está no outro que é ela mesma” (Ibid., p.63). Retomaremos adiante este ponto.

Vemos, deste modo, elidir-se a dimensão do Outro enquanto garantidor do lugar da falta e a possibilidade de que se possa advir a dimensão do enigma. É

desta impossibilidade de constituição de um equívoco que na fala delirante, segundo Lacan, os significantes estarão a todo tempo passíveis de isolamento, podendo tomar-se de um peso particular e, assim, congelando-se em sua significação – em outras palavras, uma incessante produção de signos, onde (em termos freudianos) a palavra é tomada como coisa.

Dir-nos-á Lacan, mais precisamente, que no campo das psicoses o significante operaria com a fixidez de letra – a qual, porquanto calcada eminentemente na dimensão litoral entre os registros do real e simbólico, não portaria a mobilidade da cadeia significante. As noções de *congelamento* e *fixidez*, sem embargo, outra vez remetem-nos a uma temporalidade peculiar a colocar-se em cena na escuta das psicoses. Sublinhemos este ponto, que será desdobrado adiante em nosso texto.

Neste contexto, Zuberan (2004) irá retomar a questão gramatical do delírio, tal como situada por Freud a propósito do caso Schreber, contornando suas especificidades em distinção ao campo da retórica do desejo. Lembremos que, na escrita deste caso, partindo de sua hipótese central acerca do mecanismo da paranoia (uma tendência ou impulso homossexual mediante a qual o sujeito defender-se-ia), Freud irá apontar-nos três variantes de negação (a saber, substituindo-se o verbo, o sujeito ou o objeto) para este ponto de fixação (“eu o amo”), daí advindo três modalidades de constituição do delírio.

Na primeira situação, em se substituindo o verbo, temos delineada a forma de um delírio persecutório (“eu não o amo, eu o odeio, ele me persegue”). Caso o termo substituído seja o sujeito da frase, é o delírio de ciúmes que se nos desvela (“eu não o amo, ela o ama”). Por fim, na mudança do objeto ou complemento, vislumbramos a composição do delírio erotomaniaco (“eu não o amo, amo ela, ela me ama”). Tais operações destacam, portanto, uma *gramática*, com a qual o sujeito psicótico não encontraria possibilidades, conforme nos situa Zuberan (2004), de armar uma retórica - cujas possibilidades de substituições, diferentemente do que se passa na gramática delirante, infinitizam-se.

Ademais, é desde esta distinção que o autor problematizará a impossibilidade, na qual se encontraria o sujeito psicótico, de tramitar algo em relação à sua *letra portada* - remetendo-se àquilo que se escreve no sujeito desde o campo do Outro. A operação de leitura destacaria, justamente, a possibilidade de

um enlace dos significantes do sujeito ao campo da letra; em outras palavras, esta contorna uma possibilidade de pergunta acerca do desejo do Outro.

O psicótico, portanto, não encontraria meios de amparar este questionamento acerca do que lhe escreve o Outro e, porquanto a letra não pode vir a ser lida, tampouco se destaca desta operação um esvaziamento de gozo. A este respeito, sublinhando a relevância de outorgar terreno a tais interrogantes, retomamos o que Lacan já nos advertia acerca do que se há de extrair consequências a partir da referida construção freudiana da gramática delirante:

“Embora Freud, em sua tentativa de interpretação do caso do Presidente Schreber, que é mal lida quando se reduz aos ramerrões que vieram depois, empregue a forma de uma dedução gramatical para expor as mudanças de orientação da relação com o outro na psicose, ou seja, os diferentes meios de negar a proposição *eu o amo* [...], os problemas lógicos formalmente implicados nessa dedução não retêm a atenção de ninguém. Mais ainda, se Freud, nesse texto, afasta expressamente o mecanismo da projeção como insuficiente para explicar o problema, entrando nesse momento numa elaboração muito longa, detalhada e sutil sobre o recalque, mas oferecendo pedras de espera para nosso problema, digamos apenas que estas continuam a se perfilar, invioladas, acima da poeira levantada do canteiro de obras psicanalítico” (LACAN [1957-58] 2002, p.548).

Em sua crítica ao que considera como um problema mal situado no pós-freudismo – àqueles cuja leitura sobre a questão das psicoses tornar-se-ia insuficiente ao abarcá-la valendo-se meramente da problemática da projeção e de uma suposta falsa percepção da realidade -, Lacan irá deslocar absolutamente o ponto de mirada, trazendo à tona a dimensão da certeza no discurso do sujeito psicótico, em sua singular posição frente à linguagem. Tal certeza, diz-nos Lacan, irá adquirir peso proporcional ao vazio mesmo em que se encontra inicialmente o lugar da significação.

“Num sujeito como Schreber, as coisas vão tão longe que o mundo inteiro está tomado nesse delírio de significação, de tal modo que se pode dizer que, ao invés de estar só, quase nada há de tudo o que o cerca que, de certo modo, ele não seja. Em compensação, tudo o que ele faz existir nessas significações é de alguma maneira vazio dele próprio” (LACAN [1955-56] 2002, p.95).

Concebendo-se o falo como aquilo que, sendo introduzido pela função paterna, possibilita ao sujeito situar-se frente ao desejo da mãe, como pode arranjar-se o sujeito para quem esta função não se completa? Lacan irá apontar duas principais hiências na condição psicótica: por um lado, a não inscrição do

significante Nome-do-Pai (foraclusão) e, por outro, a ausência de mediação do falo imaginário. Evoca-nos, desta feita, isto que está colocado em Schreber como uma verdadeira invasão imaginária, mediante uma dominação da relação especular. Seriam dois abismos, portanto, aos quais o psicótico se encontraria em permanente risco de um encontro radical.

“A *Verwefung* será tida por nós, portanto, como foraclusão do significante. No ponto em que, veremos de que maneira, é chamado o Nome-do-Pai, pode pois responder no Outro um puro e simples furo, o qual, pela carência do efeito metafórico, provocará um furo correspondente no lugar da significação fálica” (LACAN [1957-58] 2002, p. 564).

A irrupção de uma crise, então, desvelaria a impossibilidade do sujeito de se haver com uma questão sobre o ser, ali onde o significante Nome-do-Pai é invocado em oposição simbólica ao sujeito, nesta posição que Lacan nomeou como terceira. Neste sentido, parece-nos pertinente retomar algumas questões desde os esquemas propostos em *De uma questão preliminar a todo tratamento possível da psicose*, nos quais Lacan buscara formalizar as especificidades envolvidas na estruturação psicótica. Tal retomada será breve, sublinhando algumas importantes consequências para nossa pergunta acerca do universo transferencial nas psicoses.

O primeiro esquema proposto, neste texto onde vemos condensadas as principais construções do seminário sobre as psicoses, é o conhecido *Esquema L*³. Registremos que, neste esquema, são os campos do imaginário e do simbólico que ele procura delimitar. Tal como nos aponta Doumit (1996), trata-se de um ponto de guinada na elaboração lacaniana, consagrando a distinção correlativa ao sujeito e ao eu (*Moi*).

Tratar-se-ia, desta feita, da apresentação de um *esquema da fala*, porquanto o eixo simbólico esteja presente a cada vez que o sujeito dirija-se ao Outro – aqui, diferenciando-se do outro imaginário, o semelhante. O sujeito está ali, portanto, como referido ao campo simbólico que o antecede e o determina. Deste campo, articulam-se os significantes constitutivos do sujeito. “O que nele se desenrola articula-se como um discurso (o inconsciente é o discurso do Outro)” (LACAN, [1957-58] 1998, p.555).

Tal como nos aponta Guerra (2010), neste eixo (Sujeito – Outro) localizariamos a assunção de uma pergunta sobre o ser, sendo que desta operação

³ As figuras mencionadas (esquemas L, R e I) constam nos anexos desta dissertação.

simbólica adviria um eu (a'), capaz de investir libidinalmente nos objetos (a). Destarte, o eixo a-a' visibiliza o campo imaginário e especular, ali onde o sujeito irá projetar-se e opor-se, simultaneamente, à relação simbólica contida em S-A.

Ora, em não havendo incidência simbólica, não podemos ver outra coisa senão o achatamento do esquema, de modo a que o sujeito passe a coincidir com a imagem de si (S-a'), e o Outro a coincidir com os objetos (A-a). Para a autora, portanto, poderíamos observar um efeito de coincidência entre os campos simbólico e imaginário, de tal forma que o ser ali está como que resumido à sua imagem. "O sujeito se encontra a céu aberto, banhado pela linguagem não domesticada que aparece na forma de objetos que o atormentam (A-a)" (Ibid., p.35).

O desencadeamento da psicose nos indicaria, portanto, um encontro com um fato concreto capaz de induzir o sujeito a uma desestabilização imaginária. Lacan (1957-58) dirá que o psicótico encontra-se identificado a algo no qual assume o desejo materno, desde o qual se poderia entrever um risco (que, adiante em nosso trabalho, discutiremos acerca das especificidades do campo transferencial nas psicoses) de que este plano identificatório seja atravessado, colocado em cheque.

Havendo a quebra da identificação na qual o sujeito estava apoiado imaginariamente, teríamos como consequência uma convocação simbólica ali onde este não pode encontrar amparo na significação de seu enigma (o eixo transversal S-A). Neste contexto, ainda sobre as consequências da proposição do esquema L, aponta-nos D'Agord (2009):

"O esquema L mostra que, ao falar, se recebe do outro a própria mensagem invertida. Mas há duas estruturas de discurso aos quais se aplica essa formulação: aquela em que há reconhecimento do Outro e aquela que não há reconhecimento do Outro. A primeira corresponde ao discurso neurótico, a segunda, ao discurso psicótico. Trata-se da presença ou ausência do desvio da fala pelo Outro, de modo que, se há comunicação entre o falante e o outro, é porque há uma dimensão fundante, condição para que aconteça a comunicação. Na dimensão fundante, o Outro é reconhecido, mas não é conhecido. Eis a alteridade fundamental do Outro (um terceiro). A fala dirigida ao Outro no outro é inconsciente, mas esse Outro é fundamental para fazer pactos, acordos, quanto ao que é comunicado. É isso que o esquema L figura, a relação da fala ao Outro no outro, o desvio pelo Outro na fala ao outro" (Ibid., p.91).

Com a apresentação do *Esquema R*, podemos ver delinear-se o fato de que a relação do sujeito ao campo do Outro estará perpassada pelo terreno da fantasia. Lacan (1957-58) o propõe enquanto expõe um plano projetivo, onde um

corte isolará uma banda de Moebius. “Basta dizer isso, já que, a partir daí, esse campo será o lugar-tenente da fantasia ao qual esse corte fornece toda a estrutura” (Ibid., p.560).

Neste sentido, somente o corte poderia revelar toda a estrutura da superfície, porquanto dela podendo destacar seus dois elementos heterogêneos (o S barrado – recobrimdo o campo da realidade, R – e *a*, correspondendo aos campos imaginário e simbólico). Seria como representante da representação na fantasia – enquanto originalmente recalcado – que, para Lacan (1957-58), o sujeito barrado do desejo suportaria o campo da realidade, sendo que tal sustentação somente viabilizar-se-ia desde a extração do objeto *a*.

Tal como nos evoca Guerra (2007), a banda de Moebius aqui destacada se reduz ao corte, de modo que nada mensurável será retido em sua estrutura. “Essa dobra, representada por uma faixa no interior do esquema, fala da introdução do objeto *a*. Enquanto o campo da realidade barra o objeto *a*, a tela da fantasia, ao obturar esse campo, se torna condição de possibilidade de sua existência” (Ibid., p.160). Em outras palavras, far-se-ia preciso a extração do objeto – enquanto efeito da incidência da castração – para a assunção do sujeito em sua sustentação do campo da realidade, desde o amparo simbólico do Outro (em uma das pontas do esquema) e do campo imaginário, desde o significante fálico (na outra ponta). Dirá Lacan (1957-58): “O sujeito, por outro lado, entra no jogo como morto, mas é como vivo que irá jogá-lo, é em sua vida que precisará usar o naipe que naquela ocasião ele anuncia” (Ibid., p.558).

Lacan indica-nos que, no momento fundante do estádio do espelho, colocar-se-ia em cena uma prematuração capaz de promover a abertura de uma hiância no campo imaginário, condição de possibilidade de que venha a produzir-se a simbiose no simbólico, onde o sujeito estará constituído como “sujeito para a morte” (Ibid., p.558). Então, conforme pontua Guerra (2007), neste esquema encontraremos o significante fálico enquanto recobrimdo a falta instalada na faixa de Moebius, operando como referente na articulação da realidade – em outras palavras, vemos ressoar o campo das neuroses.

O *Esquema I* possibilita, mais bem, vislumbrarmos o que se passa no registro das psicoses, ali onde Lacan (1957-58) tomará o modo como se arma a estabilização em Schreber como mote. Interessante que, ao situar a organização

deste esquema (uma distorção do esquema R), nos dirá que a ausência de mediação do campo da fantasia colocar-nos-ia em face um *tempo indefinido*.

“Terá sido esse outro abismo formado pelo simples efeito, no imaginário, do vão apelo feito no simbólico à metáfora paterna? Ou deveremos concebê-lo como produzido num segundo grau pela elisão do falo, que o sujeito reduziria, para resolvê-la, à hiância mortífera do estádio do espelho?” (Ibid., p.577).

Neste esquema, portanto, Lacan nos aponta a distorção acima referida como compondo uma dupla curva, onde as hipérbolas indicam-nos a ausência dos significantes do Nome-do-Pai e do falo imaginário, de modo a que vislumbremos um remanejamento do campo da realidade para o sujeito. Temos, pois, os dois *abismos* ao qual o sujeito psicótico estaria confrontado, referidos anteriormente em nosso texto. “Toda a espessura da criatura real, ao contrário, interpõe-se para o sujeito entre o gozo narcísico de sua imagem e a alienação da fala em que o Ideal do eu assumiu o lugar do Outro” (Ibid., p.578).

A ausência do significante Nome-do-Pai, como sublinha Guerra (2007), desvelaria a instalação de um sorvedouro tanto do lado do campo do simbólico como do lado do imaginário, porquanto da ausência de mediação da significação fálica. Os dois furos indicados no esquema, pois, efetivariam um achatamento na figura – ao qual corresponderia, desta forma, a ausência da operação de extração do objeto *a*. Tais ausências estariam colocadas, outrossim, em uma espécie de *infinitização* – o que parece-nos bastante relevante no contexto de nossa pesquisa, apontando, de algum modo, para uma dimensão temporal.

Desde os dois pontos acima destacados enquanto faltosos no esquema I, Doumit (1996) irá acentuar o delírio em sua dimensão de substituto – malgrado – da fantasia. Neste sentido, seria a duplicação do Outro o que estaria em falta nas psicoses, e que o delírio buscaria restabelecer – ali onde o significante da falta no Outro encontra-se elidido, de modo a que o campo da fantasia não possa operar como mediador na relação entre sujeito e Outro.

“Reunidas na forma desse esquema, destacam-se as relações pelas quais os efeitos de indução do significante, recaindo no imaginário, determinam esse transtorno do sujeito que a clínica designa sob as feições do crepúsculo do mundo, exigindo, para responder a ele, novos efeitos do significante” (LACAN, [1957-58] 1998, p.579).

Segundo situa-nos Guerra (2010), estando o sujeito psicótico em uma impossibilidade de operar a denegação do acontecimento, deparar-nos-íamos com a precipitação de uma cascata imaginária. Poder-se-ia apontar, deste modo, três principais condições a operar no desencadeamento de uma psicose. A primeira residiria no acidente da foraclusão – o fracasso da metáfora paterna, tendo como consequência a invasão maciça do Outro. Como segunda condição, a autora situa a quebra da identificação imaginária que, até então, mantinha o sujeito articulado a uma imagem, apoiado na mesma. Tal como situado anteriormente, tal identificação implica que o sujeito assuma o desejo materno. A terceira condição estaria na convocação do significante Nome-do-Pai em oposição simbólica ao sujeito. “É preciso que esse Um-pai venha no lugar em que o sujeito não pode chamá-lo antes” (Ibid., p.39).

A não incidência da castração revelaria, assim, a impossibilidade da operação de recorte e esvaziamento do gozo do Outro. Ou seja: a castração implica a delimitação e localização do gozo, precisamente onde um intervalo entre o sujeito e o campo do Outro pode se efetivar.

Nas psicoses, como vimos, em a operação de extração do objeto *a*, constitutiva, não se articulando, o sujeito não estará dividido pela linguagem e não contará com o significante fálico como regulador simbólico, como significante da falta no campo do Outro. Em não havendo a extração do objeto, tal como podemos verificar no esquema I, o sujeito tampouco poderá valer-se do terreno da construção fantasmática, visto que esta se apoia, precisamente, no ponto de ausência do campo simbólico.

Conforme nos lembra, ainda, Guerra (2010), nas diferentes saídas possíveis ao sujeito psicótico, estará sempre em cena a subtração de um excesso em sua economia psíquica. Excesso este que, não havendo caído sob a forma de objeto, se torna invasivo ao sujeito e exige a construção de uma barreira, sua extração real ou simbólica ou, ainda, sua localização. “O sujeito advém, na psicose, no lugar do objeto para fazer sutura ao real, ele próprio, como forma de se sustentar na vida, de estruturar sua realidade psíquica” (Ibid., p.48-49).

Em outras palavras, o sujeito utilizaria seu próprio corpo como aparato, localizando-se no lugar da abertura que seria obtida quando da operação de divisão do sujeito. Desta forma, encontramos ressonância à elaboração de Lacan quanto ao fato de que o psicótico não estaria fora da linguagem – pois esta lhe toca -, mas

relacionar-se-ia com a mesma de modo deveras particular, em uma relação de exterioridade.

Neste intento de extração de um excesso, Lacan irá situar a passagem ao ato na psicose também como uma tentativa de subtração disto que inunda o sujeito. Esta leitura já estava em questão em sua tese de doutorado, onde trabalha intensamente o conhecido caso *Aimée*. Ali verifica, desde seu inovador diagnóstico de uma paranoia de autopunição, que em alguns casos o sujeito inflige-se uma punição como busca de apaziguamento deste excesso perturbador.

No seminário sobre a angústia, Lacan trabalhará a diferença entre o que seria da ordem do *acting out* e da passagem ao ato. Se no primeiro encontramos um endereçamento ao Outro, na passagem ao ato, mais bem, armar-se-ia efetivamente uma saída da cena. Trata-se do ato que se coloca sem mediação possível, ainda que possa ter um caráter de resolução para o sujeito. Na passagem ao ato, não haveria convocação à interpretação, porquanto esta não se situa no campo do simbólico.

Na leitura de Guerra (2010), podemos encontrar na obra de Lacan diferentes perspectivas quanto às saídas possíveis ao sujeito perante o padecimento da psicose. Estas saídas encontrarão nuances desde as diferentes modalidades de estruturação psicótica – a questão do gozo estará colocada de modo diferenciado na esquizofrenia, na paranoia ou na melancolia, por exemplo – e também desde as diferentes conjunturas nas quais algum apaziguamento ou estabilização seja possível.

Encontramos, outrossim, a transferência como um instrumento possível na construção deste intervalo, ao lado de movimentos subjetivos como a estabilização de uma identificação imaginária ou a criação. Interessa-nos problematizar de que modo a transferência encontrar-se-ia enquanto possibilidade e impasse na condução deste trabalho clínico. Mais que uma pergunta sobre a possibilidade mesma de que haja transferência na escuta do sujeito psicótico, intentaremos contornar uma pergunta sobre onde se situaria seu ponto de eficácia, seus pontos obscuros e sobre que terreno esta se trama.

Para Freud, como já vimos, situar uma condição de impossibilidade para o trabalho analítico com pacientes psicóticos passava também por não se vislumbrar um armado possível desde a transferência, ponto nodal de apreensão da práxis psicanalítica. Lacan menciona as “pedras de espera” da teoria freudiana acerca das

psicoses, fazendo-se cargo das mesmas e convocando-nos a recompor este campo como possível, desde que advertidos de seus impasses. Partindo de suas proposições, pode-se vislumbrar que, na escuta do sujeito psicótico, algo da dimensão transferencial se coloca em cena – fazendo-se necessário, sem embargo, tomar como ponto de mirada sua concepção de articulação dos três registros na estruturação do sujeito.

Desta feita, a partir deste recorrido às elaborações de Freud e Lacan acerca da problemática das psicoses, ensejamos aportar, de modo mais incisivo, os interrogantes que nos cercam nesta pesquisa – a problemática da transferência nas psicoses e seu enlace com a temporalidade. Tal enlace, precisamente, origina-se enquanto hipótese desde nosso trabalho de resgate das referidas construções. Faz-se preciso, portanto, como porta de entrada, aludir a alguns fragmentos clínicos que estiveram na base de tais perguntas.

3. FRAGMENTOS DA CLÍNICA

“(...) a tal ponto que se pode dizer que, onde há espera, há transferência: dependo de uma presença que se divide e demora até me prestar atenção – como se se tratasse de fazer morrer o meu desejo, de abandonar a minha necessidade. Fazer esperar: prerrogativa constante de quem tudo pode, ‘passatempo milenário da humanidade”. (BARTHES, 2006, p.134).

Tal como já situado nos capítulos introdutórios deste trabalho, os questionamentos para os quais aqui buscamos desdobramento derivam das inquietações advindas de nosso encontro com a clínica das psicoses, fazer clínico com o qual viemos nos ocupando intensamente nos últimos anos.

Neste sentido, as experiências que nos convocam à produção parecem tramar-se desde fios diversos: a escuta individual de pacientes, a coordenação de oficinas terapêuticas – em especial, a oficina de música -, nosso incipiente envolvimento com a prática do acompanhamento terapêutico, a escuta em supervisão, o cotidiano do trabalho em equipe.

Parecia-nos claro, desde os momentos iniciais desta dissertação, que algumas destas vivências far-se-iam presentes em nosso texto, haja vista que partíamos da clínica e suas interrogações. Contudo, esta *escolha* envolveu alguma elaboração – da qual podemos, por ora, situar duas vias: uma pergunta sobre os modos de transmissão da clínica e uma pergunta sobre a escrita do caso clínico em psicanálise. Em outras palavras, pareceu-nos que tais vivências clínicas, ao serem narradas, desvelavam em seu conjunto pontos de enlace e hiatos disruptivos os quais, tal qual disparos, relançavam o ponto de mirada de nossas questões.

Assim, os fragmentos clínicos que se nos colocaram como possíveis de recorte pareceram conjugar ou colocar em cena, de algum modo, questões que, em alguma medida, também lhes ultrapassavam – que remetiam a outras vivências, ainda que não explicitamente abordadas. Afinal, o que opera nesta escrita? Fez-se relevante, pois, cedermos espaço a esta pergunta, como mote deste capítulo no qual alojamos tais fragmentos.

3.1 Considerações sobre a escrita do caso em psicanálise

“Transmitir é desejar transmitir e encontrar um impossível de transmitir. Transmitir é transmitir o impossível de transmitir” (PORGE, 2009, p.54).

Acolher uma pergunta sobre a transmissão da clínica e, mais especialmente, sobre o que se coloca como função em sua escrita, parece-nos aportar uma complexidade a qual, certamente, não poderemos esgotar no marco deste capítulo. Todavia, permitir-nos-emos esboçar alguns contornos a esta questão, na medida em que se afigurou a nós como necessária neste percurso de pesquisa.

Borges, em seu conhecido conto *O Aleph*, irá narrar o encontro, em um porão, com uma pequena esfera cuja abertura configura-se enquanto um portal para todo o universo – uma espécie de infinito simultâneo. “Cada coisa (a lâmina do espelho, digamos) era infinitas coisas, porque eu via claramente de todos os pontos do universo” (BORGES, 2008, p.173). Tomando este ponto como interrogante, Rickes (2007) propõe-nos uma aproximação entre a tensão situada no conto de Borges e a tensão inerente às dimensões da memória e registro, porquanto poderíamos vislumbrar “[...] a passagem de uma experiência do tempo sem bordas e de um tempo que não se enfileira no espaço, ao tempo da escrita onde nos encontramos com o desdobramento sucessivo das letras” (Ibid., p.69).

De fato, dir-nos-á Borges (2008): “O que meus olhos viram foi simultâneo: o que transcreverei, sucessivo, porque a linguagem o é” (Ibid., p.172). Decanta-nos como questão, pois, esta passagem do simultâneo do vivido à narrativa, ali onde a escrita coloca em cena a dimensão temporal da sucessão, implicando, portanto, uma perda. Em outras palavras, como se a escrita colocasse em pauta um limite irreduzível, um real inacessível. Na passagem que a escrita aporta, uma queda inevitável: “Escrever é se vingar da perda” (SALOMÃO, 1996), dirá o poeta.

Desta forma, como conceber a escrita do caso clínico? Daremos ressonância às interrogações propostas por Costa (2008) acerca das especificidades aí situadas. A autora aponta-nos a pertinência de questionarmos sobre a que responderia e o que intentaria dar conta esta escrita. Para isto, irá sublinhar a diferença existente entre a prática do ‘estudo de caso’ e a ‘escrita de

caso'. Na primeira, o caso poderia ser pensado desde uma condição de exterioridade da transferência, podendo ainda pautar-se pela busca de uma universalidade. Caminhando em uma via radicalmente distinta, temos a escrita do caso: "Nessa escrita entra em causa [...] a relação a uma cena originária. Tomando como referência o que Lacan propõe como 'não há relação sexual', é esse impossível que institui um 'não cessa de não se escrever'" (Costa, 2008, p.15).

O que nos interpela à escrita da clínica e que função esta cumpriria ao analista é também a pergunta abordada pela autora. Sublinhará, sem embargo, que certamente esta escrita não estaria a serviço da prescrição técnica, tampouco da literatura, mais bem enlaçando um interdito fundamental da análise: "[...] o impossível de dizer convoca cada analista a transmitir o impossível da clínica" (p.17).

Em outras palavras, conquanto o analista esteja implicado no trabalho de transferência, desde aí se verifica a necessidade de transposição de seus efeitos, naquilo que ela toca em relação à dimensão do real. Nesta direção, Porge (2009) é enfático: "[...] o intransmissível está no coração do desejo de transmitir, não como inefável perdido nas areias de um deserto, mas como soleira para a invenção" (Ibid., p.15). Desta forma, o autor sinaliza-nos o fato de que o *modo* como se transmite irá conjugar-se intimamente com aquilo que é transmitido: esta forma irá alcançar o leitor, a tal ponto que o suporte da mensagem venha a configurar-se, efetivamente, como a própria mensagem.

A pergunta situada por Porge (2009), acerca da transmissão da clínica, busca resgatar as elaborações e impasses no percurso trilhado por Freud e Lacan. O relato de caso, como sabemos, foi a via privilegiada por Freud quando confrontado com a problemática da transmissão: nele, irá privilegiar a verdade sobre a exatidão dos fatos. A questão da temporalidade encontrará esteio, ademais, no que diz respeito a esta dissociação, reiterada por Freud em distintos momentos de sua produção: a experiência de análise, porquanto diretamente concernida por dissonâncias temporais, não poderia retratar-se em uma narrativa pautada pelo acento na cronologia ou linearidade.

Lacan, por seu turno, não utilizou a escrita do caso como recurso privilegiado – com exceção da publicação da sua tese em psiquiatria, nos primórdios de sua entrada no campo analítico. Para Porge (2009), a solução encontrada por Lacan quanto aos impasses da transmissão encontrará contorno, precisamente, na questão do *estilo*.

Desta forma, o romance poderia ser considerado uma espécie de paradigma da escrita de casos em Freud. “De saída, nos informes de sua experiência clínica necessários para fazer reconhecer a dignidade científica da psicanálise, Freud teve de se fazer romancista” (PORGE, 2009, p.20). Lacan também acentuará esta vertente da forma romanceada na produção freudiana, sublinhando o que de muito peculiar esta enlaça, a saber, a própria *presença* de Freud no seu texto – aqui, distanciamo-nos radicalmente de uma concepção de pesquisa científica tradicional, onde pesquisador e objeto mantêm-se supostamente e seguramente apartados.

Poli (2008) sublinhará o caráter absolutamente inovador da pesquisa freudiana – a qual, embora tenha em consideração os cânones da ciência quanto à estrutura de argumentação e construção do objeto, aponta para aspectos indubitavelmente inéditos no tempo de sua produção. Nesta linha, a autora situa três vertentes deste avanço: a primeira consistiria nos objetos escolhidos por Freud, os quais perfazem o conjunto das formações do inconsciente. Tais fenômenos, relegados pela ciência, tampouco ali encontravam acolhimento ou explicação. “Tratava-se, portanto, de elementos que produziam (e ainda produzem) furo no saber” (Ibid., p.4). A segunda inovação é situada na atemporalidade e universalidade dos referidos fenômenos, atinentes ao campo da fala e da linguagem, tal como apontará posteriormente Lacan. Como terceira vertente, Poli expõe-nos a forma peculiar como cada um destes fenômenos alojam-se em uma certa dobra entre o campo individual e o coletivo.

“Quem é o Freud pesquisador? Aos que querem aprender a fazer uma tese, costumamos indicar que é interessante ler alguma já feita. Se essa tese é em psicanálise podemos, então, recomendar que não leiam apenas uma, mas quatro: *Estudos sobre a histeria*, *A interpretação dos sonhos*, *Os chistes e sua relação com o inconsciente* e *Psicopatologia da vida cotidiana*. Em todas essas obras encontraremos a mesma estrutura rigorosa de trabalho de um pesquisador: uma revisão bibliográfica que define o estado da questão até o momento; um levantamento de dados, exemplos, ilustrações do fenômeno pesquisado e uma interpretação desses elementos a partir de uma hipótese nova que dialoga com as teorias anteriores, acrescentando algo de novo” (Ibid., p.4).

Utilizando a forma romanesca como recurso à transmissão da verdade de sua clínica, “[...] Freud exprime ao mesmo tempo seu desejo de homem de ciência, quer dizer, o desejo de transmitir um saber inédito” (PORGE, 2009, p.45). Desde a

psicanálise, destarte, procurar-se-ia não apenas a transmissão de uma verdade, mas também a produção de um saber, demarcando uma visada científica.

Para o autor, a imposição de um dever de transmissão encontra sua origem na impossibilidade mesma de nomeação da origem de uma invenção. Ao publicar seus relatos de casos, Freud teria afirmado muito mais que uma terapêutica - teria afirmado, mais bem, seu próprio desejo. Tratava-se, pois, de dar guarida a um movimento onde ele participa ativamente do acesso a este saber inédito. Repetidas vezes Freud irá sublinhar a inseparabilidade entre a busca terapêutica e a busca de elaboração e avanço na construção de sua teoria. Tais campos não podem, de modo algum, distanciar-se, estando imbricados mutuamente.

Costa (2008) irá situar uma passagem observável nos conhecidos casos clínicos publicados por Freud. Nos primeiros relatos, perceber-se-ia uma maior influência da anamnese característica da psiquiatria clássica, contornando um modo peculiar de observação e descrição do objeto. Seria a partir da escrita sobre os sonhos, que convoca Freud a trabalhar sobre seu próprio material subjetivo, que se operaria efetivamente uma mudança no estatuto desta escrita, colocando em cena a estreita implicação do pesquisador / autor em sua produção.

Assim como Freud, também Lacan teria sido confrontado aos deveres da discrição, tendo em vista sua crescente notoriedade no meio analítico. Tal como sublinha Porge (2009), quando da criação da revista *Scilicet*, da Escola Freudiana de Paris, Lacan teria buscado dar conta deste impasse, propondo na ocasião o princípio do *não assinado* – o que não remeteria ao registro do anonimato, visto que os autores constavam em uma lista ao final dos volumes. Tal estratégia visava, justamente, possibilitar maior segurança na publicação de *traços de caso*. Lacan relacionaria o problema da publicação destes traços de caso não apenas à possibilidade de que o sujeito ali pudesse reconhecer-se, mas principalmente que outros o distinguissem por seu psicanalista.

Como via paralela à escrita de casos em Freud, o autor irá sublinhar a noção de estilo como operador fundamental na transmissão lacaniana, situado na confluência da verdade da cura com o saber que desta se transmite. No ponto mesmo em que Freud teria passado do relato de caso à transmissão da verdade, Lacan passará por um trabalho sobre o estilo; como resultado, irá ponderar Porge (2009) que, se para Freud a grande referência teria sido o romance, é na poesia que Lacan encontrará amparo.

“O estilo é dotado por Lacan de um valor clínico enunciativo acrescido ao enunciado e possuindo efeitos subjetivos próprios nos leitores. Eis por que falo de clinicidade do estilo de Lacan. Se para Freud são os relatos de casos que têm valor fundador, para Lacan o estilo tem valor formador. Acrescento que essa clinicidade reside essencialmente no modo de instauração de uma relação à verdade do desejo do analista” (Ibid., p.58).

O estilo, então, estará como “a única formação que podemos transmitir” (LACAN [1957] 1998, p. 460). Lacan apontará as dificuldades observadas neste estilo como uma peculiaridade atinente ao próprio objeto em questão. Que consequências se podem extrair desta afirmação de Lacan? Sabe-se que a questão do estilo está colocada, sugestivamente, logo à abertura dos *Escritos*, onde irá aludir à Buffon, promovendo um adendo – o estilo é o homem, a quem nos endereçamos.

“É o objeto que responde à pergunta sobre o estilo que formulamos logo de saída. A esse lugar que, para Buffon, era marcado pelo homem, chamamos de queda desse objeto, reveladora por isolá-lo, ao mesmo tempo, como causa do desejo em que o sujeito se eclipsa e como suporte do sujeito entre verdade e saber. Queremos, com o percurso de que estes textos são os marcos e com o estilo que seu endereçamento impõe, levar o leitor a uma consequência em que ele precise colocar algo de si” (LACAN, [1966a] 1998, p.11).

Ainda Porge (2009) irá outorgar acento ao que compreende como um passo suplementar de Lacan, quando este adianta-nos o fato de que o estilo não seria, propriamente, signo de endereçamento do autor a seu leitor – mais bem, temos o estilo enquanto *comandado* ao autor *pelo* endereçamento ao leitor, promovendo um efeito, pois, retroativo.

O estilo, destarte, conjugaria o nó do sujeito ao outro em que se sustenta o desejo. “Religando a questão do estilo ao objeto *a*, Lacan desloca-o em direção ao desejo, uma vez que o objeto *a* é causa de desejo” (Ibid., p.67). Também Costa (2001) fará alusão à questão do estilo na escrita, compreendendo este como algo que se repete - a própria insistência do que não é possível de se escrever. Ou seja, o estilo como o que não se escreve, mas se *presentifica* a todo momento:

“Quer dizer que é isto que, de alguma maneira, produz efeitos no leitor para além do argumento, ou do entendimento, daquilo que ele lê. E produz efeitos no autor, para além daquilo que ele pode reconhecer estar escrevendo” (p.134).

Desde estas considerações, parece-nos relevante interrogar: em que residiria a potencialidade da escrita do caso clínico? Desde a psicanálise, já nos foi possível abordar algumas nuances relativas às especificidades desta escrita enquanto construção do analista. Nesta direção, Sousa (2000) alerta-nos para indispensáveis questionamentos: como problematizar a passagem efetivada entre uma história clínica e a elaboração de um *caso clínico*? Como tal construção conjugar-se-á com a produção teórica? Para o autor, a construção do caso nos remeteria, essencialmente, à dimensão do infantil em psicanálise, atualizando um esforço heroico cujo objetivo seria contornar alguma teoria que dê conta do impossível concernente ao sexual.

“A esterilidade de uma estratégia de casos se evidencia no momento em que estes vêm, única e exclusivamente, para adornar e ilustrar a suposta proposição teórica que os organiza. Legitimar, assim, diante do Outro (que Outro?), a pertinência de resistência de uma escolha do pensamento. Por isso, não perceber a dimensão de resistência com que muitos se protegem com ‘os casos’ que são propostos é perder o essencial da escuta psicanalítica” (SOUSA, 2000, p. 17).

Portanto, o caso clínico revelaria, para o autor, não apenas o sujeito que fala de seu sofrimento, mas também o analista que o escuta, desde os impasses com os quais transita em seu arcabouço conceitual. Em relação ao que o caso nos remete enquanto esforço de transmissão, Sousa (2000) evocará a peculiaridade dos casos clínicos freudianos onde, mais que a busca por atestar a pertinência do teórico, escutamos um intento de problematização e confrontação para com o campo já estabelecido de sua teoria.

Nesta direção, Cyssau (CYSSAU apud POLI, 2008, p.8) irá sustentar-nos a noção de *fato clínico*, a qual implica considerar que o caso não diria de toda a clínica, mais bem apontando para o que lhe toca enquanto *acontecimento*. Tal acontecimento poderia fazer-se reconhecer desde dois principais indicadores, a saber: seu efeito de ruptura e corte, que faz báscula ao campo teórico, e a inclusão do sujeito. “Somos tentados a dizer que o ‘fato clínico’, no sentido que Cyssau o define, faz sintoma: o sintoma de ter de produzir uma pesquisa” (POLI, 2008, p.8).

O enlace entre método e experiência, tal como trabalhado por Rickes e Simoni (2008), situa-nos a prática de pesquisa enquanto exercício de encontro com a alteridade – o qual comportaria, portanto, um inerente desajuste. Para as autoras,

será justamente a construção de um destino o que implicará o surgimento do método, como efeito do gesto que recorta o objeto a pesquisar.

“Diríamos ainda que esse gesto atravessa todo o trabalho de pesquisa, sendo, ele mesmo, o caminho a ser trilhado; o método em constante alinhavo. O fato de enunciarmos que um objeto acabou de se recortar, ganhando uma forma entre uma infinidade de desenhos possíveis, indica-nos que, de algum modo, o trabalho de pesquisa encontrou um ponto final, que contaria com uma precária estabilidade” (Ibid., p.98).

Haveria uma radical intimidade, portanto, entre o que vem a situar-se como objeto de pesquisa e as ferramentas ou caminhos com os quais agenciamos este encontro. Para Poli (2008), afirmar que as características do que se recorta enquanto questão na prática de pesquisa dependem do estilete utilizado nesta operação, é também afirmar que a construção deste espaço implica diretamente o analista em sua posição – e, portanto, em seu desejo: “Ou seja, mais do que uma ciência, a psicanálise é uma ética. Também na prática de pesquisa, ela produz o sujeito, não apenas o descobre” (Ibid., p.5).

3.2 Do excesso ao lugar

Anita inicia seu atendimento, não ao acaso, no período da adolescência – devido às queixas da escola e família por uma suposta “hipersexualidade” (sic), além de excessiva ansiedade, o que também a levaria a comer demasiadamente, estando bastante acima do peso.

Em um momento inicial do trabalho, ainda com sua terapeuta anterior, já transita entre as questões que seguirão lhe acompanhando ao longo dos muitos anos de tratamento: a diferença entre homens e mulheres; se as mulheres podem tornar-se homens; se ela será sempre mulher; se é uma mulher velha ou nova. Afirma à terapeuta que está grávida, diz sentir o bebê mexendo na barriga, intenta reiterada e fracassadamente armar algo delirante em torno a possíveis namorados / maridos com quem está casada e irá ter filhos.

A ausência de menstruação por longos períodos, fato que lhe ocorre frequentemente devido à Síndrome de Down, parece situar à Anita um vazio

aterrador. “Menstruação é que a mulher pode ter filho”, repete incessantemente. “Homem não menstrua, mulher tem vagina, homem não pode ter filho, não cabe na barriga dele” (sic).

A questão do corpo, desde então, aparece em sua face de desorganização imaginária e desborde pulsional: em sessão, morde os dedos até machucar-se, masturba-se, chacoalha-se na cadeira, bate os pés violentamente contra o chão, passa longos períodos alheia em movimentos estereotipados de “ir e vir” com o tronco.

Muitas vezes, fez-se necessário uma aproximação física, que nós pudéssemos tocá-la e dizer-lhe que talvez parasse um pouco para conversarmos, demarcando algum limite apaziguador para este movimento infinitizado. Nestes momentos, Anita voltava (ainda que com alguma demora) a dirigir-nos o olhar, aquietando-se por instantes - voltando então a endereçar-nos suas repetidas questões acerca do impossível impasse em que a questão do sexo lhe aparece.

Sobre corpo e olhar, recordamo-nos ainda de outro movimento bastante frequente. Como efeito colateral da medicação, Anita eventualmente manifesta o que ela chama como “olho pra cima” - alguns minutos em que o globo ocular não responde voluntariamente, não podendo então abaixar a visão. Entretanto, repetidas situações de “olho pra cima”, que deixam Anita bastante desorganizada, ocorreram em momentos importantes ou com alguma convocação a ela como sujeito – uma ocasião, por exemplo, em que – a seu pedido - comemorávamos seu aniversário na Oficina de Música.

Sua primeira crise ocorre por ocasião de seu aniversário de vinte e um anos. De fato, uma idade emblemática, que para Anita carregava a perspectiva concreta de tornar-se “mulher adulta”. É ao redor desta data que as primeiras manifestações de alucinação auditiva lhe aparecem; um personagem de novela, a figura de um senhor que maltrata seus escravos e tem uma esposa submissa, passa a dizer-lhe incansavelmente que ela “não é mulher” e que nunca irá sê-lo.

Outra personagem que insiste em sua fala, naquele período, é *Cinderela*, clássica figura das histórias infantis. Em *Cinderela*, também aparece com veemência os elementos da violência e submissão, pois a personagem é maltratada, ao início do conto, pela madrasta e suas duas filhas. Muitas das frases que Anita repetia em sessão, sobre ser mulher, descobrimos também fazerem referência a este filme – que passamos a assistir juntas, eventualmente, em sessão.

Desde esta passagem, decantam algumas novas possibilidades: a fada é mais velha e também é mulher – a mulher não deixa de “ser mulher” ao envelhecer. A fada tem cabelo branco, e Anita ainda tem cabelos pretos, portanto falta bastante tempo para a velhice. “Sou mulher nova!”, repete, aos gritos. Existem mulheres velhas e mulheres novas. Mulheres que usam vestidos, brincos, saias, batom.

Trago maquiagem, vamos ao espelho, Anita analisa com cuidado os efeitos da cor em seu rosto. Passa a carregar um batom na bolsa, ao qual costuma recorrer em momentos de maior ansiedade e descontrole corporal - quase como um certificar-se das bordas do corpo. E assim, pouco a pouco, Anita recorta mínimos elementos com os quais possa elaborar algum contorno apaziguador a seu sofrimento.

Outro armado importante: o café. Assim as coisas funcionam com Anita, muitas e muitas sessões com as frases incessantemente repetidas, o corpo em balanceio interminável, e então ela nos surpreende com uma nova colocação. Em algum momento, nos dirá que o “pai é cafezeiro” (sic), aprendera a gostar de café com o avô. O pai é quem lhe faz café todas as manhãs – café “batido” – e, ainda, este afirmara ter somente filhas mulheres, que ela era mulher. Apostamos neste caminho. Anita passa a pedir café ao início de nossas sessões. Demonstra algum interesse por um livro sobre a história do café e as transformações que passa o grão de café até tornar-se o nosso “cafezinho”.

Alguns meses depois, sem saber ao certo sobre os possíveis efeitos desta proposta, sugerimos um passeio a uma cafeteria. Com alguma resistência – Anita não costuma elaborar com facilidade qualquer mudança em sua rotina -, aceita o convite. As idas à cafeteria passam, então, a se dar semanalmente, no horário de uma de nossas sessões. Na cafeteria, atualiza-se uma pergunta sobre a diferença. Existem cafés grandes e pequenos, cafés que acompanham água, cafés que valem por uma refeição. Existem cafés pretos, cafés com leite. Cafés de diferentes valores (é preciso saber quanto de dinheiro ela havia levado, quais cafés aquele dinheiro poderia pagar, quanto iria sobrar...). Existe o café que o pai faz, existe o café da máquina de cafés da Clínica e existe o café da cafeteria. Há o café batido, mas também há o café expresso. E assim por diante.

Estabelece um laço importante com a garçonete da cafeteria, que aqui chamaremos de Júlia. Júlia convidará Anita para ir atrás do balcão e conhecer “como se faz um café”. Anita apalpa o grão, coloca-o dentro da máquina, observa

atentamente sua transformação no café que tomamos. Esta cena se repetirá várias vezes e, em sessão, Anita a repassará outras tantas.

Mas, na cafeteria, também há um garçom, Osmar. E Osmar, tal como Júlia, faz e serve cafezinhos às pessoas. Experimentamos o café de Osmar e parecia bom. O café, enfim, parece ir contornando um território híbrido apaziguador, por algum tempo: tanto homens como mulheres podem gostar de café.

3.3 Dissonâncias do amor

Nosso primeiro contato com Rita se dá em virtude de um período temporário de afastamento da terapeuta anterior, mediante o qual ficamos como referência na instituição caso a paciente necessitasse de escuta. Ademais, nesta mesma época, iniciávamos o trabalho junto à oficina de música, espaço do qual Rita foi a primeira integrante. Por algum tempo, então, fora a única paciente vinculada a este espaço, de modo que suas questões tiveram um lugar deveras expressivo nas produções iniciais da oficina. Trazia seus livros de música, com cifras e letras das canções de que gostava – tem alguma proximidade com o violão.

Também compunha muitos poemas, remetendo aos oficinheiros vários cadernos com seus escritos – segundo Rita, a maior parte deles produzidos nos “momentos de crise” (sic). Um destes poemas terminou por ser musicado e tornou-se a primeira canção produzida na oficina, fato do qual Rita sempre pareceu bastante orgulhosa.

Seu primeiro pedido de escuta em um espaço individual, neste período em que ainda estávamos como terapeuta referência, se dá quando do ingresso de novos pacientes na oficina, alguns deles com questões de déficit cognitivo e comprometimento importantes. Passa a não suportar este convívio e se afasta por algum tempo de nossos encontros, solicitando ser escutada em outro espaço. Em sessão, aparece seu mal-estar mediante a presença destes pacientes, que lhe fazem pensar ser “tão comprometida quanto eles”.

Quando do retorno da antiga terapeuta, Rita diz querer seguir seu atendimento conosco, bastante contrariada e mobilizada com a ideia de trocar novamente de terapeuta. Em interlocução com a equipe, pensa-se ser pertinente

que pudéssemos seguir esta escuta. Um primeiro aspecto que nos parece importante sublinhar: que se passa neste pedido de Rita para que a seguíssemos escutando?

Conta-me um pouco de sua história, referindo a formatura na faculdade de pedagogia como o que precede sua “primeira crise”. Por crise, Rita denomina seus “momentos maníacos”, em que costumava sair à noite “sem rumo” e “fora de si”, tendo relações sexuais com muitos homens desconhecidos. Em uma destas noites, Rita fora a um cabaré, “dançando como uma prostituta”. Entende que se trata de um comportamento de risco, já que por vários momentos esquecera-se do preservativo (questão que retornará adiante em seu tratamento, visto que Rita perdera uma irmã portadora do vírus HIV).

Após a formatura, tem sua primeira internação. Até então, trabalhava e mantinha um apartamento próprio, bem como um namoro de longa data. Segundo a paciente, no retorno desta internação, perde tudo: descobre que um irmão havia “desmanchado o apartamento”, desfazendo-se de todas as suas coisas. O que de mais pungente se coloca neste relato é o fato de ter perdido todas as suas fotos, as quais teriam sido “todas queimadas”. Passa a residir na casa dos irmãos, que se revezam nos seus cuidados.

A relação de Rita com a música é algo bastante peculiar, e ela o situa como algo transmitido pelo pai, em especial o gosto pela música popular brasileira e música erudita. Gosta muito de uma rádio que toca este tipo de música, tendo se apaixonado por um locutor, Júlio. Conta que, por muito tempo, ligava desmedidamente para a rádio na tentativa de falar com Júlio, acabando por conseguir marcar um encontro com ele. Sobre este único encontro, relembra especialmente de uma cena em que os dois dançam ao som de uma música de Chico Buarque, *Pedaço de mim*. Passa a escutar os programas e músicas desta rádio como a ela diretamente endereçados: eles (radialistas) sabem o que se passa em sua vida e colocam músicas para dizer-lhe algo, em uma comunicação direta. Em especial, persegue-se com uma radialista que teria sabido de sua ida ao cabaré, desde então colocando insistentemente na rádio “músicas de prostituta” para afrontá-la e ofendê-la.

Rita escuta música – principalmente a referida rádio – praticamente os dias inteiros. Em alguns períodos, permanecia continuamente com um fone de ouvido, mesmo quando estava em atendimento ou na oficina. Não parecia haver

intervalo possível; contudo, também refere que escutar música faz com que “as vozes se afastem”, vozes estas que lhe acusam de ser prostituta.

Realiza acompanhamento psiquiátrico em um hospital há muitos anos, local em que também se insere enquanto trabalhadora voluntária e participa de um coral. Interessante mencionar que gosta especialmente de trabalhar no setor de internação de sujeitos portadores do vírus HIV. Nesta instituição, a cada ano, há mudança no psiquiatra que lhe acompanha, fato que, ao início, era vivenciado de modo bastante difícil por Rita. Em uma destas trocas, na saída de um médico com o qual dizia-se especialmente vinculada (trocavam muitas ideias sobre música, discos e coisas do gênero) desorganiza-se de modo importante e uma nova internação se fez necessária.

Neste momento, seu delírio abarcava uma relação bastante delicada envolvendo música e alimentação. A cada gênero musical (às vezes algum cantor em especial) correspondia uma cor, de modo que somente podia se alimentar no momento estrito em que uma música tocava da cor do alimento que ingeria.

Também havia uma correspondência entre as cores das roupas das pessoas com quem cruzava na rua e mensagens sobre o que deveria comer ou como se comportar, em geral de afronta ou injúria. Estas correspondências mudavam com frequência, de modo que se tornara muito difícil evitar uma posição persecutória no tratamento. Em uma sessão, por exemplo, usávamos uma blusa azul, o que indicava à Rita que naquele dia não deveria ter saído de casa, então deixando intempestivamente o consultório.

Em algum momento, há um certo deslocamento do elemento rádio para a televisão, e o primeiro já não lhe ocupa todo o tempo. Diz ser, então, a personagem de uma novela, uma criança que tem uma irmã mais velha com quem tem uma relação bastante difícil. Passa a falar de seu sofrimento em relação à perda de uma irmã, mais ou menos na época de sua primeira crise. Esta irmã trabalhava como modelo em São Paulo e contraiu o vírus HIV: “morreu muito fraquinha, pele e osso” (sic).

Por ocasião da apresentação de pacientes, conta que esta irmã gravara um importante comercial de televisão, em que caminhava lentamente ao som de uma música de Mozart, a Flauta Mágica (mesma música que escolhera por ocasião de sua formatura). Esta música também já havia aparecido na oficina, quando Rita traz um CD de Mozart para escutarmos juntos.

Algumas questões apareceram nesta ocasião pela primeira vez. Por exemplo, conta que herdou o nome de sua avó, de origem italiana, e relata momentos de sua infância no interior. Pela primeira vez, ainda, fala da perda de seus pais, em momento muito precoce de sua vida: perdeu a mãe aos doze anos de idade, e o pai teria “se matado” alguns meses depois, em um atropelamento que Rita entende como um “suicídio por amor”.

Em dado momento, nos indagará se poderia “ser pedagoga na oficina”. Damo-nos por conta de que, de certo modo, Rita já vinha ocupando este lugar, porquanto costumava se ocupar da organização de nossos registros, além do modo professoral como se situa em relação a alguns pacientes. Respondemos-lhe, não sem alguma hesitação, que talvez ela já viesse ocupando este lugar de pedagoga no referido espaço.

Esta resposta pareceu, *a posteriori*, contornar alguma possibilidade de intervalo para Rita, porquanto a este momento de seu tratamento segue-se um longo período sem internações. Rita pode, eventualmente, situar uma mínima condição de escolha em relação às músicas que quer escutar, trocando a rádio – caso esteja sentindo-se muito agredida pelos radialistas - por um CD.

A escuta desta paciente, cabe sublinhar, interroga-nos constantemente acerca disto que se contorna como uma certa fragilidade em jogo no enlace transferencial. Recentemente, por exemplo, devido a um mal-entendido em relação à combinação de nosso horário de atendimento, Rita comparece à Clínica e não nos encontra. Na sessão seguinte, diz ter ficado muito triste com a situação, considerando que ‘não a amamos mais’, também referindo ter pensado em desistir de participar da oficina de música. Com frequência, ademais, interroga-nos se estaremos junto dela “para sempre”, perguntando-nos se jamais iremos abandoná-la.

Conta, nesta mesma ocasião do desencontro de horários, que naquela semana uma radialista lhe afrontara pela rádio. Júlio também teria colocado Chico Buarque para tocar para ela, o que toma como sinal de que deveria voltar a buscá-lo por telefone. É o que faz incessantemente ao longo de alguns dias, com muitas dificuldades para sair de casa e retomar suas coisas.

3.4 A ausência como impossível

Elias costuma intitular-se “o paciente mais antigo” da instituição. De fato, entre idas e vindas, já são mais de vinte anos de tratamento, e a perspectiva de uma finalização sequer consta em seu horizonte. Há um outro tempo; tempo que urge, que pouco tolera a espera. Quando precisa ser escutado, “é pra agora” (sic) e, por mais longas que sejam nossas sessões, o tempo sempre “é pouco”.

Confere o relógio a cada cinco minutos, anuncia a todo instante as muitas coisas que precisamos “trabalhar” - a mesa atafalhada de livros, anotações, escritos, o inseparável chimarrão que derrama na mesa, a erva misturada à tinta da caneta, muitas vezes *borrando* a possibilidade de uma possível leitura posterior.

Quer escrever um livro de filosofia, frequenta algumas aulas na faculdade, mas escrever sobre as suas leituras não lhe é possível. Elias anuncia o trabalho, mas algo na sua ocupação efetiva lhe é insuportável. Anuncia um devir que nunca chega, mas que, por algum motivo, não pode prescindir de ser anunciado. E que, para tal, faz-se preciso a presença de um *outro*.

Conta-nos de um andar sem destino e sem possibilidade de parada. Elias percorre a cidade, sem rumo, e cada nuance deste percurso se lhe aparece como possibilidade. Nestas perambulações, ocasiões em que fica muitos dias sem retornar a sua casa, costuma, nas suas palavras, beber “demais”, escrever “demais”, arriscar-se “demais”. Há um excesso que transborda por todos os lados. Elias, muito frequentemente, diz colocar-se em situações de risco, torna-se violento e agressivo – “perco o controle” (sic).

Ocasões em que, ademais, fica sem medicar-se corretamente. Algumas vezes, procura-nos nestes momentos de excesso. Aparece na clínica em qualquer horário, antecipando nossa disponibilidade. Nestas ocasiões, não aceita esperar, a espera lhe parece insustentável. Em uma destas crises, bate as portas das salas e as paredes, caminha de um lado a outro incessantemente, chegando a agredir fisicamente a mãe em nossa presença – que fora chamada, em virtude de encaminharmos Elias à internação.

Suas internações, embora bastante frequentes, costumam ser breves - de alguns dias apenas-, parecendo ocupar mais especialmente uma função de continência, quase como um restabelecimento apaziguador dos limites que

demarcam seu espaço e o do outro. Momentos estes em que estes limites ofuscam-se, e Elias “sobra”: nas palavras, que muito dizem sem nada dizer, encadeando-se em um tempo contínuo, sem possibilidade de pausa; no corpo, nas agressões e nos movimentos incessantes.

Associa uma destas ocasiões ao fato de havermos lhe comunicado, alguns dias antes, que sairíamos de férias por uma semana. Nesta ausência, uma terapeuta que o conhece dos espaços de oficina que frequenta ficaria como referência. A esta terapeuta, afirma não ter suportado o fato de havermos informado sobre nossa saída. Como Elias costuma viajar para a praia nas férias de verão, nunca havia ocorrido de nós sairmos de férias em uma data em que ele já não estivesse sem comparecer aos atendimentos. O fato de que a ausência se colocasse de nossa parte, na transferência, lhe fora insuportável. A ausência como impossível, denunciando um laço transferencial onde as rédeas simbólicas estão evanescidas.

Com Elias, nada obstante, faz-se necessário a presença (diríamos, quase uma presença *física*) intermitente: costuma chamar-nos por telefone com frequência, tenta armar suas “atividades” (assim o nomeia) na clínica de modo a que ali esteja o maior tempo possível. Antes das sessões, muitas vezes telefona para certificar-se do horário. Os atrasos, evidentemente, são usualmente mal recebidos. Indaga-nos, sem embargo, sobre o que fazemos quando não o estamos atendendo. Parece difícil a Elias produzir registro deste *tempo do fora*, que demarca os limites do espaço-tempo de nossa sessão.

3.5 Ruídos em descompasso

Desde o ano de 2007, reunimo-nos semanalmente na Oficina de Música Canário-do-Reino. Tal como situado nos capítulos introdutórios deste trabalho, esta oficina está inserida no marco do Núcleo de Ensino, Pesquisa e Extensão em Clínica das Psicoses da CAP-UFRGS. A oficina tem origem em uma conversa casual, de três terapeutas cujo interesse pela música, desde diferentes registros, sustentou sua oferta. Desta feita, do mesmo modo como a oficina nasce do enlace singular de seus oficinairos para com o objeto em questão, este também incidirá como critério para a

inclusão de novos participantes. Para estar na oficina de música, basta sentir-se convocado por ela.

A circulação dos participantes se dispõe, portanto, ao acolhimento dos mais variados modos de inserção, o que nos parece de suma importância, tendo em vista as peculiaridades da condição psíquica destes que compõem o grupo: há aqueles que estarão na oficina todas as semanas, outros que aparecem de vez em quando; há aqueles que precisam ir e vir da sala, sair mais cedo; ou, ainda, os que chegam muitas horas antes e, junto de outros pacientes, fazem de nossas salas de espera uma espécie de espaço de convivência legitimado.

Tomando como esteio nossa pergunta sobre a transferência na clínica das psicoses, e partindo dos impasses a que somos convocados na sustentação deste trabalho, ensejamos neste ponto de nosso texto desdobrar algumas notas acerca de que se nutre o lugar e posição de *oficineiro*. Que aparente paradoxo sustentamos ao colocar que o fazer em uma oficina conjuga uma articulação entre *oficineiros* e participantes - o que coloca em cena a produção de uma diferença -, ao passo mesmo em que problematizamos a importância da veiculação da parcialidade e itinerância do saber?

Voltemo-nos novamente às indicações de Lacan, em seu seminário sobre as psicoses (1955-56). Ali, irá oportunamente destacar-nos o lugar testemunho a ser ocupado pelo analista – aqui se distanciando radicalmente de uma clínica fenomenológica, pautada pela compreensão e classificação dos fenômenos, o que implicaria justamente a encarnação, na transferência, deste lugar outro absolutizado do qual padece o psicótico.

Lacan irá recorrer à expressão *secretários do alienado* para apontar-nos uma posição possível neste trabalho. Esta expressão, segundo nos informa, terá sido habitualmente utilizada na censura da impotência dos alienistas no trato com a loucura. “Pois bem, não só passaremos por seus secretários, mas tomaremos ao pé da letra o que ele nos conta – o que até aqui foi considerado como coisa a ser evitada” (Lacan, [1955-56] 2002, p. 235). Ou seja, Lacan parece indicar-nos como norte a possibilidade de acompanhar o sujeito em sua produção psíquica singular, de outorgar lugar e legitimação a esta produção, reconhecendo-a em sua verdade e potência de enlace. Neste sentido, sua proposição é contundente:

“Por que então, condenar de antemão à caducidade o que se externa de um sujeito que se presume estar na ordem do insensato, mas cujo testemunho é mais singular, e mesmo inteiramente original? Por mais perturbadas que possam estar suas relações com o mundo exterior, mesmo assim não guarda talvez seu testemunho um valor?” (Ibid., p.237).

Para Lacan, o sujeito psicótico nos dá testemunho, precisamente, de sua posição particular frente à linguagem, a qual se encontraria no registro da erotização ou apassivação, e de uma relação absolutamente radical com o fenômeno do significante. Tratar-se-ia de uma “mobilização sensível do mundo exterior em relação a uma significação pronta a surgir de todos os cantos” (Ibid.: p.239).

No contexto de uma oficina, outrossim, alicerça-se uma oferta de espaço e presença a qual, por vezes, pode vir a constituir-se como borda para este fazer que, em sua materialidade, quicá ofereça ao sujeito algum esvaziamento do Outro, mediante a circunscrição / localização deste gozo ao qual encontrar-se-ia submetido. Soler (2007) irá apontar-nos a direção do trabalho junto às psicoses precisamente na possibilidade de civilizar este contingente excessivo de gozo. Também nos pontua Guerra (2004, p.51):

“Assim, enquanto ao falar, o neurótico produz mais de gozo ou objeto a, objeto-resto; ao criar coisas concretas, talvez o psicótico estivesse extraindo do ventre do Outro objetos reais que, permitindo-lhe produzir um resto nesta operação – um objeto inédito -, talvez lhe conferisse uma densidade simbólica sobre sua corporalidade real”.

A autora propõe-nos, deste modo, uma aposta possível no deslocamento do sujeito da posição de objeto do gozo do Outro para a criação e ou extração de um objeto no real, podendo vir a constituir algum endereçamento ao social. Neste caminho, far-se-ia preciso sustentar o apontamento de um Outro castrado, que não pode tudo, veiculando a possibilidade de alguma parcialidade e relativização frente ao arrebatamento maciço da psicose.

As repetidas frases pronunciadas por Anita pareciam sobrevoar como um excesso na sala já pouco arejada onde acontece nossa oficina. Procuravam alojamento e nos interrogávamos de que modo algum enlace seria possível. Seus incessantes questionamentos, também na oficina, transitam acerca de “ser homem ou mulher”, se há perigo em uma “mulher tornar-se homem”, se ela será mulher sempre, se “existem psicólogos homens e mulheres”.

Em algum momento, sugere-se a composição de uma música sobre o tema. Partiríamos das indicações que Anita já nos apontara tantas vezes: mulher usa brinco, homem não pinta unha; mulher usa meia-calça, homem não usa saia. Ademais, acrescentaríamos outros elementos que os integrantes do grupo tivessem vontade de compartilhar em torno deste questionamento sobre os gêneros masculino e feminino.

Anita acompanha, ansiosa, o ânimo e as risadas que permeiam este processo de composição coletiva. Tal canção é pautada pela constante polarização entre os signos pertencentes aos campos do masculino e do feminino; contudo, parece demarcar uma nova nuance na produção desta paciente que, usualmente, se refere a tais elementos de modo positivado somente em relação ao feminino, situando o masculino, geralmente, a partir do que este “não teria” do corpo da mulher.

Evocamos um trecho, apenas: “Mulher usa calcinha, homem usa cueca/ Mulher pinta o cabelo, o homem fica careca / Mulher usa batom, salto alto e meia-calça / Homem usa gravata, e se é gaúcho usa bombacha”. E um refrão tão simples quanto emblemático de uma questão diante da qual, parece-nos, não somente Anita se encontra sem resposta hábil: “Mulheres são mulheres / E homens são homens”.

A canção passa a nodular, de algum modo, as perguntas que insistem na busca de um alojamento, em ambos os espaços nos quais acompanhamos a paciente - e parece servir como baliza aos membros da oficina quando estas insistem em relançar-se como um instante premente. Pode-se considerar que suas questões ocupam, destarte, um *lugar* no espaço da oficina - e mesmo para aquelas que não cessam de reverberar como ruído no compassar de nossas produções, o musicar parece-nos contornar alguma possibilidade – ainda que transitória - de esteio.

Em seus momentos de crise, Rita escreve muitos poemas, cuja temática especialmente envolve a sua paixão pelo radialista de quem considera receber mensagens através das músicas. Também lhe ocorre compor / escrever no espaço mesmo da oficina. Algum dos violeiros, em geral, enseja uma melodia para unir-se às palavras que emergem.

Em um primeiro momento de trabalho, estas composições resultam publicamente como de sua autoria, assim também situadas quando de uma atividade de compartilhamento de nossa produção – uma festa junina da Clínica

onde tocamos algumas músicas. Todavia, Rita passa a trazer sua ansiedade em perceber “palavras repetidas” nas canções que compõe e nas canções que a rádio lhe endereça.

Estas coincidências passam a impedi-la de escrever, pois alterna entre a posição de estar sendo plagiada (esta a que mais insiste) ou estar plagiando outro compositor sem dar-se conta. Adiante, passa a demonstrar sua vontade de que a autoria destas canções seja compartilhada. Porquanto tenham sido compostas no âmbito da oficina, Rita prefere que passemos todos a constar como autores da produção.

De algum modo, a possibilidade de diluição deste lugar “autor” parece possibilitar à Rita seguir integrando o espaço da oficina desde outro ponto de enlace, pois a partir deste pedido passa também a ocupar-se de novas composições. Em algumas destas ocasiões, nomeia este trabalho de costura entre seus poemas e a composição musical que se dá na oficina como um “processo construtivista”.

Aportar uma pergunta acerca da posição sustentada pelos oficinairos, na prática psicanalítica de oficinas terapêuticas, aproxima-se enormemente de nossa interrogação acerca do laço transferencial colocado em questão na clínica das psicoses e de uma possível posição do analista no mesmo. Gostaríamos de problematizar, neste ponto, algumas especificidades acerca do trabalho nesta oficina de música, porquanto estas nos pareceram reverberar nos interrogantes deste trabalho.

Didier-Weill (1997) irá tecer uma aproximação entre as especificidades do campo musical e a constituição do sujeito, tal como a psicanálise o compreende; irá evocar, mais precisamente, este tempo primordial de assunção da alteridade. Para o autor, o poder da música é o poder de comemoração de um tempo primeiro, no qual o sujeito receberia uma base, antes mesmo da palavra – e desde onde esta poderá advir. Tratar-se-ia, portanto, de um efeito não memorável, mas *comemorável*, de uma inscrição primeira, evocando a noção de traço unário em Lacan.

“Assim, somos levados a localizar no traço unário o surgimento desse elemento musical mais ‘simples’ que é uma nota escandida. A nosso ver, o *infans* percebe esta nota na música da voz da mãe antes de perceber o sentido dos fonemas. Esta simplicidade do elemento musical *não representa* ainda o sujeito, mas *nomeia* o que ele tem de real” (DIDIER-WEILL, 1997, p.240-241).

O autor situa sua hipótese, portanto, de que aí se constitua o símbolo zero de um significante sem significado, um Nome primeiro que irá contornar um real primordial ainda aquém do poder nomeante da linguagem. Do mesmo modo, aponta para a peculiaridade de que uma nota musical coloca-se como estritamente intraduzível por outra, evocando-nos, deste modo, um puro real.

Para Lambotte (1996), a música contornaria uma ultrapassagem do campo da significação. Desdobrando algumas considerações do filósofo Daniel Charles, a autora aponta para a escrita musical como não pertencente ao registro do signo, mas à cifra. O tempo musical comportaria, portanto, um *tempo de escansão*, marcado pelo movimento e pela ruptura.

“Note-se que a música, assim extirpada do universo da significação, tende a invalidar a distinção tradicionalmente mantida entre o ouvinte e o compositor, para melhor insistir no que, das estruturas musicais afirmadas pelo compositor, continua a escapar tanto a um quando ao outro” (LAMBOTTE, 1996, p.698).

Haveria uma especificidade no trabalho com a música, no que concerne à nossa abordagem do campo das oficinas, que parece diferenciá-la radicalmente de outras possíveis formas de criação. No trabalho com a escrita, por exemplo, é possível que cada participante se ocupe sozinho de sua produção, podendo de algum modo optar pelo compartilhamento desta. A música parece impossibilitar esta distância – na medida em que musicamos, impreterivelmente escutam-nos mutuamente.

Ao mesmo tempo em que cada sujeito irá produzir desde seu enlace absolutamente singular com o objeto em questão, esta produção é necessariamente partilhada – e no próprio momento de sua execução -, fazendo-se ouvir pelos demais. Lacan já nos advertia, a propósito de suas elaborações sobre o circuito pulsional, que a pulsão invocante porta uma marca peculiar – os ouvidos sendo os únicos orifícios que não se podem fechar. É conhecida, sem embargo, sua proposição de que esta pulsão carregaria a mais estreita aproximação com o registro do inconsciente.

Jacoby (2007) retoma, oportunamente, a questão do tabu às imagens na cultura judaica. Na medida em que quase todas as utopias portam a marca do visual, o autor irá questionar-nos sobre a possibilidade de um utopismo que prescindia de projetos, uma utopia capaz não de ver, mas de *ouvir* o futuro.

Problematiza, outrossim, o lugar do sonoro e do silêncio no judaísmo, ali onde o mais precioso não deve ser escrito, mas sublinhando a importância da transmissão oral. Lembrará: “O ouvido tem mais poder que o olho” (JACOBY, 2007, p.189).

A utopia judaica é pensada, portanto, como um anseio sem imagens. Haveria uma diferença fundamental entre o campo visual, da ordem do imediato, e o campo sonoro, o qual exige do sujeito inferência e interpretação – apontando, portanto, para uma *mediação*. Ademais, o campo do sonoro carregaria uma dinâmica peculiar, ali onde não se podem fechar os ouvidos do modo como optamos, eventualmente, em cerrar os olhos.

Os ouvidos, dirá o autor, não podem transladar, divagar, estando sempre prontos à escuta. E, na medida em que os sons formam sequências de impressões, estabelecem uma duração, incluem assim a dimensão do tempo. Com eles, aponta, estamos sempre a nos perguntar: o que vem a seguir?

Retomemos, ainda, as elaborações de Didier-Weill (1997). Encontraremos como hipótese, pois, uma aproximação entre o *sim absoluto* colocado em jogo na experiência musical e a *Bejahung* enquanto afirmação primeira. O autor se deterá, especialmente, nesta espécie de transmutação subjetiva que transforma, de modo peculiar, o sujeito invocado em sujeito invocante. De modo que “[...] o apelo que existe na música não requer um eu que já estaria lá, mas um sujeito que ainda não está lá, indefinidamente suscetível de advir” (Ibid., p.238). A música transmitiria, portanto, uma alteridade capaz de transcender o campo significável pela palavra.

Registremos, por ora, este enlace entre o que é próprio ao campo musical, ao registro do sonoro, e à temporalidade, em sua conexão fundamental para com a constituição do sujeito. Ele nos será importante nos desdobramentos subsequentes, nos quais buscaremos adensar a questão da transferência como visibilizando, nas psicoses, esta não inscrição do registro da alteridade – não assunção deste tempo primordial *entre* sujeito e Outro.

4. TEMPORALIDADE E ALTERIDADE: IMPASSES DA TRANSFERÊNCIA

4.1 Entre o amor transferencial e o desejo do analista

“No começo era o amor”, é a provocação de Lacan, da qual também partimos. Em seu seminário sobre a transferência, transcorrido entre os anos de 1960 e 1961, propõe-nos um retorno aos princípios, ao que esteve colocado em cena na assunção mesma da práxis psicanalítica. No começo desta experiência, em verdade, estava o amor. Trata-se de um começo espesso, sujeito a confusões – aponta Lacan. Trata-se do histórico encontro entre um homem e uma mulher, entre Breuer e Anna O., no caso que fez-se inaugural à psicanálise.

Para Lacan, retomando as indicações freudianas, não estaria em questão o caráter de veracidade ou o quão genuíno seria este amor, o qual, a seu ver, seria bastante evidente. Contudo, tratar-se-ia de um evento tão perturbador que teve como consequência o afastamento desta experiência clínica de um pioneiro deveras eminente. Sem embargo, Lacan irá aproximar Freud e Sócrates em um ponto muito peculiar: Freud haveria escolhido, tal como Sócrates, servir ao amor para dele servir-se. Trata-se de um ponto fundamental, desde onde a problemática da transferência coloca todos os seus impasses. Para que servimo-nos do amor?

As primeiras referências freudianas sobre o conceito de transferência (*Übertragung*) irão datar de seus estudos sobre a histeria. O caráter perturbador do fenômeno é imediatamente reconhecido, e este incidirá sobre um paradoxo fundamental, repetidamente abordado por Freud: o surgimento, no trabalho de análise, de um amor dirigido à figura do analista que, ao mesmo tempo em que desvela um tempo de revelação de elementos do passado, conflitos inconscientes, coloca-se como o mais visível elemento de resistência à associação do paciente.

Em 1912, ele irá compreender a transferência como necessariamente ocasionada no tratamento analítico, e interroga-se sobre seu lugar nesta experiência. Veremos surgir, de pronto, o fato de que se colocaria em cena, no marco da transferência, um *clichê* estereotípico, associado ao método singular do sujeito em conduzir-se em sua vida erótica.

Cada indivíduo, dirá Freud, possuirá suas precondições de enamoramento, desveladas nas pulsões às quais busca satisfação. Apenas uma parte dos impulsos determinantes do curso da vida erótica passariam por todo o

processo de desenvolvimento psíquico. Uma parte estaria retida, afastando-se do campo da consciência e encontrando possibilidades de expansão no terreno da fantasia.

“Se a necessidade que alguém tem de amar não é inteiramente satisfeita pela realidade, ele está fadado a aproximar-se de cada nova pessoa que encontra com ideias libidinais antecipadas; e é bastante provável que ambas as partes de sua libido, tanto a parte que é capaz de se tornar consciente quando a inconsciente, tenham sua cota na formação dessa atitude” (FREUD, [1912a] 1996, p.112).

Em outras palavras, esta catexia libidinal parcialmente insatisfeita também poderá encontrar escoamento dirigindo-se à figura do analista. Para dar conta do impasse colocado pela transferência, em suas dimensões de abertura e resistência ao trabalho analítico, Freud situará uma diferenciação, neste momento, entre uma transferência positiva – onde encontraremos alojados sentimentos amistosos, afetuosos, admissíveis à consciência, e seus prolongamentos inconscientes – e uma negativa, esta remontando a fontes eróticas.

Freud sustenta, destarte, sua hipótese de que, originalmente, tudo o que temos conhecimento são nossos objetos sexuais, daí avindo as ulteriores relações emocionais de diversas ordens, como a amizade ou a simpatia a outrem. Parece-nos relevante sublinhar que, neste momento, Freud associara a face de resistência à transferência negativa ou à positiva associada a impulsos eróticos. É nesta linha que também irá considerar a transferência na paranoia como essencialmente limitada à face negativa, aí incidindo uma impossibilidade de alcance do trabalho analítico.

Indica-nos, adiante, que o tema da transferência somente deve ser abordado na análise quando as comunicações do paciente cessarem de fluir sem obstrução. Novamente, o paradoxo é delineado: “Deve-se esperar até que a transferência, que é o mais delicado de todos os procedimentos, tenha-se tornado uma resistência” (FREUD, [1912b] 1996, p.154). Assim, Freud situa-nos uma temporalidade da intervenção analítica, cujos efeitos implicam, no *a posteriori*, que o laço transferencial tenha anteriormente se estabelecido. O tempo da interpretação residiria, deste modo, neste momento peculiar em que o paciente estaria já tão próximo da resolução de um sintoma ou da tradução de um desejo que apenas mais um passo seja necessário para obtê-lo. Freud alerta-nos, nada obstante, para os riscos que uma comunicação prematura por parte do analista poderia suscitar.

Observaremos, ademais, uma aproximação entre a questão da transferência e o conceito de repetição, tão caro à psicanálise, cujo enlace será posteriormente bastante problematizado por Lacan. Freud pergunta-se sobre a relação da compulsão à repetição com a transferência e sua face ou condição de resistência. “Logo percebemos que a transferência é, ela própria, apenas um fragmento da repetição e que a repetição é uma transferência do passado esquecido” (FREUD, [1914a] 1996, p.166).

Haveria uma associação, outrossim, entre a intensidade da resistência e a extensão da atuação – *acting out* – em detrimento ao trabalho de rememoração. Para Freud, neste ponto de seu ensino, o paciente repetiria ao invés de recordar, quando este caminho não se viabiliza. E repete, precisamente, sob as condições da resistência – no esteio do enlace transferencial. Deste modo, em não sendo possível a rememoração dos elementos conflitivos recalçados, o sujeito os expressaria através da atuação. “Ele o reproduz não como lembrança, mas como ação; repete-o, sem, naturalmente, saber que o está repetindo” (Ibid., p.165).

O manejo da transferência, todavia, é apontado por Freud como a via privilegiada de acesso ao mecanismo da compulsão à repetição, quando este se coloca como obstáculo ao trabalho de recordação. “Admitimo-la à transferência como a um *playground* no qual se espera que nos apresente tudo no tocante a instintos patogênicos, que se acham ocultos na mente do paciente” (Ibid., p.169).

A transferência é então compreendida, em Freud, como uma espécie de região intermediária entre a problemática do paciente e sua vida real. Apesar da simplicidade desta colocação, pensamos que esta indica algo bastante precioso e nada simples de operar. Freud vai falar em uma região de *transição*. Um tempo de passagem, no qual questões fundamentais ao analisando irão atualizar-se com força irreprimível sob o marco transferencial. Ao mencionarmos o termo *passagem*, deixemos aberta, por ora, uma pergunta sobre a temporalidade em jogo na transferência. Lacan dará o devido acento às proposições freudianas, destacando a contundência de suas indicações. É desde a dimensão de engodo e tapeação que o amor estará a serviço da resistência. Retomaremos adiante esta colocação.

No texto sobre o amor transferencial, de 1915, encontraremos Freud debruçado sobre os impasses oriundos deste fenômeno – que considera inevitável - da situação analítica. Freud suscita importantes questionamentos, que serão retomados por Lacan, sobre o que seria a abstinência do analista. De pronto, ele nos

informa que a mesma não se resume à recusa física deste amor que lhe é endereçado. Tampouco estamos meramente operando no terreno da discricção profissional ou de uma restrição de cunho moral.

Suas considerações, em verdade, apontam para um deslocamento radical: se é fato que há amor, este amor, no entanto, não está dirigido à pessoa do analista. Não é o analista como sujeito que está em questão no laço transferencial. Portanto, dirá Freud, tampouco este deveria vangloriar-se de uma suposta conquista. É então que o amor transferencial colocar-se-ia a serviço da resistência – provocando uma mudança notória do discurso do paciente. Há uma alteração radical da cena, aponta Freud; “[...] é como se uma peça de fingimento houvesse sido interrompida pela súbita irrupção da realidade” (FREUD, [1915 (1914)] 1996, p.179).

Este apaixonamento, para Freud, adviria no preciso momento em que o paciente estaria próximo de admitir algum fragmento recalcado particularmente conflitivo. A resistência, destarte, agiria aqui como agente provocador, de modo a intensificar o estado amoroso e justificar o mecanismo do recalque. O caminho indicado por Freud, quanto à posição do analista, é audacioso: “Ele tem de tomar cuidado para não se afastar do amor transferencial, repeli-lo ou torná-lo desagradável para a paciente; mas, deve de modo igualmente resolutivo recusar-lhe qualquer retribuição” (Ibid., p.183). Segundo Freud, se todo amor coloca em cena a reprodução de protótipos infantis – o que justificaria o caráter eventualmente compulsivo ou patológico do mesmo – estaria, portanto, aceita a ideia de que o estado amoroso no decurso de um tratamento analítico tenha efetivamente o caráter de um amor genuíno.

Tomando o amor como ponto crucial de sua leitura, Lacan desdobrará suas elaborações sobre a transferência. Convoca-nos a uma minuciosa releitura do *Banquete* de Platão, propondo-nos que ali escutemos nada menos que relatos de sessões analíticas. O segredo de Sócrates é, e isto está enunciado logo ao início, o grande enigma desde o qual a questão do amor transferencial será abordada. Trata-se de que Sócrates nada pretende saber, senão sobre o que tange ao amor.

Lacan procura destacar a transferência em sua acepção de disparidade subjetiva, naquilo que ela toma a devida distância da noção de intersubjetividade. Não é de sujeito a sujeito que podemos conceber este fenômeno, senão em sua justa *imparidade*, o que não implica meramente situar uma condição dissimétrica entre dois sujeitos na análise. Se Freud falava em falsa ligação, Lacan dirá de uma

pretensa situação. Há um engodo, e precisamos esmiuçar de que se trata. “A cela analítica, mesmo macia, não é nada menos que um leito de amor” (LACAN, [1960-61] 1992, p.22).

Destarte, o que estaria em jogo para o analisante seria, efetivamente, apreender *com* o outro aquilo que lhe falta. E isto, dirá Lacan, o sujeito somente poderá aprender *amando*. De modo que o analista não estará colocado enquanto aspirante ao bem do paciente, mais bem para que a ele possa ser endereçado este amor.

O banquete constitui-se em uma cerimônia íntima com regras, portando um caráter ritualístico, compartilhado entre pessoas da elite intelectual grega. O acordado neste banquete narrado por Platão é que, neste dia, os seus componentes não se excederão na bebida. Tal fato é relevante na narrativa na medida em que Lacan situará todo o acento de sua leitura na passagem em que escutamos a entrada de Alcibiades, estando este bêbado e provocando um desvio na consigna dos discursos – digamos que, de um elogio a *Eros*, passa-se ao elogio de Sócrates, cuja cena terá um lugar nodal na construção situada por Lacan.

A proposta colocada para esta ocasião é que cada um dos presentes apresente seu elogio ao amor. Lacan sublinhará, ao longo deste seminário, o jogo entre *érastès* e *érôménos*, entre amante e amado. O amante está em posição de mover-se por aquilo que lhe falta. Contudo, ele não sabe o que lhe falta – estando esta no registro inconsciente. Ao amado, resta a incerteza de não saber, precisamente, o que ele tem. Haveria uma hiância, portanto, radicalmente colocada: ambos estão situados em um não saber. Esta dimensão do não sabido estaria – para Lacan – também situada como motivo crucial à escolha por Freud da tragédia de Édipo como representativa, ali onde o sujeito *não sabia* que havia matado seu pai e que dormia com sua mãe.

É desde estas considerações que advém seu conhecido aforismo: amar é dar o que não se tem. Basta amar, dirá Lacan, para ver-se preso desta discórdia fundamental.

“Digamos melhor, digamos mais além – a transferência é algo que põe em causa o amor, que o põe em causa muito profundamente no que se refere à reflexão analítica por ter introduzido nela, como uma dimensão essencial, aquilo a que se chama a sua ambivalência” (Ibid., p.71).

Ou seja, é como aquilo que se lhe encontra como falta que será possível articular, ao sujeito, o que ele encontrará em sua análise – seu desejo. A entrada desastrada de Alcibíades dá lugar à confissão pública de seu próprio desconcerto. Lacan irá oportunamente interrogar-se sobre o que levara tantos tradutores e leitores deste precioso texto de Platão a ignorar, precisamente, o trecho final no qual ele encontrará o mais essencial à compreensão do fenômeno da transferência. Esta reserva merece, segundo Lacan, nosso respeito, na medida em que testemunha a vívida sensação de que ali há algo importante a ser questionado.

Sócrates toma a palavra logo após o discurso de Agatão, tido como pautado por um certo exagero, do qual Lacan destaca o caráter de comicidade. Sua intervenção terá lugar ao modo de ruptura, sem desvalorizar, entretanto, a fala anterior. Sócrates recorre à figura de Diotima para proferir seu discurso. Com Diotima, veremos engendrar-se o mito do nascimento do amor: Poros irá adormecer embriagado e Aporia faz-se engravidar por ele, sendo a data de concepção coincidente à data de nascimento de Afrodite. Novamente, o não sabido. A infeliz Aporia, pondera Lacan, nada tem a dar senão a sua falta.

Alcibíades, propondo um elogio a Sócrates, ansiava desmascará-lo. Ao que Sócrates responde afirmativamente: que Alcibíades prossiga, que lhe diga, então, a verdade. Chega a conclamar Agatão que o protegesse, pois o amor de Alcibíades só lhe causara incômodos. “Desde que o amei, não me é mais permitido dirigir um olhar ou trocar uma palavra com nenhum belo jovem, pois este homem, ciumento e despeitado, começa a fazer escândalo [...]” (PLATÃO, 2004, p. 152).

Lacan nos interroga: o que Sócrates recusa a mostrar a Alcibíades? O que o impede de amar, de produzir a metáfora do amor? Haja vista Alcibíades já saber que, de Sócrates, capturara seu desejo, o que faz com que não esteja certo de sua complacência?

O que adensa a recusa de Sócrates a entrar no jogo do amor residiria, justamente, no fato de que diz saber das coisas de *Eros*. “E diremos que é porque Sócrates sabe que ele não ama” (LACAN, [1960-61] 2002, p.156). O que seduzirá Alcibíades em Sócrates é seu *agalma*, termo evocado por Lacan e que teremos como pivô de sua conceituação de objeto *a*, causa de desejo. *Agalma* é um termo grego, tendo como possíveis traduções ornamento ou tesouro. Com a introdução de *agalma*, observamos uma reformulação quando à questão do sujeito inconsciente em relação a seu objeto de desejo.

Assim, em seu discurso, Alcibíades irá comparar Sócrates aos silenos, objetos que, naquele período, também serviam como receptáculos, caixas de joias. Desta forma, o *agalma* não apenas está como objeto precioso, senão que o esconde em seu interior. Este ponto parece-nos crucial. Se um objeto nos apaixona, dirá Lacan, é porque ali dentro se esconde nosso objeto de desejo, objeto do desejo do Outro. *Agalma* como invólucro, portanto.

Na recusa de Sócrates, escutaremos um comentário no qual Lacan aponta um valor de interpretação. O que será precisamente desvelado, em sua intervenção, é a natureza transferencial do amor de Alcibíades. Sócrates vai lhe apontar que seu discurso não visava a ele, mas sim a Agatão. O que Alcibíades desejaria, destarte, era ser amado por Sócrates, tendo por objeto de desejo Agatão. Que Sócrates tenha realizado, a seguir, um elogio a Agatão, nada mais temos que a resposta à demanda de Alcibíades.

Lacan acredita ter captado nesta encenação, a que se passa entre Sócrates e Alcibíades, a última palavra do que Platão teria querido dizer-nos acerca da natureza do amor. Coloca em cena algo fundamental ao fenômeno transferencial: é por amor ao *agalma* que percebe no analista que o sujeito irá, por seu turno, atribuir-lhe saber. Todo o problema, segundo Lacan, consistiria em perceber a relação que une o Outro ao qual a demanda de amor se dirige à aparição do desejo, que coloca em questão sempre um objeto – perante o qual desfalecemos, vacilamos como sujeito.

A transferência está, portanto, como propriamente sustentáculo da ação da fala, guardando em si, entretanto, um limite irreduzível. A realidade da transferência seria a presença do passado – mais precisamente, dirá Lacan, a atualização da realidade inconsciente, cujo caráter sexual é por todos sabido. “Não poderá, então, ocorrer que não seja da posição que lhe é dada pela transferência que o analista analise, interprete e intervenha sobre a própria transferência” (LACAN, [1960-61] 2002, p.175).

Na medida em que se trata de uma presença *em ato*, não se pode eludir o caráter de criação colocado em jogo no laço transferencial. Mais incisivamente, Lacan dirá que, neste processo, o sujeito efetivamente se põe a fabricar, construir algo – e o termo *ficção* ganha aqui todo seu alcance. Contudo, de modo pertinente, propõe-nos algumas interrogações acerca da natureza desta ficção e sobre seu

objeto. Especialmente, Lacan se pergunta: já que se trata de uma ficção, o que é que se finge? E para quem?

Outra vez sublinhemos a dimensão do não saber. Não se trata, como já fora afirmado anteriormente, do registro da simulação. Há um endereçamento em causa, para este Outro que está ali mesmo que não se o saiba. “Mesmo que não se saiba que eles estão ali para serem ouvidos, e para serem ouvidos por um Outro” (Ibid., p.177). Neste ponto, Lacan oferece relevo ao fato de que se encontra como constitutivo ao fenômeno da transferência o fato de que esta se manifesta na relação com alguém *a quem* se fala, ainda que não se saiba a quem se dirige.

O desejo também irá manifestar-se na justa medida em que dele nada sabemos, diz Lacan. É porquanto desconhece o que Sócrates deseja – o desejo do Outro – que Alcibíades será possuído por um amor “[...] do qual se pode dizer que o único mérito de Sócrates é designá-lo como amor de transferência, e remetê-lo ao seu verdadeiro desejo” (Ibid., p.180).

No seminário sobre os quatro conceitos, escutamos a composição entre as elaborações acerca da noção de *agalma* e objeto *a* com o articulador lógico do sujeito suposto saber, onde o desejo do analista terá um relevo essencial. Para Porge (1996a), o sujeito suposto saber aparece como correlativo a uma nova definição da repetição – lembremos que Lacan está imbuído de demarcar as rédeas, neste momento, do mais crucial ao campo analítico – capaz de sublinhar seu valor sincrônico e atual, onde o passado se funda na dimensão mesma de um *só-depois*.

Lacan também irá salientar o paradoxo postulado por Freud, relativo à transferência enquanto resistência que interrompe a comunicação do inconsciente e, ao mesmo tempo, situando na mesma o momento preciso de alojamento da interpretação do analista, ali onde esta poderia assumir todo seu alcance. Em outras palavras, a transferência situa a um só tempo a obstrução ao caminho da rememoração e a presentificação do fechamento do inconsciente – sendo, portanto, a própria atualização da realidade do inconsciente, no que este concerne ao sexual e no que comporta de insustentável ao sujeito.

Irá retomar diversas vezes neste seminário – e isto nos parece muito caro aos desdobramentos da presente pesquisa – a noção de inconsciente em sua acepção pulsátil, intrinsecamente subjugada à dimensão temporal. O inconsciente, dirá Lacan, se mostra e se esconde alternativamente no sujeito. “Vocês compreendem que, se lhes falei do inconsciente como do que se abre e se fecha, é

que sua essência é de marcar esse tempo pelo qual, por nascer com o significante, o sujeito nasce dividido” (LACAN, [1964] 1998, p.188).

Temporalidade esta que Lacan situará como atrelada ao movimento em circuito do campo pulsional. Está, aqui, sublinhando a noção de pulsão parcial e traçando uma importante diferenciação: se, no que concerne às pulsões, estamos no registro da pura atividade, do movimento constante, no campo do amor o que está em jogo é a reciprocidade. A este respeito, dirá Lacan que amar é, essencialmente, querer ser amado.

A transferência atualizaria, assim, um movimento no qual o sujeito apenas se abre para tornar a se fechar, em uma pulsação temporal. Esta pulsação é situada por Lacan como ainda mais radical que a inserção mesma do significante – que a motiva, indubitavelmente, mas que não lhe é primária no nível da essência.

Neste momento de seu ensino, é notória uma preocupação em reassentar as balizas conceituais ali onde escutara desvios importantes no pós-freudismo. Está preocupado, desta feita, em demarcar o campo da transferência e o campo da repetição, porquanto estariam ambos muitas vezes situados de modo indiferenciado pelos analistas. Critica enfaticamente, ademais, a pluralidade de concepções que, desde Freud, haviam sido formuladas acerca da transferência.

É neste sentido que conceber a pulsação temporal do inconsciente e a transferência como seu ponto de fechamento se coloca como um giro deveras importante: neste ponto, a interpretação do analista nada mais faria do que recobrir o fato de que o inconsciente, por si mesmo, *já procedera* por interpretação. “Longe de ser a passagem de poderes ao inconsciente, a transferência é, ao contrário, seu fechamento” (Ibid., p.125).

A dimensão do amor irá enlaçar-se com este engodo em jogo na transferência. Ao persuadir o outro de que ele tem aquilo que poderia completar ao sujeito, este garante a possibilidade mesma de continuar a desconhecer, precisamente, o que lhe falta. Se há um terreno, pondera Lacan, em que a dimensão do engano e da tapeação tem de fato algum lugar, certamente é no terreno do amor que poderemos encontrar seu modelo.

Retomando as coordenadas propostas desde a releitura do *Banquete*, pode-se considerar que, em estando o analista na posição de ser amado pelo *agalma* que nele o sujeito irá vislumbrar, aquele ali estaria como presença a servir de suporte ao desejo velado do analisando. Como lembra-nos Porge (1996a), o

analista ocuparia um lugar de encarnação do interrogante *che vuoi?* atualizando, deste modo, o enigma do desejo do Outro para o sujeito.

Para o autor, porquanto a transferência se coloca enquanto demanda de amor, irá reduzir esta demanda à identificação – aqui considerada como vínculo primordial de amor no sujeito – e ao poder da sugestão. É na medida em que esta demanda pode articular-se ao desejo do analista, enigmático, que se torna possível uma superação do plano da identificação, especialmente para o analista em sua posição.

Lacan, neste ponto, é enfático em situar-nos que o plano onde se aloja a transferência, no cerne da clínica psicanalítica, não está no registro do simétrico ou recíproco. Acentuando o caráter de disparidade – de *imparidade* – da transferência, irá concebê-la como um fenômeno no qual estão inclusos, *a um só tempo*, o sujeito e o analista. Desta feita, obturá-la em termos de transferência e contratransferência, para Lacan, não faria senão elidir de que se trata.

O analista é esperado, destarte, neste ponto de encontro onde o sujeito suposto saber se coloca como articulador fundamental. Há transferência desde que haja sujeito suposto saber, é a afirmação de Lacan. Trata-se de uma afirmação enigmática ao considerarmos o laço transferencial na clínica das psicoses, onde se sabe que tal suposição não está colocada, estando a interpretação, mais bem, do lado do próprio sujeito. Retomaremos esta questão adiante em nosso texto, ao desdobrarmos as especificidades do laço transferencial na referida estrutura.

O sujeito é suposto saber somente enquanto sujeito de desejo. Está claro, portanto, que a transferência não poderia ser contornada simplesmente como a sombra de algo outrora vivido pelo sujeito. O efeito de transferência seria precisamente esta função de tapeação em sua precisa repetição no aqui e agora da cena analítica.

“O amor intervém em sua função aqui revelada como essencial, em sua função de tapeação. O amor, sem dúvida, é um efeito de transferência, mas em sua face de resistência. Estamos presos em esperar esse efeito de transferência para poder interpretar e, ao mesmo tempo, sabemos que ele fecha o sujeito ao efeito de nossa interpretação” (LACAN, [1964] 1998, p.239).

Estando a transferência alojada na fronteira entre desejo e amor, Lacan nos afirma que esta se passa não apenas no nível do sujeito, senão que envolveria

radicalmente o analista em seu desejo. O desejo do analista se nos desvela, aqui, como operador crucial. Lacan já afirmara, ao trabalhar o texto de Platão, o jogo fundamental que se dá entre aquele que ocupa a posição de amante e aquele que está como amado, desejado – o segundo irá ocupar a posição do primeiro.

Na análise, pode-se considerar que o analista, enquanto *amado*, será *amante*, porquanto sustentador da posição de escuta de seu analisante. Ou seja, ao fazer valer a interpretação de Sócrates, Lacan terá colocado o fenômeno transferencial na estrita dependência do desejo do analista. “É por isso que, por trás do amor dito de transferência, podemos dizer que o que há é afirmação do laço do desejo do analista com o desejo do paciente” (Ibid., p.240).

Conforme nos situa Porge (1996a), a operação do ato analítico reduziria esse sujeito suposto saber, precisamente, à função de objeto *a*. Desta feita, o analista terá sido sujeito suposto saber quando sua função já houver se reduzido a esta do objeto – em sua acepção de causa de desejo e resíduo do saber.

O autor parece situar, outrossim, a temporalidade como um importante articulador nesta proposição. Este *terá sido* em relação à posição do analista implicaria considerar que o sujeito que então advém não será, propriamente, o sujeito do saber, senão o sujeito da certeza – *certeza antecipada*, em sua pressa de conclusão e apenas passível de verificação no *só-depois* das escansões ali contidas.

4.2 Alteridade e abertura do tempo

Tendo como pano de fundo as elaborações anteriormente desenvolvidas neste trabalho, onde buscamos melhor precisar a problemática das psicoses e, a seguir, exploramos as principais coordenadas de Freud e Lacan em torno à questão da transferência, parece-nos viável, neste momento, alojar um questionamento acerca das especificidades e impasses colocados pela questão transferencial no trabalho com pacientes psicóticos. Para tal, encontraremos a noção de temporalidade, desde a perspectiva psicanalítica, como importante operador de nossa leitura. Ao longo deste trajeto, teremos nos fragmentos clínicos anteriormente narrados pontos de costura ao desdobramento de nossos interrogantes.

No ponto de nosso texto em que trabalhamos algumas cenas do cotidiano de uma oficina de música remetemo-nos, brevemente, às especificidades do campo musical no trabalho junto às psicoses, bem como deixamos entrevisto um ponto de enlace, que diz respeito ao sonoro e à temporalidade na dimensão constitutiva do sujeito.

Vives (2009) sublinhará este momento constitutivo onde, aludindo à pulsão invocante, estaria em causa para o sujeito, precisamente, um *chamamento*. Para que o sujeito *chame*, é preciso que inicialmente tenha recebido a voz do Outro, que terá respondido a seu grito, o qual poderá o sujeito interpretar como uma demanda. Como lembra-nos Didier-Weill (1997), o *infans* estará inicialmente banhado pela voz dos pais, comunicando-se com ela por intermédio da música que ele ouve e, mais especialmente, do *ritmo* que irá escandir a melodia da voz materna.

Tal dinâmica de invocação, nos primórdios da constituição do sujeito, implica o reconhecimento do campo do Outro e de sua falta, cuja ausência na presença possa conjugar-se como significável, ao mesmo tempo em que permanecerá como irreduzível. Sobre a voz do Outro, é preciso que esta advenha e que, posteriormente, possa ser esquecida, porquanto o sujeito poderá dispor de sua própria voz.

Tal operação, parece-nos, não se completaria para o psicótico: este permaneceria, na expressão utilizada por Vives, *saturado* pela voz do Outro, da qual não pode efetivamente descolar-se. O sujeito, tal como nos situa o autor, permaneceria então alienado a esta voz cativante, que o chama e propõe-lhe gozar eternamente na indiferenciação.

Alude-nos, neste ponto, ao mítico canto das sereias, criaturas cujas vozes veiculam um apelo incondicional - uma promessa de gozo - deixando àqueles que as ouvem *sem voz*. “Se a voz aqui é mortífera, é porque a relação com a Lei é salutar para o desejo humano, na medida em que ela permite que a corrida desejante perdure e que não se perca nos reencontros ilusórios” (Ibid., p.333). Deste modo, no canto da sereia, a voz não desapareceria por detrás da significação da fala, mais bem permanecendo à frente da cena, enquanto pura materialidade sonora. Nas frases incessantemente repetidas por Anita, poder-se-ia escutar esta dimensão da voz a conjugar tal como eco, incessantemente, a voz do Outro, porquanto vazia de sujeito.

O sujeito psicótico, atrelado à voz do Outro, permaneceria em uma espécie de silêncio mortífero, porquanto confrontado a uma presença absoluta - incapaz de alojar a *pulsção* gerada pela alternância entre presença e ausência. Lembremos, neste ponto, do que nos afirmara Lacan, no seminário sobre os quatro conceitos, acerca do registro inconsciente como instância pulsátil – em seu movimento de abertura e fechamento.

Parece-nos ressoar, nestas elaborações, uma dimensão temporal enquanto constitutiva ao sujeito. Tratar-se-ia da possibilidade de que, entre o campo do sujeito e o campo Outro, possa estabelecer-se um intervalo pulsátil, um *ritmo* capaz de colocar em cena uma certa duração no tempo? Residiria neste ritmo a possibilidade de escansão da voz materna, deste Outro primordial, a que aludia-nos anteriormente Didier-Weill?

Também Poulichet (1996) fará referência a esta temporalidade primordial. Ao desdobrar-nos a noção de *tempo identificante*, evoca-nos o advento da alteridade nos tempos de constituição do sujeito. Para a autora, tratar-se-ia de pensar tal advento *no tempo*: um tempo que se abre porque há um outro.

Neste sentido, retomará o chamado complexo do próximo em Freud – onde a experiência de percepção do outro como tal organiza-se em dois momentos. Um primeiro demarcaria o reconhecimento do que é próprio ao sujeito no semelhante. Em um mesmo passo, há algo percebido como estranho que restará como Coisa (*das Ding*), díspar e incomparável. Portanto, a percepção deste estranho no semelhante outorgaria a possibilidade de uma separação.

Destarte, este duplo efeito de encontro com o memorável e o estranho junto ao semelhante constituiria a dimensão de alteridade que *abre o tempo* – a qual suporia, precisamente, essa relação com o outro, onde vemos alojar-se um tensionamento entre o Mesmo e o Outro. “Esse tempo identificante que gera um lugar para um acontecimento psíquico constitui realmente uma experiência temporal, e não um dado espacial entendido como uma identificação com uma imagem” (POULICHET, 1996, p.16).

A autora irá conceber, então, a experiência primordial dos gritos como situando o advento da alternância entre presença e ausência, fundamento da temporalidade psíquica. Como aponta-nos Vives (2009), o grito do recém-nascido não está, inicialmente, registrado como chamamento; este irá somente tornar-se

apelo desde a resposta da voz do Outro, na qual se inscreve seu desejo: precisamente, a passagem de um grito *puro* a um grito *para*.

Vemo-nos remetidos a este momento constitutivo em que o sujeito passará a diferenciar um dentro e um fora, a ida e o retorno do objeto, desde o qual irá advir uma lacuna onde este poderá alojar-se. Lacuna ou hiância na qual Poulichet (1996) indica-nos, justamente, o valor de matriz do tempo identificante:

“É realmente esse fora que, como tal, faz surgir a perspectiva de um dentro. Esse processo, que estaria na base da temporalidade psíquica, faz advir a presença sobre um fundo de ausência, e ao mesmo tempo a oposição simbólica entre fora e dentro. A experiência temporal precede e fundamenta a estruturação do espaço” (Ibid., p.20).

Deste modo, poderíamos vislumbrar a assunção de uma matriz de alteridade, na composição de objetos, os quais darão lugar a montagens pulsionais capazes de interpretar o real. A autora indica-nos como aspecto fundamental a organização de tais identificações temporais.

Nosso corpo, portanto, não seria apenas assimilável à sua imagem tal como esta se elabora na experiência do espelho, mas também estaria modelado na precipitação de presenças que se jogam sobre um fundo de ausência. O corpo não está em si mesmo, dirá Poulichet, mais bem situado no *intervalo* traçado entre o Mesmo e o Outro. Trata-se de um corpo que será introduzido, então, na dimensão do tempo.

Ainda Vives (2009) irá sublinhar uma passagem necessária da voz enquanto pura materialidade sonora (o mencionado canto da sereia) ao velamento produzido pelo trabalho de significação - a palavra que *calaria* a voz. Tal velamento possibilita a assunção do sujeito, que passa a perder a voz – enquanto real do corpo – para poder falar.

Nas elaborações do autor veremos demarcada, desta feita, a emergência de um *ponto de surdez* com o qual o sujeito, para advir enquanto falante, precisa esquecer que é receptor do timbre originário. “Ele deve poder ensurdecer-se para o timbre primordial, para falar sem saber o que diz, quer dizer, como sujeito do inconsciente” (Ibid., p.336). Tal ponto surdo remeter-nos-ia, justamente, à operação do recalçamento originário.

Assinalara-nos Lacan, em seu seminário sobre a identificação, a oposição entre um tempo de inscrição de um primeiro passo (*pas*) originário – o traço unário –

e o tempo ulterior de apagamento deste mesmo traço, movimento este que subjaz como fundamental à assunção do sujeito falante. Tratar-se-ia da marca pela qual o sujeito advém do significante e estará por ele constituído. Traço distintivo que, rasurado, apontará para o sujeito enquanto dividido pela linguagem.

Como mencionado anteriormente em nosso texto, Didier Weill (1997) aproximará o elemento musical a este Nome primeiro intraduzível, porém inscritível, para o sujeito. Nesta via, o autor abordará a questão da foraclusão por uma nuance peculiar, questionando-se acerca de uma certa impotência, no trabalho junto às psicoses, da intervenção pela palavra, porquanto esta não possa fazer liberar de seu retiro o significante foracluído no real – significante este que, como vimos, não é traduzível. “Esse significante seria traduzível se o sujeito do inconsciente tivesse podido, antes de recalá-lo, assumi-lo segundo o ‘sim’ inconsciente da *Bejahung*” (Ibid., p.247).

Nas psicoses, sem embargo, observaríamos uma espécie de ruptura do pacto com o significante; neste sentido, o autor interroga-se: “Se a ferramenta com a qual o analista trabalha é a transferência, como fazer com um significante que, sendo foracluído, é precisamente um significante que escapa ao poder da transferência?” (Ibid., 248).

Para Calligaris (1989), a presença do polo paterno no real, distintiva da estruturação psicótica, somente seria discernível no quadro da transferência. Tal afirmação, em ressonância ao que já nos advertia Lacan, colocará como única possibilidade, ao analista, o diagnóstico *em* transferência. Para tal, far-se-ia necessário atentar para o registro no qual as intervenções do analista são escutadas. “Mais propriamente, se a função paterna, para produzir significação para o sujeito, necessita ou não de uma conversão do Real ao Simbólico” (Ibid., p.75).

O autor elabora, nesta via, duas possíveis modalidades de armado transferencial, desde a condição subjetiva do psicótico. Haveria uma diferença situada, portanto, entre o trabalho que se realiza no momento de uma crise e aquele que se estabelece nos períodos de maior estabilização. O que estaria colocado em questão seria, fundamentalmente, a interpelação de um saber sem agente – como postula Lacan, sem saber suposto. A hipótese de Calligaris caminha no seguinte sentido: o paciente consultaria à psicanálise como parte integrante de um *saber total*, pedindo, mais que nada, uma relação com o saber analítico.

Tal entendimento nos levaria a considerar as possibilidades de que, em alguns casos, a própria entrada em análise possa ocasionar a irrupção de uma crise, caso o analista tome este pedido de *passeio num saber* como um pedido terapêutico, posicionando-se, assim, de modo normativo, calcado em uma lógica própria à constituição neurótica.

A transferência organizada no momento crepuscular, anterior à possibilidade de constituição de uma metáfora delirante, colocaria em cena uma relação à posição imaginária do Outro devorante. “Assim, a única transferência que ele vai poder estabelecer é uma relação direta, mortal, com a Demanda do Outro” (Ibid., p.77). Neste momento crepuscular, de crise, não se coloca como possível ao sujeito nenhum tipo de defesa capaz de assegurar-lhe uma posição subjetiva, de modo que as intervenções do analista podem vir a ser recebidas como imperativo de sacrifício ao gozo do Outro.

A outra modalidade transferencial, para o autor, estaria referida ao movimento onde o sujeito irá situar o polo paterno no real – aqui, mais bem aproximamo-nos da transferência mais característica na paranoia. Caberia sublinhar o risco, evidente, de que o analista colocado nesta posição possa vir a ser, em algum momento, identificado como perseguidor.

A escuta das psicoses, para Calligaris, defronta-nos com a radicalidade disto que Lacan chamara como o risco absoluto da palavra do analista. Na neurose, não vislumbraríamos todo o alcance desta postulação, por vezes levando o analista a uma certa banalização do trabalho com as palavras. “Porém, no trabalho com pacientes psicóticos em crise a coisa aparece imediatamente como é: a palavra é algo que comporta um risco absoluto, qualquer significante tem de ser cuidadosamente pesado” (Ibid., p.82).

É certo que, desde as diferentes modalidades clínicas que encontramos na estruturação psicótica, advirão nuances relativas às possibilidades e especificidades do laço transferencial. Lembremos que Freud afirmara a impossibilidade de estabelecimento do laço transferencial, nas psicoses, desde sua leitura dessa defesa estrutural marcada pela retirada da libido dos objetos. Conforme evoca-nos Guerra (2010), três modalidades poderiam ser lidas desta proposição freudiana: a libido retirada voltar-se-ia para o eu, no caso da esquizofrenia; para o Outro, na paranoia; e permaneceria dispersa no eu, escoando-se pela identificação ao objeto perdido, na melancolia. Neste sentido, evoquemos também a distinção

proposta por Freud, entre as ditas neuroses narcísicas e as neuroses de transferência.

Guerra (2010) irá deter-se na abordagem de tais nuances, roupagens do armado transferencial nas distintas formas de organização da estrutura psicótica. Na esquizofrenia, teremos salientado o abandono dos investimentos objetivos, o qual remeteria o sujeito a uma primitiva condição de narcisismo. A libido retornaria para o eu, entretanto, não encontraria o apoio simbólico de uma imagem de unidade corporal – trata-se da experiência do *corpo despedaçado*.

Na melancolia, a dor de existir associa-se à perda do ideal capaz de encobrir a castração no Outro. Como já afirmara Freud, a sombra do objeto recai sobre o eu, estando o sujeito identificado ao objeto perdido. “No arranjo que o melancólico realiza, o ideal do eu ocupa o lugar da referência simbólica para o sujeito, suprimindo a ausência ou a forclusão do referente simbólico” (Ibid., p.20). Haveria um risco, destarte, de abalamento deste arranjo, porquanto possa o eu – ao perder seu revestimento narcísico – evidenciar seu status de objeto, desvelando deste modo a forclusão. Uma perda do objeto, outrossim, tornar-se-ia uma perda do próprio eu.

Já na condição paranoica, poder-se-ia observar uma coloração persecutória e ou erotômana no enlace transferencial. Freud, como já referido anteriormente em nosso trabalho, atrelara a capacidade de transferência, na paranoia, aos percalços da transferência negativa. A este respeito, remetemo-nos ao que também Freud abordara, ao trabalhar sobre Schreber, quanto às três derivações gramaticais – modos de negação - formadoras do delírio paranoico, onde incluirá o delírio erotomaníaco como uma das modalidades de defesa frente a esta premissa do “eu o amo”.

Poder-se-ia considerar que a erotomania está colocada desde o princípio da abordagem lacaniana das psicoses, embora não esteja totalmente explicitada quando da escrita de sua tese, onde trabalha o caso *Aimée*. Para Mezencio (2004), as relações entre erotomania e transferência já seriam dedutíveis nesta primeira produção de Lacan, conquanto não seja o eixo acentuado naquele momento.

Como é sabido, Lacan forjará, naquela ocasião, o inédito diagnóstico de uma paranoia de autopunição. Não concordara, ademais, com o isolamento proposto por Clérambault, relativo à categoria das psicoses passionais. Na abertura da edição francesa das memórias de Schreber, em 1966, Lacan oportunamente

destacará o caráter erotômano da relação estabelecida para com Flechsig, assim considerando:

“É que o referido clínico deve habituar-se a uma concepção do sujeito em que se destaca que, como sujeito, ele não é estranho ao vínculo que o coloca, para Schreber, sob o nome de Flechsig, na posição de **objeto de uma espécie de erotomania mortificante** [...]. Não se trata aí de nenhum acesso a uma ascese mística, nem tampouco de qualquer abertura efusiva para a vivência do doente, mas de uma posição na qual somente a lógica do tratamento introduz” (LACAN [1966b] 2003, p. 223, grifo nosso).

Tal colocação ressoa-nos deveras profícua, na medida em que parece colocar em relevo uma certa peculiaridade da modalidade de laço transferencial que podemos encontrar na clínica das psicoses. A este respeito, Mezencio (2004) irá explorar a concepção da erotomania como paradigmática do enlace produzido na análise de sujeitos psicóticos (neste sentido, para além de sua aceção diagnóstica e nosográfica). Dir-nos-á a autora: “A erotomania, portanto, decorre da estrutura e da lógica da relação analítica e tem conexão com a modalidade de transferência na psicose” (p.16). Sublinha, ainda, o caráter *mortífero* destacado por Lacan como problemático, porém como ele mesmo ocupando um lugar de abertura para a questão do manejo desse laço.

“A erotomania de transferência é a dedução necessária, mas não deixa de ser problemática. Afinal, uma vez que se trata de uma erotomania mortífera e que pode levar ao desencadeamento, não é novamente um motivo para contraindicar o tratamento? Longe de fornecer uma solução, não seria antes um obstáculo? O que a articulação desse conceito permite é a diferenciação radical entre o amor de transferência neurótico e o amor mortificante do psicótico” (Ibid., p.17).

Desde esta perspectiva, lembremos que já nos apontava Lacan (1955-56) que a condição do amor na psicose (que ele nomeia como *morto*) contornaria uma abolição radical do sujeito, na medida em que esta comporta uma heterogeneidade absoluta do campo do Outro.

“O caráter de degradação alienante, da loucura, que conota os dejetos dessa prática, perdidos no plano sociológico, nos apresenta a analogia do que se passa no psicótico, e dá seu sentido à frase de Freud que eu lhes trouxe outro dia, segundo a qual o psicótico ama seu delírio como a si próprio. O psicótico não pode apreender o Outro senão na relação com o significante, e ele se demora apenas numa casca, num invólucro, numa sombra, a forma da fala. Ali onde a fala está ausente, ali se situa o Eros do psicótico, é ali que ele encontra seu supremo amor” (LACAN, [1955-56] 2002, p.288-289).

Nesta direção, também sublinhará Pommier (1998) o fato de que, nas psicoses, a dimensão narcísica do amor corresponderia à ameaçadora identificação ao falo – ao que falta à mãe. Logo, o que noticia a dimensão delirante, senão um sujeito indefinidamente solicitado pela demanda do Outro? Para o autor, tratar-se-ia da possibilidade de *negar o amor* (a identificação ao falo imaginário), de modo que o delírio possa operar na estabilização de identificações que retardam tal realização.

O amor para Lacan, como trabalhado anteriormente em nossas considerações sobre a transferência, estará remetido a esta dimensão de engodo, no que ele nomeia como uma *discórdia* fundamental. Tratar-se-ia da sustentação de uma ilusão, desde a qual intentamos recobrir esta hiância radical, remetida ao impossível da relação sexual. Mais incisivamente, dirá Lacan (1972-73) que o amor intenta suprir a inexistência da relação sexual.

Estará delimitando, nesta ocasião, os registros do gozo e amor – onde o signo do gozo estará, para o sujeito, na base da provocação de seu desejo, sendo neste ponto que Lacan localizará o princípio do amor. Enquanto sujeito dividido, o que se coloca em jogo será, portanto, da ordem de uma disparidade subjetiva.

Ora, Lacan já nos advertia, em suas elucubrações em torno ao *Banquete*, de Platão, que amar é colocar em cena uma falta – efetivamente, dar o que *não se tem*. Tal aforisma reverbera a nós como importante interrogante ao considerarmos o campo das psicoses, onde o significante da falta não está inscrito ao sujeito. Nesta direção, destacará Ramalho (2007) que o amor nas psicoses não estaria – como na neurose – como uma significação engendrada por uma metáfora. Não se trata, pois, da *substituição* do lugar de uma falta. “Quando um psicótico ama, ele ama, realmente, a partir de uma privação – uma falta real e não simbólica, devida à forclusão da metáfora paterna” (Ibid., p.94).

Desta forma, estando apartado da operação da castração, o amor nas psicoses desvelaria este formar *Um* não ilusório – que, na neurose, apontaria para o registro imaginário -, mais bem incidindo sobre o real. A autora nos aponta, desta feita, a condição desesperadora deste sujeito para quem, desde o que se situa enquanto abolição simbólica, estará colocada uma condição de não diferença com o Outro.

Para Rita, o *amar* parece visibilizar a ausência deste ponto surdo no qual situamos, anteriormente, a introdução do registro temporal. A ausência, destarte,

não parece poder tramitar simbolicamente; momentos de crise surgem, justamente, quando o outro se subtrai – como quando da mudança de seu psiquiatra. Ou quando, em uma aparente situação ainda mais corriqueira, devido a uma confusão de horários, vai até a Clínica e não nos encontra.

Sua colocação, na sessão seguinte, é sugestiva: nossa ausência lhe indicara que não a *amávamos* mais. Pensara, inclusive, em abandonar a oficina de música, espaço no qual também participamos. Na sequência destes momentos de desorganização, vimos a reiteração de incessantes ligações telefônicas ao radialista por quem se diz apaixonada. Interessante que Rita jamais menciona o que encontra ou que resposta recebe destas ligações. Trata-se, simplesmente, de um chamar ao outro sem intervalo, no qual se atualiza, parece-nos, a dimensão de um abismo. No lugar do Outro, não há encontro com o registro do significante, mas sim o vazio.

Nesta condição de amor *mortificante*, situada por Lacan, parece-nos incidir a falta de uma falta; falta de inscrição deste tempo / intervalo desde o qual alguma alteridade seja possível. Deparamo-nos com este amor que, de modo radical, desvelaria uma entrega absoluta do sujeito ao campo do Outro (nas palavras de Lacan, contornando sua efetiva *abolição*).

4.3 Transferência na clínica das psicoses ou forclusão do tempo

No subcapítulo anterior, abordamos a questão da temporalidade enquanto constitutiva ao sujeito, quando do advento da dimensão da alteridade. Vimos, ademais, que esta dimensão não parece inscrever-se para o sujeito psicótico, que permaneceria colado à voz do Outro, como objeto de seu gozo. A questão do amor mortificante na psicose, em sua dimensão de abolição da falta, foi mencionada.

Interessa-nos, agora, tramar algumas hipóteses acerca da transferência em suas relações à temporalidade, no que tange ao trabalho clínico junto a estes sujeitos. Para adentrar tais elaborações, pareceu-nos importante iniciar resgatando algumas breves coordenadas, desde Freud e Lacan, acerca da concepção de temporalidade em psicanálise.

É bastante conhecida a afirmação de Freud quanto à atemporalidade dos processos psíquicos inconscientes (*Zeitlosigkeit*). Esta construção aparecerá pela

primeira vez em 1907, em um texto sobre o determinismo e a crença no acaso, quando nos afirma que os traços mnêmicos recalcados não estarão sujeitos a alterações no tempo, concebendo o inconsciente como intrinsecamente atemporal. Desta forma, as impressões psíquicas fixadas preservar-se-iam tanto em sua forma original como em seus desenvolvimentos posteriores.

No texto sobre o inconsciente, irá reiterar tal ponderação acerca da atemporalidade de seus processos. Indicará, portanto, que estes não estariam *ordenados* temporalmente, enlaçando a referência ao tempo estritamente ao trabalho da consciência. A dimensão do só-depois (*Nachträglichkeit*) irá advir, por seu turno, a partir da elaboração de sua teoria do trauma. Para Freud, o traumático se inscreveria, precisamente, em dois tempos, localizando no segundo – na revivescência – a constituição do traumático enquanto tal.

Com Lacan, nos é possível afirmar que este segundo tempo implicaria a própria inscrição da experiência, a assunção de uma significação outrora ausente. Ele irá retomar o esquema freudiano do só-depois, trabalhando-o em termos de significantes. Tal como nos evoca Porge (1996b), os dois tempos de elaboração do traumático em Freud serão abordados por Lacan como um tempo de *retroação* de um significante sobre outro. Haveria uma recorrente disparidade, outrossim, entre a nomenclatura freudiana do primeiro tempo – por vezes aludindo à experiência, traço mnêmico, impressão ou percepção - e o segundo, ligado à representação.

“Formulá-lo em termos de significantes permite, ao contrário, conservar a originalidade do só-depois, a saber, a sincronia de seu funcionamento na retroação do tempo dois, que faz existir um tempo um (o que é uma definição da repetição)” (Ibid., p.520).

Um questionamento acerca das consequências da premissa freudiana sobre a atemporalidade dos processos psíquicos inconscientes é intensamente trabalhado por Gueller (2005). A autora, dentre outras considerações, irá localizar tal postulado como um traço distintivo que Freud teria buscado situar entre o que concerne ao campo psicanalítico – onde vemo-nos remetidos a uma lógica do tempo não linear – e o tempo da ciência positivista.

Para Lacan ([1945] 1998), a formulação da noção de tempo lógico em suas três modulações estará como pano de fundo, por assim dizer, de muitas de suas construções. Deste trabalho, escrito em um momento bastante inicial de seu

ensino, pode-se dizer que Lacan seguirá extraindo consequências em reiterados momentos de sua produção. Lancemos agora, brevemente, seus apontamentos neste artigo sobre o tempo lógico, que nos serão importantes nos desdobramentos subsequentes.

Lacan recorrerá ao apólogo dos três prisioneiros para introduzir-nos à referida dimensão temporal. Trata-se de um diretor que, desejando libertar um dentre três prisioneiros, propõe-lhes uma prova. A estes, são apresentados cinco discos, três brancos e dois pretos. Cada um dos sujeitos terá um disco colado às suas costas – sem deste saber a cor e, tampouco, poderá comunicar-se com os demais prisioneiros. O primeiro que deduzir sua própria cor deve sair e comunicar o fato ao diretor, conquanto esta comunicação esteja baseada em um motivo lógico, não apenas por sua probabilidade.

Eis que, então, os três sujeitos terão discos brancos às suas costas. A solução perfeita é apontada por Lacan, já ao início. Após algum tempo de consideração, os três sujeitos irão cruzar simultaneamente a porta, no intento de expor sua conclusão. Tal conclusão, poderíamos resumir deste modo: um sujeito A, vendo que seus dois companheiros B e C eram brancos, pensará que, caso fosse preto, cada um dos outros sujeitos poderia inferir-se branco. Neste ponto, B e C poderiam pensar: ‘se eu *também* fosse preto, o outro, devendo reconhecer-se imediatamente branco, sairia na mesma hora’. Contudo, se nada estavam fazendo, é porque A seria branco como eles. “Pois, nessa hipótese, é o fato de nenhum dos dois haver *saido primeiro* que permite a cada um pensar-se como branco [...]. É que a hesitação estaria logicamente excluída para qualquer um que visse dois pretos” (Ibid., p.200).

Todo o acento da leitura de Lacan estará, pois, nas duas moções suspensivas colocadas em jogo. Ou seja, nada exigiria a partida de A, caso este fosse preto; é que A, ao concluir-se branco, vê B e C dirigirem-se junto dele em direção à saída, ao que precisa recolocar-se a questão.

“Com efeito, ele os vê deterem-se também: é que, estando cada um realmente na mesma situação que ele, ou melhor dizendo, sendo todos os sujeitos A como real, isto é, como aquele que se decide ou não a concluir sobre si, cada qual depara com a mesma dúvida no mesmo momento que ele” (Ibid., p.200).

Lacan sinaliza, pois, este momento de *parada*, detenção. O que segue: A irá pensar que, caso fosse preto, os outros dois sujeitos *deveriam ter prosseguido*, ou reiniciado o caminho à porta antes dele. Entre a parada e a retomada do movimento, haveria um *progresso lógico*. “Temos, então, três partidas e duas moções suspensivas que são decisivas para a conclusão do sofisma” (Ibid., p.201).

Lacan sublinhará o valor significante de tais moções suspensivas, precisamente, desde seu *tempo de parada*, de modo a fazer prevalecer uma estrutura temporal em detrimento a uma estrutura espacial. Desta feita, cada um dos três sujeitos na posição de A irá tramitar o referido processo lógico, transformando as três combinações possíveis em três tempos de possibilidade. Entre tais instâncias de tempo (instante de ver; tempo para compreender e momento de concluir), Lacan assinala uma *modulação* do tempo. Tratar-se-ia de considerar que, na passagem entre um e outro, cada qual será reabsorvido, subsistindo apenas o último que os absorve.

Situemos, sucintamente, tais instâncias. O instante de ver está em ‘estando diante de dois pretos, sabe-se que é branco’. Lacan nos aponta para uma exclusão lógica que dará base ao movimento. A evidência, assim, fulgura em seu valor *instantâneo*. O sujeito, aqui, é o sujeito impessoal, contido na formulação de uma prótase e uma apódose: ‘Estando... só *então* sabe-se que...’. Lacan aponta-nos que será necessário apenas um instante, justamente o instante de ver, para tramitar o que está entre ambos os registros. Evoca-nos, portanto, a dimensão da sincronia, instaurada pela linguagem.

O tempo para compreender, então, marcará a entrada na primeira fase do movimento lógico: ‘se eu fosse preto, os dois brancos que vejo logo se saberiam brancos’. Trata-se, para Lacan, do registro de uma intuição; nesta, o sujeito em posição de A não conseguirá ir mais além da aparência objetiva dos dados presentes no instante de ver. Neste tempo, nos situa Lacan, veremos a possibilidade de aquisição de um *sentido*, a partir da inércia de seus companheiros – um tempo de meditação. O sujeito, neste ponto, será recíproco, ou indefinido a não ser por sua reciprocidade. Para Porge (1998), este será o tempo da diacronia, porquanto colocará em cena um *através* do tempo.

Já o momento de concluir, por seu turno, evidencia a segunda fase do movimento lógico, na *pressa* da conclusão de um juízo por parte dos sujeitos. Conforme nos propõe Lacan, aqui se vislumbra a precipitação de uma *asserção*

sobre si, na qual ele registrará o valor de ato. De tal modo que é da urgência em comunicar sua conclusão que dependerá a verificação; o sujeito atinge, então, uma verdade que será colocada à prova da dúvida. Todavia, tal verificação não se daria sem que este já a tivesse atingido na *certeza* – portanto, *antecipada*.

Destarte, observamos que o juízo no qual Lacan marca a conclusão do sofisma pertencerá ao sujeito de uma asserção sobre si – um eu (*je*). Estará diferenciando, portanto, este sujeito da asserção subjetiva do sujeito impessoal do instante de ver e do sujeito indefinido e recíproco do tempo para compreender. Este último, caberia sublinhar, será apontado por Lacan em sua função essencial na relação lógica de reciprocidade entre os sujeitos – a verdade, como vimos, não poderá atingir-se senão através dos outros.

O enlace entre temporalidade e distribuição de lugares é o eixo proposto por Costa (1998). A autora irá situar, deste modo, a temporalidade enquanto função capaz de produzir dissimetria, diferença de lugares. Trata-se de considerar que, embora o sentido do Outro preceda o sujeito, o lugar de enunciação deste último não irá organizar-se em uma prevalência do campo do Outro, porquanto a assunção do sujeito venha a operar uma falta neste – em seu código.

“Ao não existir nenhuma prevalência de um campo sobre o outro, sujeito e Outro não estabelecem relações complementares. A dissimetria significa que o encontro desses campos recorta uma falta em cada um deles. A precedência da castração do Outro em relação ao sujeito é lógica e não cronológica. É comente na produção de um ato que o sujeito realiza a experiência da castração do Outro” (Ibid., p.14).

Tal proposição parece-nos deveras relevante, remetendo-nos às considerações anteriores em torno à temporalidade constitutiva ao sujeito. Lacan sublinha, como vimos, a transferência em sua acepção de disparidade subjetiva. No enlace transferencial com o qual nos deparamos na escuta da psicose, parece colocar-se em questão, mais bem, uma espécie de *paridade* – relaciona-se, desta forma, ao não recorte desta falta no código do Outro, produtora de dissimetria.

Retomando as indicações freudianas acerca da temporalidade própria à constituição do traumático, a autora irá indicar no segundo tempo a possibilidade de que um saber venha a se constituir enquanto recalcado, produzindo, pois, uma disjunção entre o sujeito interpretante e a atividade sexual. O acesso à significação

estaria no cerne, portanto, desta produção de *dissimetria de lugares*, o qual decorre de uma perda de saber sobre o gozo.

Arrolando consequências clínicas de tais formulações, a autora aponta-nos a emergência deste elemento temporal na transferência. Assim, ao endereçar um argumento a seu analista, o paciente pretende encontrá-lo em uma determinada posição. “Para que seu argumento possa ser emitido é necessária uma antecipação do lugar em que o analista vai ser encontrado, a fim de que esse argumento tenha endereço plausível” (Ibid., p.28). Ocorre-nos, aqui, a indicação preciosa de Barthes (2006), aludindo-nos à *espera* como condição à transferência.

Poder-se-ia problematizar, desde então, esta espécie de abismo temporal ao qual estaria subjugado o psicótico. Ali, parece-nos, esta condição subjetiva de *espera* não se coloca enquanto veiculadora de uma significação que, antecipada, pareça permitir ao sujeito algum resguardo frente ao campo do Outro.

Neste sentido, abordando possíveis consequências da proposição lacaniana das três instâncias do tempo lógico, ainda Costa (1998) irá remeter-nos ao instante de ver como aquele que carrega a ambiguidade alojada na tensão entre o eterno e o finito. O tempo para compreender, destarte, implicaria a construção de um sujeito capaz de afirmar um ‘eu sei’. Nesta via, a autora situa uma interessante aproximação:

“Aqui nos encontramos com um paradoxo: como diferenciar os atos do desejo – onde a afirmação do ‘eu’ da consciência está excluída – dos atos de alienação mais radical constantes do fascínio do sujeito com o código do Outro (situação descrita no instante de ver)?” (Ibid., p.53).

Desde esta proposição, somos conduzidos à pergunta sobre considerar o sujeito psicótico enquanto *congelado* nesta primeira modulação temporal, quiçá impossibilitado de, pela tramitação da *dúvida*, aceder a uma enunciação. Evocamos, neste ponto, o que afirmara Lacan (1955-56) acerca desta produção sgnica onde o sentido antecipa-se tamponando a possibilidade de qualquer pergunta, apontando-nos, desta feita, para o registro da certeza psicótica. Poder-se-ia ponderar, desde então, a ausência do valor significante das moções suspensivas, que desvelariam a possibilidade de uma escansão.

O enlace entre a problemática da transferência nas psicoses e a concepção psicanalítica de temporalidade será intensamente trabalhado por

Pommier (1997, 1998). Acompanhemos, portanto, suas elaborações. O autor parte de uma premissa fundamental. Parece-lhe evidente, desta feita, que existirá transferência nas psicoses - porquanto existirá transferência desde que um sujeito fale, onde a palavra irá retornar desde o pequeno outro ao qual se dirige. O que pediria para ser transferido, nas psicoses, seria precisamente a pulsão de morte.

A questão da analisabilidade desta transferência e os impasses que esta nos interpõe será, sem embargo, o fio condutor de suas construções. O obstáculo a colocar-se de modo premente na análise com psicóticos, para o autor, estaria no risco de atravessamento do plano da identificação.

O atravessamento de identificações, eminentemente imaginárias, estará colocado em pauta em qualquer processo de análise. E sempre envolverá, em alguma medida, um certo luto pela identificação perdida. Contudo, no terreno das neuroses, tal identificação pode ser substituída por outra com certa facilidade. O que não ocorrerá, absolutamente, quando da escuta de sujeitos psicóticos – onde tal travessia coloca em cena um risco pungente.

A identificação que resultará ameaçadora ao psicótico será, justamente, a identificação ao objeto da demanda do Outro. Trata-se da identificação, pois, ao falo materno. Neste ponto, porquanto da inexistência deste falo, o risco que se atualiza em transferência será o do atravessamento desta identificação, colocando em cena o abismo da morte subjetiva ou do despedaçamento pulsional.

Neste contexto, toda significação engendra um risco, na medida em que possa refletir a imagem do corpo - o próprio vazio. Para Pommier, o corpo do psicótico estaria em uma relação de constante negação com respeito à significação fálica, sendo suficiente que tal significação recaia sobre ele (neste momento de atravessamento da identificação) para que se coloque um risco iminente de fragmentação corporal. Nesta via, o autor abordará, por exemplo, a questão das automutilações e amputações nas psicoses, onde poderíamos vislumbrar um ato produzido desde este insustentável encontro com o vazio.

O ato, outrossim, poderia vir a ser recuperado por alguma significação, contudo nenhuma associação significativa poderá abarcar o sentido do ato no que concerne à significação fálica. Assim, o autor irá questionar uma leitura usual que apontaria para o ato de *corte* como um intento, por parte do sujeito, de colocar em jogo a castração. Ao contrário, cortar-se algo diria, mais bem, da impossibilidade de situar a falta no campo do Outro, buscando precisamente tapar a castração materna.

No marco transferencial, o risco deste atravessamento identificatório colocar-se-ia em pauta desde o momento em que entre o sujeito e o analista possa situar-se uma espécie de *jogo especular*. Neste sentido, qualquer intervenção colocaria em cena o risco de produção da reflexão de uma significação.

“É a dificuldade de afirmar qualquer coisa, do lado da significação, do lado do significante; porque tudo pode desencadear uma agressão erotizada que vai dirigir-se ao analista, ou ao analisante mesmo. Porque o que se coloca em palavra – qualquer que seja – é o ser e o nada. [...] Assim, o simples fato de isolar um significante pode desencadear uma significação” (POMMIER, 1997, p.12).

Ao ressaltar o mecanismo da *Verwerfung*, parece-nos, Lacan já destacara uma temporalidade peculiar à estruturação psicótica. Como já mencionado anteriormente em nosso trabalho, o termo *foraclusão* implica, precisamente, a impossibilidade de fazer uso de um direito, quando não exercido no prazo prescrito.

Para Rabinovitch (2001), na foraclusão coloca-se em jogo a imposição antecipada de um limite de tempo para aquilo de que se trataria de dizer ou contradizer. “A prescrição submete-se à uniformidade de uma continuidade temporal cronológica, mas o ‘antecipadamente’ ditado pela foraclusão indica uma posterioridade lógica daquilo que sobreveio em primeiro lugar” (Ibid., p.18). O modo de negação colocado em jogo na *Verwerfung*, outrossim, destruiria a coisa no momento mesmo em que a faz existir. “Não só exclui as possibilidades vindouras e fere o futuro, mas também expressa um desejo que lesa o passado; diz o desejo de que uma coisa nunca houvesse existido” (Ibid., p.19).

Poder-se-ia pensar, desde esta perspectiva, que o psicótico estaria submerso em um abismo temporal, desprovido de balizas simbólicas, desde as quais alguma ordenação seja possível no nível da cadeia significante. Neste sentido, a metáfora paterna cumpriria a função de ponto de basta, promovendo este ponto de *parada* do qual poderá decantar algum estancamento do movimento infinito do significante. Nas psicoses, mais bem, estaríamos confrontados com tal infinitização, estando o tempo do significante, por assim dizer, eternizado.

Nesta direção, Pommier (1998) aponta-nos, em ressonância às indicações de Lacan, a metáfora delirante como uma possível saída, ao psicótico, no que tange às possibilidades de amarração deste ponto de basta. Esta metáfora afastaria o sujeito, ainda que provisoriamente, da perspectiva de identificação ao falo

materno. Retomando a questão do risco de atravessamento do plano da identificação, o autor irá situar esta passagem como uma espécie de atravessamento do espelho – porquanto a imagem, nas psicoses, represente o *muito pleno* da imagem fálica, não recalçada.

“Além de purgar a culpabilidade do recalque primordial, a transferência deverá contentar-se em oferecer a presença de um pequeno outro que se furta, escavando um furo no muito-pleno da imagem fálica, oferecendo nesta própria presença o ponto vazio necessário a toda metáfora, assim *atuada*, na falta de ser subjetivada” (Ibid., p.461).

Intentemos extrair consequências desta proposição. Desde nossas considerações acerca da temporalidade enquanto *inscrição*, remetendo-nos ao tempo constitutivo de assunção da dimensão da alteridade, situamos uma hipótese de que, nas psicoses, estaríamos confrontados com uma espécie de abismo temporal. Isto implicaria considerar a impossibilidade em que está colocado o sujeito de aceder a este *ritmo* que pontua a marca da presença e da ausência, instituindo balizas simbólicas desde as quais poderão delimitar-se os lugares do Outro e do sujeito (neste sentido, evocamos a noção de *dissimetria*).

Consideramos fundamental a indicação de Lacan, outrossim, relativa ao movimento de pulsação do inconsciente, situando a assunção, em transferência, deste tempo de fechamento - tempo preciso que coadunaria a dimensão resistencial colocada em causa e a porosidade à interpretação, tal como evocara Freud.

Parece-nos que nas psicoses, mais bem, colocar-se-ia em questão uma fratura neste tempo de fechamento, desde onde podemos colocar em relevo a proposição de Lacan de um inconsciente *a céu aberto* – o que, ademais, também nos remeterá à perspectiva de um tempo eternizado, estando a possibilidade de recobrimento (velamento) da voz do Outro obturada.

Didier-Weill (1997) refere-nos a dimensão radical do sujeito como somente existindo enquanto habitado pelo tempo. “Habitável’ significa que o habitat se produzirá se alguma coisa permitiu que o enxerto do tempo pegasse” (Ibid., p.257). Trata-se da possibilidade de ausência desta ‘alguma coisa’ na qual estará sustentada a pulsão invocante – que o autor associa à inscrição do traço unário – e que fará pulsar o inconsciente.

O autor sustentará, deste modo, a hipótese de uma forclusão desse enxerto de tempo. Tal forclusão indicaria a ruptura do pacto primordial com o traço

unário, o qual, embora ainda não esteja a representar o sujeito falante, irá nomeá-lo por este Nome primeiro impronunciável.

Haveria uma temporalidade em jogo, tal como nos propõe Lacan (1955-56), neste intervalo interposto entre o significante e a conjugação de um significado. Deste modo, o significado de uma frase somente poderá ser obtido a seu final. Aponta-nos, outrossim, o ponto de basta como este ponto de convergência que permitirá situar de modo retroativo e prospectivo o que se coloca na ordem discursiva.

Para Pommier (1998), tratar-se-ia de um tempo no qual o significado, em sua assunção, será o próprio significante, contudo lastrado com a temporalidade do sujeito. Desta forma, seria a significação fálica a colocar-se em ato a cada vez que encerramos uma frase. A frase, pois, indicaria nada menos que a busca de reconquistar-se tal significação, perdida quando do recalque originário.

“O que há a ganhar, quando um analisante é presa da psicose, a não ser esta temporalidade? Não *ganhar tempo*, o que sem dúvida é um parco resultado, mas que também poderia ser colocado sob a etiqueta da psicoterapia, mas *ganhar o tempo*” (Ibid., p.464).

Estaria apontando o autor para a perspectiva de uma atualização / subjetivação, em ato, deste tempo foracluído na constituição do sujeito psicótico? Pommier (1998) indicará, nesta via, a possibilidade de concebermos a transferência como um recurso na assunção de um *tempo subjetivo*. Tratar-se-ia, portanto, de subjetivar este tempo da transferência *na* transferência mesma. Aludirá, pois, à temporalidade constitutiva deste intervalo entre significante e significado, acima abordada.

Tal efeito de estabelecimento de uma temporalidade subjetiva incidiria na possibilidade de suspensão do sentido. Sabemos que, nas psicoses, tal registro está operando no plano da certeza. Com Rita, em seus momentos de maior desorganização, tratava-se de, precisamente, tencionar promover algum intervalo no sentido congelado, paralisado no tempo. Evoquemos, por exemplo, a ocasião em que o fato de estarmos usando uma blusa de cor azul se coloca como impeditivo, à paciente, de seguir em sessão – esta cor indicara que deveria ter ficado em casa, estando sob ameaça de algum risco iminente.

Também nos parece interessante considerar os movimentos de abertura – e, por assim dizer, apaziguamento – nos quais seu armado delirante vai sendo elaborado. Em dado momento de seu tratamento, lhe é possível estabelecer uma certa distância em relação às agressões veiculadas na rádio, a qual escutava maciçamente, sem possibilidade de intervalo. Conjuga-se a possibilidade – evidentemente, nem sempre efetivada – de, quando os locutores estão demasiado agressivos, acusando-a de ser prostituta, lhe proferindo injúrias, que ela possa escutar algum CD, ao invés da rádio.

Então, para Pommier (1998), trata-se da possibilidade de que a presença mesma do corpo do analista atualize esta espécie de *duração subjetiva*, produzida como tempo do ponto de basta do recalque. Em outras palavras, a transferência atualizaria a possibilidade de sustentação, por parte do analista, de um vazio de presença – uma presença *esburacada* -, onde residiria o *zero* necessário a todo ato metafórico.

O corpo do analista, destarte, embora esteja a presentificar a significação fálica, esta irá esconder-se no próprio nível da significação dos enunciados. De tal modo que, interpondo esta relação entre presença e ausência, o sujeito poderá atualizar a dimensão própria à metáfora. A hipótese de Pommier, pois, é de que o dispositivo analítico possa, eventualmente, *fazer metáfora* em lugar e posto da metáfora delirante.

Nesta direção, poder-se-ia considerar o que se coloca, nestes enlaces, como uma certa dificuldade de elaboração da subtração da presença do analista. “[...] observo que, uma vez amarrada a transferência, só se produzem momentos alucinatórios ou delirantes por ocasião de uma interrupção das sessões” (Ibid., p.463). De fato é observável, na escuta de pacientes psicóticos, isto que se coloca como uma certa necessidade, reiteradamente atualizada, de um assegurar-se da presença do outro. Difícilmente nos é possível desviar o olhar, por exemplo. Trata-se de uma observação clínica singela, mas significativa.

Evoquemos, pois, o caso de Elias, do qual nossa narrativa pode recortar a marca do excesso – e, na mesma medida, de um insustentável da ausência. As crises de Elias, como mencionamos, envolvem esse andar *sem parada* pela cidade, errância na qual cada ponto deste trajeto se lhe configura como possibilidade. Nestas ocasiões, as breves interações parecem colocar a Elias a atualização de uma espécie de continência, de assentamento – no real - das fronteiras que não

estão simbolizadas. Uma destas crises se dá, precisamente, quando pela primeira vez saímos de férias sem que também Elias *já estivesse* sem comparecer às sessões. Esta subtração do outro se coloca como impossível de tramitar. Com este paciente, outrossim, nossa presença física, como apontado anteriormente, coloca-se como incessantemente requisitada.

Se o que pede para ser transferido, segundo Pommier (1997) é justamente a pulsão de morte, colocar em ato o tempo na transferência, no trabalho com a psicose, adviria como um ato de início – minimal – que supõe atuar sobre a questão da significação fálica na transferência. O que se colocaria em ato, pois, teria a ver com a metáfora paterna, nisto que esta nos evoca em relação ao tempo e à morte. “O tempo, por si mesmo, supõe a morte; reinjetar um tempo subjetivo é também um começo de manobra sobre a questão de transferir a pulsão de morte” (Ibid., p.19). Tratar-se-ia, desta feita, de tencionar a transformação da palavra que *toma* o sujeito na possibilidade de seu ato *como* sujeito.

Tomando como esteio tais elaborações, poder-se-ia inferir que uma possível posição do analista, no trabalho junto às psicoses, poderia imbuir-se da ocupação / sustentação de uma presença ausente – esvaziada, esburacada – desde a qual possamos ancorar a fala do sujeito ao mesmo tempo em que se a promove em um certo tempo de passagem.

Ou seja, vislumbramos um duplo movimento: ratificar a fala do sujeito em sua legitimidade, na verdade que ela veicula, ao passo mesmo em que atentamos para que, quando possível, esta não permaneça cristalizada no tempo. Evocamos, neste ponto, a questão da suspensão do sentido. Nesta medida, poderíamos considerar que tal posição se nutriria de uma oferta *encarnada*, em transferência, deste intervalo desde o qual seja possível ao sujeito alguma *abertura* do tempo.

Soler (2007), ao ponderar uma possível aproximação entre o que irá nomear como ‘trabalho de transferência’ – próprio às neuroses – e o ‘trabalho da psicose’, coloca em relevo a posição solitária na qual se encontra o sujeito em seu intento de tramitar, de algum modo, os efeitos deste retorno incessante desde o real, do qual padece. Retoma, sem embargo, a indicação de Lacan quanto ao delírio em sua dimensão de auto elaboração, acentuando, pois, a eficácia do sujeito.

Isto não implica, contudo, que o psicótico prescindia do analista e da possibilidade de endereçar-lhe algum pedido. Neste ponto, dirá Lacan:

“De que se trata nesses testemunhos delirantes? Não digamos que o louco é alguém que vive sem o reconhecimento do outro. Se Schreber escreve essa obra enorme é justamente para que ninguém ignore a respeito do que ele sofreu, e mesmo para que, nessa circunstância, os especialistas venham verificar em seu corpo a presença dos nervos femininos pelos quais progressivamente ele foi penetrado, a fim de objetivar a ligação singular que foi a sua com a realidade divina” (LACAN, [1955-56] 2002, p.94).

Com Anita, parece-nos, uma pausa advém quando da possibilidade de construção de um terreno híbrido – o café e a música como elementos possivelmente pertencentes aos homens e às mulheres – que, ainda que transitoriamente, promove-lhe algum alívio à reiteração incessante da voz do Outro, da qual não pode desprender-se. Com Elias, o tempo infinitizado da presença: não poder prescindir do outro, visto não haver garantia de algum ponto de ausência no Outro. O tempo da sessão, deste modo, interpõe uma pergunta sobre o registro do fora: o que faz a terapeuta quando não o está atendendo? Neste caso, parece-nos, haveria uma aposta possível na própria sustentação, em ato, deste tempo *entre* os dias das sessões, *entre* o horário de seu início e seu final, como que atualizando, em transferência, este hiato do qual um registro simbólico não se faz possível.

Escutando Rita, atentamos para a fragilidade deste *amor* que, como Lacan nos apontara, implica a abolição do sujeito. Na conjugação de seu delírio, alguma possibilidade parece armar-se na relativização do sentido congelado, o que evoca-nos a assunção de um tempo intervalar: poder escolher um CD, em algumas ocasiões, ao invés de sucumbir às agressões dos radialistas.

Vislumbramos, destarte, a transferência como *dispositivo* a, em alguns casos, operar nesta aposta de forjar-se um tempo subjetivo, o qual implicaria a sustentação de algum intervalo mediante a subjugação maciça ao Outro, padecimento que a escuta destes sujeitos faz-nos desvelar.

5. EM TEMPO (OU) DESENCONTROS

“Saber orientar-se numa cidade não significa muito. No entanto, perder-se numa cidade, como alguém se perde numa floresta, requer instrução. Neste caso, o nome das ruas deve soar para aquele que se perde como o estalar do graveto seco ao ser pisado, e as vielas do centro da cidade devem refletir as horas do dia tão nitidamente quanto um desfiladeiro. Essa arte aprendi tardiamente; ela tornou real o sonho cujos labirintos nos mata-borrões de meus cadernos foram os primeiros vestígios” (BENJAMIN, 1995, p.73)

Das inquietações da clínica partimos e é com elas que nos foi possível traçar algum ensejo de final - o qual, parece-nos, coloca-se quase como arbitrário. Isto porque acalentamos a nítida sensação de que, nos tempos de construção desta dissertação, talvez não tenhamos feito mais que *avivar* uma problemática: esta não se fecha, encontrando-se, mais bem, relançada. E, desta feita, deixa-nos com a incumbência de suportar uma certa incompletude, insuficiência a apontar-nos o que, do real, resta como irreduzível.

Começamos nosso texto sob a premissa do *encontro*. Apontamos nosso anseio de acolhida dos interrogantes que o encontro com a clínica das psicoses convocava-nos no tramar de espaços possíveis de desdobramento. Quiçá reste-nos testemunhar, agora, que todo encontro não deixar de carregar em seu ventre uma falta, colocando em cena a dimensão de um impossível: todavia, parece-nos ser do desejo ilusório de sua possibilidade que lançamo-nos a tentativas de aproximação. De seus reiterados fracassos – encontros sempre *desencontrados* – vemos aceder o movimento propriamente desejanter, que não faz senão atualizar este ponto de ausência.

“Ora, tudo é passível de representação, mas não há objeto ou fragmento do real que se deixe representar todo. Toda representação evoca não só a ausência da coisa, mas também a distância que a separa da coisa; toda representação contém seu traço de saudade e seu resto de silêncio – de algo que já não está, de algo que nunca se entregou inteiro à simbolização” (KEHL, 2000, p.140).

Pode-se dizer que nossa imersão no trabalho com pacientes psicóticos não se deu sem angústia. Em inúmeros momentos, vimo-nos confrontados a um registro temporal deveras peculiar, desde o qual a transferência coloca em jogo um excesso maciço e onde a possibilidade de compartilhamento no cotidiano da equipe faz-se fundamental.

Neste ponto, evocamos Vila-Matas e seu personagem, Doutor Pasavento, que de forma muito contundente enlaça o que da escrita se coloca como ensejo de desaparecimento: dirá, mais precisamente, que escrever é sustentar uma ausência, da mesma forma como ausentamo-nos para poder escrever. “[...] escrever era um desapossar-se sem fim, um morrer sem detenção possível” (VILA-MATAS, 2009, p.37). Ao nomear suas tentativas de uma escrita diminuta, próxima aos *microgramas* de Robert Walser, como *suicidas*, o personagem evoca-nos a dimensão de morte que se coloca neste interstício inevitável entre o vivido e o narrado. Escrever para ausentar-se – para, paradoxalmente, poder esquecer.

Vislumbramos, pois, nosso trabalho como intento de, na tomada de alguma distância em relação à inquietude da experiência, permitir-nos, de algum modo, *escutá-la*. Desta forma, nos é possível afirmar – consoante às primeiras notas deste texto – que as perguntas a guiarem-nos nas considerações acerca da transferência na clínica das psicoses, em seu enlace com a dimensão da temporalidade, conjugam-se no movimento mesmo em que obramos sobre o terreno desde o qual esta se desvela como fissura.

Intentamos alojar, pois, as dissimetrias e torções que possivelmente tiveram lugar neste percurso. Lembramo-nos, aqui, de Benjamin, que em seu conhecido ensaio *Experiência e pobreza*, de 1933, evoca-nos uma pertinente metáfora: trata-se de um quarto burguês onde, apesar de todo aconchego, quem nele adentra nutrirá a impressão de nada ter a fazer ali. “Não temos nada a fazer ali porque não há nesse espaço um único ponto em que seu habitante não tivesse deixado seus vestígios” (BENJAMIN, [1933]1995, p.117).

O autor alerta-nos, justamente, sobre o risco de eliminação dos *rastros*, das arestas que tecem espaços de abertura à entrada do outro. Desta feita, mais que adensarmos à conclusão de hipóteses, parece fazer-se necessário a possibilidade de acolhimento da pergunta, legitimando-a em sua condição de passagem.

Também nossas questões, parece-nos, armam-se de modo provisório. Ocupam um lugar no tempo, colocam-nos a produzir; mas, ao esboçarmos seus contornos, confrontar-nos-emos com outros (e novos) pontos de mirada. Concluir, então, alude-nos a um impossível. Faz-se preciso, todavia, que o ponto final demarque uma pausa; desta, poderemos compor novas aberturas.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARROS, Manoel de. **Memórias inventadas: a segunda infância**. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2006.

BARTHES, Roland. **Fragmentos de um discurso amoroso**. Lisboa: Edições 70, 2006.

BENJAMIN, Walter. [1933] Experiência e pobreza. In: **Obras Escolhidas: magia e técnica, arte e política**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1994.

_____. Infância em Berlim por volta de 1900. In: **Obras Escolhidas II: rua de mão única**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1995.

BORGES, Jorge Luis. **Antologia Pessoal**. São Paulo: Cia das Letras, 2008.

CALLIGARIS, Contardo. **Introdução a uma clínica diferencial das psicoses**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.

COSTA, Ana. **A ficção do si mesmo: interpretação e ato em psicanálise**. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 1998.

_____. **Corpo e escrita: relações entre memória e transmissão da experiência**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

_____. **Clinicando: escritas da clínica psicanalítica**. Porto Alegre: APPOA, 2008.

D'AGORD, Marta. As estruturas do discurso: o uso do esquema L em psicopatologia. In: **Latin American Journal of Fundamental Psychopathology Online**, v.6, n.1, p.87-100, 2009.

DIDIER-WEILL, Alain. **Os três tempos da lei: o mandamento siderante, a injunção do supereu e a invocação musical**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1997.

DOUMIT, Elie. Lógica. In: Kaufmann, Pierre (org.). **Dicionário enciclopédico de psicanálise: o legado de Freud e Lacan**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1996.

FREUD, Sigmund. [1894] As neuropsicoses de defesa. In: _____. **Obras completas**, vol. III. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

_____. [1901] Sobre a psicopatologia da vida cotidiana. In: _____. **Obras completas**, vol. VI. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

_____. [1911] Notas psicanalíticas sobre um relato autobiográfico de um caso de paranoia (dementia paranoides). In: _____. **Obras completas**, vol. XII. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

_____. [1912a] A dinâmica da transferência. In: _____. **Obras completas**, vol. XII. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

_____. [1912b] Recomendações aos médicos que exercem a psicanálise. In: _____. **Obras Completas**, vol. XII. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

_____. [1914a] Recordar, repetir e elaborar. In: _____. **Obras completas**, vol. XII. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

_____. [1914b] Sobre o narcisismo: uma introdução. In: _____. **Obras completas**, vol. XIV. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

_____. [1915(1914)] Observações sobre o amor transferencial. In: _____. **Obras completas**, vol. XII. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

_____. [1915] O inconsciente. In: _____. **Obras completas**, vol. XIV. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

_____. [1918(1914)] História de uma neurose infantil. In: _____. **Obras completas**, vol. XVII. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

_____. [1924(1923)] Neurose e psicose. In: _____. **Obras completas**, vol. XIX. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

_____. [1924] A perda da realidade na neurose e na psicose. In: _____. **Obras completas**, vol. XIX. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

_____. [1925] A negativa. In: _____. **Obras completas**, vol. XIX. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

_____. [1940(1938)] Esboço de psicanálise. In: _____. **Obras completas**, vol. XXIII. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

GUELLER, Adela Stoppel de. **Vestígios do tempo**: paradoxos da atemporalidade no pensamento freudiano. São Paulo: Arte & Ciência, 2005.

GUERRA, Andréa Máris Campos. **A estabilização psicótica na perspectiva borromeana**: criação e suplência. 2007. 270f. Tese (Doutorado em Teoria Psicanalítica) – Programa de Pós-Graduação em Teoria Psicanalítica da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2007.

_____. **A psicose**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2010.

_____. Oficinas em saúde mental: percurso de uma história, fundamentos de uma prática. In: Costa, C. M. & Figueiredo, A. C (orgs.). **Oficinas terapêuticas em saúde mental**: sujeito, produção e cidadania. Rio de Janeiro: Contracapa, 2004.

JACOBY, Russel. **Imagem imperfeita**: pensamento utópico para uma época antiutópica. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

KEHL, Maria Rita. O sexo, a morte, a mãe e o mal. In: NESTROVSKI, Arthur e SELIGMANN-SILVA, Márcio (orgs.). **Catástrofe e representação**: ensaios. São Paulo: Escuta, 2000.

LACAN, Jacques. [1945] O tempo lógico e a asserção da certeza antecipada. In: _____. **Escritos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998.

_____. [1954] Resposta ao comentário de Jean Hyppolite sobre a 'Verneinung' de Freud. In: _____. **Escritos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998.

_____. [1957] A psicanálise e seu ensino. In: _____. **Escritos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998.

_____. [1957-58] De uma questão preliminar a todo tratamento possível da psicose. In: _____. **Escritos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998.

_____. [1966a] Abertura desta coletânea. In: _____. **Escritos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998.

_____. [1966b] Apresentação das Memórias de um doente dos nervos. In: _____. **Outros Escritos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.

_____. [1955-56] **O seminário, livro 3**: As psicoses. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2002.

_____. [1960-61] **O seminário, livro 8**: A transferência. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1992.

_____. [1961-62] **Seminário 9**: La identificación. (Inédito).

_____. [1962-63] **O seminário, livro 10**: A angústia. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

_____. [1964] **O seminário, livro 11**: Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998.

_____. [1972-73] **El seminario, libro 20**: Aun. Buenos Aires: Paidós, 2006.

LAMBOTTE, Marie-Claude. Psicanálise & Música. In: Kaufmann, Pierre (org.). **Dicionário Enciclopédico de Psicanálise**: o legado de Freud e Lacan. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1996.

MEZENCIO, Márcia de Souza. Transferência na psicose: erotomania. In: **Revista de Psicologia Plural**, v.19/20, p.147-171, 2004.

PLATÃO. **O Banquete**. São Paulo: Editora Martin Claret, 2004.

POLI, Maria Cristina Candal. Escrevendo a psicanálise em uma prática de pesquisa. In: **Estilos da Clínica**, v.13, n.25. São Paulo, 2008.

_____. Uma paranoia freudiana. In: **Correio da APPOA**, v.16, p. 26-32, 2009.

POMMIER, Gérard. **La transferencia en la psicosis**. Buenos Aires: Ediciones Kliné, 1997.

_____. **O amor ao avesso**: ensaio sobre a transferência em psicanálise. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 1998.

PORGE, Erik. Transferência. In: Kaufmann, Pierre (org.). **Dicionário enciclopédico de psicanálise**: o legado de Freud e Lacan. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1996.

_____. Tempo. In: Kaufmann, Pierre (org.). **Dicionário enciclopédico de psicanálise**: o legado de Freud e Lacan. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1996.

_____. **Psicanálise e tempo**: o tempo lógico de Lacan. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 1998.

_____. **Transmitir a clínica psicanalítica**: Freud, Lacan, hoje. São Paulo: Editora da Unicamp, 2009.

POULICHET, Sylvie. **O tempo na psicanálise**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1996.

QUINET, Antonio. **Psicose e laço social**: esquizofrenia, paranoia e melancolia. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.

RAMALHO, Rosane. Clínica das psicoses: os impasses da transferência. In: **Psicose**: aberturas da clínica. Comissão de Aperiódicos da Associação Psicanalítica de Porto Alegre (org.). Porto Alegre: APPOA: Libretos, 2007.

RICKES, Simone Moschen. Riscos e tempos. In: COSTA, Ana e RINALDI, Doris (Orgs.). **Escrita e Psicanálise**. Rio de Janeiro: Cia de Freud – UERJ / Instituto de Psicologia, 2007.

RICKES, Simone; SIMONI, Ana Carolina Rios. Do (des)encontro como método. In: **Currículo sem Fronteiras**, v.8, n.2, p.97-113, Jul/Dez 2008.

SALOMÃO, Waly. **Algaravias**: câmara de ecos. Rio de Janeiro: Editora 34, 1996.

SANTNER, Eric L. **A Alemanha de Schreber**: uma história secreta da modernidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1997.

SOLAL, Rabinovitch. **A foraclusão**: presos do lado de fora. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

SOLER, Colette. **O inconsciente a céu aberto da psicose**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2007.

SOUSA, Edson Luiz André de. A vida entre parênteses. In: **Correio da APPOA**, nº 80, 2000.

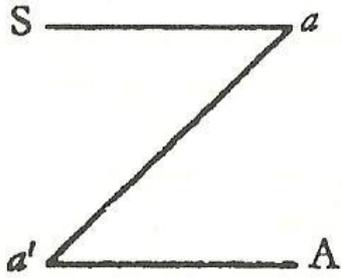
VILA-MATAS, Enrique. **Doutor Pasavento**. São Paulo: Cosac Naify, 2009.

VIVES, Jean-Michel. Para introduzir a pulsão invocante. In: **Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental**, São Paulo, v.12, nº 2, p.329-341, 2009.

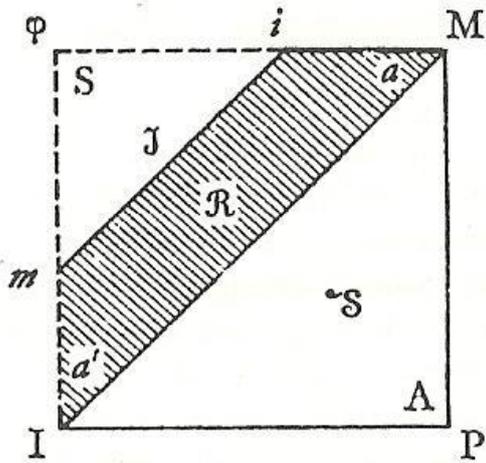
ZUBERMAN, José. **A gramática das pulsões e a retórica do desejo**. Conferência proferida em 29/06/2004, na Clínica de Atendimento Psicológico da UFRGS.

7. ANEXOS

I. ESQUEMA L



II. ESQUEMA R



III. ESQUEMA I

